



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PATRICIA JIMENEZ REZENDE

MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRAMOVIMENTOS: MOBILIZAÇÕES
ANTIABORTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Débora Alves Maciel.

Guarulhos

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PATRICIA JIMENEZ REZENDE

MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRAMOVIMENTOS:
Mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª. Débora Alves Maciel.

Guarulhos
2016

REZENDE, J. Patricia.

Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo/ Patricia Jimenez Rezende – 2016.

142 f.

Dissertação de Mestrado em Ciências sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2016.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Débora Alves Maciel

1. Movimentos Sociais. 2. Contramovimentos. 3. Confronto Político. 4. Mobilizações Antiaborto.

I. Dr^ª. Débora Alves Maciel. II. Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo.

ERRATA

REZENDE, J. Patricia. **Movimentos sociais e contramovimentos**: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo. 2016. 142 f. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2016.

Folha	Linhas	Onde se lê	Leia-se
Agradecimentos	26-27	à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (por bolsa de estudos de 1/11/2014 a 30/09/2015)	à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº. 2014/13558-2 (por bolsa de estudos de 1/11/2014 a 30/09/2015)

Patricia Jimenez Rezende

Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo

Guarulhos, 05 de abril de 2016

Prof^a. Dr^a. Débora Alves Maciel

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Prof^a. Dr^a. Angela Maria Alonso

Universidade de São Paulo - USP

Prof^a. Dr^a. Lilian Maria Pinto Sales

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os caminhos com os quais tive a oportunidade de cruzar ao longo da realização desta pesquisa, com professores e colegas de disciplinas do Mestrado, grupos de estudo e entrevistados. Alguns caminhos fizeram-se também meus através do selo de amizades e laços inexoráveis. Para cada encontro, meu sincero agradecimento.

Em especial, agradeço à professora orientadora Débora Alves Maciel, por estar presente em mais esta etapa da minha vida acadêmica, contribuindo excepcionalmente com a minha formação; e aos amigos do grupo de estudos de movimentos sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP: Alice Belinello, Amanda Paiva, Paulo Spina, Marcelo Netto, Thiago Gonçalves, Gustavo Freitas e meu querido amigo Rodrigo Cruz. Agradeço às professoras Ângela Alonso, Lilian Sales e Marta Machado por aceitarem participar das bancas tanto de qualificação quanto de defesa do mestrado e por terem contribuído com questões e problematizações que propiciaram o resultado final desta pesquisa. Agradeço às colegas do Grupo de Pesquisa sobre Mobilização pelo Direito ao Aborto no Brasil, que me receberam carinhosamente na equipe: Natália Sellani, Jéssica da Mata, Ana Luiza Bandeira, Ana Bracarense e Fabiola Fanti. Agradeço também a todos os colegas e professores do grupo de pesquisa de protestos de junho 2013 do CEBRAP, com quais tive e tenho oportunidade de constante aprendizado.

Deixo aqui expresso meu sincero carinho às amigas Maria Cristina Oliveira e Cristiana Domingos, que se dispuseram gentilmente a me ajudar na revisão do texto de dissertação. Deixo também meu agradecimento aos amigos de longa data e familiares pela constante compreensão e carinho para com minhas ausências neste período. E não poderia deixar de agradecer a todo o pessoal da Secretaria da Pós-graduação da UNIFESP, especialmente ao pessoal da Secretaria de Ciências Sociais e à Daniela Gonçalves e ao Rafael Ferreira por toda a atenção.

Por fim, agradeço à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (por bolsa de estudos de 01/10/2013 a 31/10/2014) e à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (por bolsa de estudos de 1/11/2014 a 30/09/2015), instituições de fomento que possibilitaram com que esta pesquisa de mestrado se viabilizasse.

Does the flap of a butterfly's wings in Brazil set off a tornado in
Texas? (LORENZ, 1972)

RESUMO

Este trabalho apresenta a formação e a dinâmica das mobilizações antiaborto como contramovimento ao movimento de grupos pró-aborto e às políticas estatais. Com base na teoria do confronto político, são focalizados o ambiente sociopolítico de formação do contramovimento (oportunidades e restrições políticas) e a dinâmica relacional que se estabeleceu entre repertórios e enquadramentos interpretativos antiaborto e pró-aborto. Na teoria do confronto político os conceitos de contramobilização e de contramovimento têm sido utilizados para circunscrever teoricamente movimentos formados em antagonismo a determinados movimentos pré-existentes. Estudos nessa linha focalizam movimentos que atuam de forma antagônica aos movimentos sociais iniciais. Durante o ciclo eleitoral de 2006 a mobilização antiaborto se apresentou como representativa de alterações no campo do confronto político em torno do aborto, desencadeada no contexto de regulamentação dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil no interior do primeiro Governo Lula. Esta pesquisa reconstrói a contramobilização à pauta do aborto que desembocou na Campanha Nacional em Defesa da Vida, em meio ao ciclo eleitoral de 2006 e, ao mesmo tempo, na formação do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto. Deste modo, a análise desta dissertação concentra-se nas mobilizações antiaborto nacionais e sua interação com o movimento feminista no contexto mais amplo e relacional com o Estado, no confronto eleitoral de 2006.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Contramovimentos. Confronto Político. Mobilização Antiaborto. Aborto.

ABSTRACT

This research brings forward the formation and the dynamics of antiabortion mobilizations as a countermovement to the movement mobilization of pro-abortion groups and to State policies. Based on the political process theory, the research focus on the sociopolitical environment formation of the countermovement (opportunities and political constraints) and the relational dynamics that was established between the repertoires of collective action and frames antiabortion and pro-abortion. In theory of political confrontation the concepts counter-mobilization and countermovement have been used to circumscribe theoretically movements formed against certain pre-existing movements. Studies in this area focus on movements that act antagonistically to the initial social movements. In the context of the election cycle of 2006 the antiabortion mobilization was presented as representative of changes in the field of political confrontation about abortion, initiated in the context of sexual and reproductive rights regulation in Brazil during the first Lula's Government. This research presents the counter-mobilization against the abortion agenda that culminated in the Nacional Campaign in Defense of Life, over the election cycle of 2006 and, at the same time, the formation of the National Citizens Movement for Life - Brazil Without Abortion. In this conjunction, the analysis of this dissertation focuses on the national antiabortion mobilizations and your interaction with the feminist movement in the broader and relational context with the state, during the electoral confrontation of 2006.

Keywords: Social Movements. Countermovements. Political Confrontation. Antiabortion Mobilization. Abortion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - Contramovimentos: o caso das mobilizações antiaborto	13
1.1. Estudando contramovimentos: a perspectiva do confronto político	14
1.1.1. Dinâmica de interação movimento e contramovimento: repertórios e enquadramentos interpretativos	19
1.2. Investigando o caso brasileiro	21
CAPÍTULO 2 - O campo de confronto político em torno do aborto	29
2.1. Estudos de caso internacionais: as mobilizações antiaborto	31
2.2. A propagação internacional do confronto em torno do aborto	35
2.3. O caso brasileiro: aquecendo o confronto	39
2.4. Contramobilização e mobilização em torno do aborto no Brasil	41
CAPÍTULO 3 - Da concepção ao rebento: o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto	52
3.1. A aliança feminista com o governo Lula (2003-2005)	52
3.2. A contramobilização institucional	56
3.2.1. A formação do Movimento Brasil sem Aborto	64
CAPÍTULO 4 - “2006 tem eleição!”: a campanha antiaborto no ciclo eleitoral	71
4.1. A ação coletiva em ciclos eleitorais	73
4.2. Contramobilização e mobilização na campanha eleitoral	77
4.3. Aborto no ciclo eleitoral	88
4.4. A contramobilização	92
4.4.1. Repertório de ação	94
4.4.2. Enquadramentos interpretativos	86
CONCLUSÕES	107
BIBLIOGRAFIA	112
WEBSITES	120
DOCUMENTOS	122
Apêndice A – Entrevistas com representantes do movimento feminista brasileiro	129
Apêndice B – Entrevistas com lideranças do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto	130
Apêndice C – Roteiro de entrevista (1)	131
Apêndice D – Roteiro de entrevista (2)	134
Apêndice E – Breve Cronologia Internacional	138
Apêndice F – Breve Cronologia Nacional (1970-2002)	139
Anexo A – Panfleto do Movimento Brasil sem Aborto	140
Anexo B – Panfleto de Campanha contra Jandira Feghali	141
Anexo C – I Marcha Nacional de Cidadania em Defesa da Vida	142

INTRODUÇÃO

Os temas em torno da sexualidade e da reprodução humanas têm sido intensamente deslocados, desde os anos 1990, das esferas tradicionais da moral e da norma legal para o mundo da política confrontacional, opondo movimentos e protestos contra e a favor de direitos relativos a esses atributos de grupos e identidades sociais. Na medida em que bandeiras, como, por exemplo, o casamento homossexual e o aborto vêm ganhando força política com a mudança de normas legais e decisões judiciais favoráveis, em vários países a partir dos anos 2000, grupos religiosos e movimentos opositores vêm intensificando suas ações se apropriando da politização da sexualidade e da reprodução humanas para bloquear ou tentar fazer retroceder mudanças.

No caso brasileiro, o aborto provocado e consentido é tratado como crime pelo Código Penal Brasileiro, formulado em 1940, conforme os Artigos 124, 126 e 128. Isentando de penalidade os casos no qual o aborto é praticado por médico devido risco de vida da gestante e gravidez resultante de estupro (conforme Artigo 128); e em acordo com a Ementa da ADPF-54, desde 2005, também está isento de penalidade os casos de aborto consentido devido anencefalia fetal grave comprovada. As mobilizações contra o aborto no país tiveram grande repercussão no contexto da Constituinte de 1988 e a partir de então têm se apresentado gradativamente na política nacional. Desde os anos 2005, ainda durante o primeiro mandato da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), grupos antiaborto se organizaram através da I Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto fazendo frente à oposição e buscando bloquear a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei n. 1.135/1991¹, apresentado em 2005. O Projeto de Lei alterando o Decreto-lei nº 2.848, de 1940, descriminalizava o aborto nos casos em que não se encontram previstos em lei – como estupro e gravidez de risco para a gestante – foi para votação, ao ganhar fôlego com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres², iniciativa do governo federal.

Neste contexto, formou-se no âmbito nacional o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto e foi lançada uma campanha nacional contra o aborto, com o objetivo de garantir maioria parlamentar contra o aborto nas próximas Legislaturas. No ciclo eleitoral de 2006 a campanha estimulou candidatos políticos a assumirem formalmente

¹ **Disponível em:** <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>>. **Acesso em:** 11 jun. 2014.

² Desenvolvido durante a I Conferencia Nacional de Políticas para Mulheres, realizada no ano de 2005.

compromisso na defesa da vida *desde a concepção*³, contando com apoio de grupos e organizações (religiosos e não religiosos) contra o aborto.

A sociologia política produziu uma literatura robusta acerca de como os movimentos sociais se formam, a maneira como se organizam, se sustentam ao longo do tempo, quais são seus objetivos centrais, como atuam pressionando a política e suas conquistas (MEYER e STAGGENBORG, 1996). No entanto, a literatura, de modo geral, elegeu empiricamente movimentos de caráter progressista. Apenas mais recentemente mobilizações reativas e/ou conservadores passaram a fazer parte do campo de interesse de pesquisadores da ação coletiva (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; LO, 1982; MOTTIL, 1980; USEEM e ZALD, 1982). No caso brasileiro não tem sido diferente, a grande maioria dos estudos também tem privilegiado movimentos e mobilizações portadores de uma pauta de mudança social progressista, política e/ou cultural.

Na teoria do confronto político os conceitos de contramobilização e de contramovimento têm sido utilizados para circunscrever teoricamente movimentos formados em antagonismo a determinados movimentos pré-existentes. Estudos nesta linha focalizam movimentos que atuam de forma antagônica aos movimentos sociais iniciais como, por exemplo, o movimento antiaborto, o movimento *anti-busing*⁴, o movimento pró-nuclear, o movimento antiproibicionista do uso de álcool em vias públicas, entre outros (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; MEYER e STAGGENBORG, 1996; USEEM e ZALD, 1982). A relevância do conceito está em, por um lado acentuar a dimensão relacional entre movimentos e o ambiente sócio-político mais amplo que inclui não apenas o Estado como também grupos, instituições sociais e outros movimentos na condição de apoiadores ou oponentes, como partes de um sistema de aliança e de oposição que afeta o surgimento e o desenvolvimento do confronto político (MCADAM, TARROW e TILLY, 2001). Por outro lado, o conceito de contramovimento amplia potencialmente a agenda da pesquisa para além de movimentos e mobilizações de caráter progressistas, que têm sido tradicionalmente o foco da literatura (GOLDSTONE, 2003; MCADAM, TARROW e TILLY, 2009; MEYER e STAGGENBORG, 1996).

Esta dissertação, portanto, considerando o modelo teórico do confronto político apresenta a conjuntura sócio-política e a dinâmica relacional que se estabeleceu entre repertórios e enquadramentos interpretativos antiaborto e pró-aborto durante o ciclo eleitoral

³ **Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_12072006>. **Acesso em:** 11 jun. 2014.

⁴ O *anti-busing movement* é o movimento norte-americano formado em contraposição à política antisegregacionista que obrigava o transporte escolar de alunos negros e brancos juntamente.

de 2006, momento representativo de inovações no repertório de ação antiaborto e, por sua vez, de alterações na dinâmica do confronto em torno do aborto nacional. Foram tratadas duas questões pouco exploradas pela literatura no Brasil sobre os movimentos sociais em geral e a mobilização antiaborto em particular: a relação entre contramovimento, movimento e Estado; e os ciclos eleitorais como parte das oportunidades políticas e como espaço público de ampla visibilidade para disputas não só partidárias.

Para tal, o recorte empírico da pesquisa resume-se ao ambiente político e à disputa em torno do aborto dramatizada nas campanhas antiaborto e pró-aborto nas eleições de 2006. Com destaque para a eleição presidencial polarizada por Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT, candidato à reeleição, e Geraldo Alckmin pelo PSDB e a disputa parlamentar nacional. Foi confeccionado um banco de mobilizações em torno do aborto que tinham como objetivo influir no resultado eleitoral, a partir dos jornais digitais da Folha de São Paulo, do O Globo e da Câmara e realizadas entrevistas com lideranças-chave antiaborto.

Esta dissertação está organizada em quatro (4) capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a abordagem teórico-metodológica utilizada neste trabalho. A princípio são apresentados, a partir da teoria do confronto político, os conceitos base que sustentam a análise desta pesquisa (movimento social, contramovimento, estrutura de oportunidade política, enquadramento interpretativo, repertório de ação e ciclo eleitoral). Já em um segundo momento, são apresentados o desenho e procedimentos da pesquisa, tais quais objetivos, justificativas, materiais e métodos adotados em seu desenvolvimento.

No segundo capítulo é apresentado o campo no qual as disputas do aborto se engendram. Através de um mapeamento da mobilização antiaborto internacional é possível conectar o ativismo antiaborto nacional e sua trajetória dinâmica e relacional ao ativismo pró-aborto – contramovimento e movimento – ao campo de disputas em torno do aborto internacional. No âmbito nacional do contexto sócio-político cambiante ao longo da década de 70 até os anos 2000, são demonstradas as remodelações nos repertórios e enquadramentos interpretativos anti e pró aborto e, por sua vez, as remodelações do próprio confronto em torno o aborto nacional.

No terceiro capítulo é apresentado o ambiente sociopolítico nacional inaugurado pela era Lula, no qual oportunidades políticas e avanços na agenda pró-aborto desencadearam uma forte reação antiabortista. O ativismo antiaborto, seus repertórios e enquadramentos interpretativos sofreram remodelações na oposição ao movimento feminista e suas conquistas. Tais remodelações suscitaram uma nova onda do confronto em torno do aborto,

desembocando na formação de um movimento social nacional antiaborto: o Movimento Brasil sem Aborto.

No quarto e último capítulo o empenho encontrou-se em apresentar o confronto em torno do aborto no ciclo eleitoral de 2006. Em uma análise centrada nos repertórios de ação e enquadramentos interpretativos de movimento e contramovimento, são apresentados quais foram as inovações nas ações pró e anti aborto que incrementaram o confronto no ciclo eleitoral. Para tal, tendo em mente que contramovimento e movimento encontram-se atrelados em uma dinâmica relacional e em acordo com um ambiente sociopolítico específico, são apresentadas as campanhas de mobilização de cada um dos lados da disputa, alocadas no ambiente de oportunidades e restrições políticas engendrado no período eleitoral de 2006.

CAPÍTULO 1 –

Contramovimentos: o caso das mobilizações antiaborto

Os estudos que tratam a mobilização antiaborto têm apresentado o fenômeno a partir de dois focos principais. O primeiro, no qual a mobilização antiaborto é destacada do ângulo dos valores em disputa, ou seja, na produção de discursos, argumentos e representações imagéticas de distintos atores e nas posições valorativas que estas produções assumem e representam em meio à controvérsia do aborto (como em ALDANA, 2008; DALMOLIN, 2011; GOMES, 2008; GONÇALVES e LAPA, 2008; KALSING, 2002; LUKER, 2009; LUNA, 2010; LUNA, 2014a; LUNA, 2014b; MAIER, 2010; RIBEIRO, 2012; SALES, 2014). O segundo, no qual a ação coletiva ganha destaque nas abordagens através de uma perspectiva de que a mobilização antiaborto se dá através de grupos organizados que atuam coordenadamente para atingir determinados objetivos (como em BANASZAK e ONDERCIN, 2010; CANNOLD, 2002; CORRÊA, 2004; DIDES, 2013; DULK, 2006; FERNÁNDEZ, 2011; HALFMANN e YOUNG, 2010; HUSTING e KING, 2003; LAMAS, 2007; MACHADO, 2012a; MEYER e STAGGENBORG, 1996; RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2014b; SIEGEL, 2008; STAGGENBORG, 1991).

A literatura internacional têm apresentado as mobilizações antiaborto, principalmente, do ponto de vista da ação coletiva. Com exceção de (LUKER, 2009; MAIER, 2010) que podem ser alocados no grupo de trabalhos que focalizam os valores em disputa. Os demais trabalhos, a partir de abordagens da ação coletiva ora apresentam evidências empíricas da ação coletiva (como são os casos de CANNOLD, 2002; DIDES, 2013; FERNÁNDEZ, 2012; LAMAS, 2007; SIEGEL, 2008) e ora abordam a ação coletiva partindo de teorias dos movimentos sociais, apoiados por uma abordagem do confronto político (como são os casos de BANASZAK e ONDERCIN, 2010; DULK, 2006; HALFMANN e YOUNG, 2010; HUSTING e KING, 2003; MEYER e STAGGENBORG, 1996; RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2014b; STAGGENBORG, 1991).

As abordagens que investigam as mobilizações antiaborto a partir de teorias do confronto político analisam as estratégias/táticas e enquadramentos interpretativos orquestrados pelos ativistas (como em DULK, 2006; HALFMANN e YOUNG, 2010); observam o ambiente político, discursivo, legal e cultural em relação às táticas e às formas de ação do movimento antiaborto, flexibilizando o conceito de oportunidade política para

*opportunity environment framework*⁵ (como em HUSTING e KING, 2003); e aplicam o conceito de contramovimento o referindo enquanto um movimento social formado em resposta a outro(s) movimento(s) social(is) e suas demandas e relativas conquistas. A dinâmica entre movimento e contramovimento em relação ao ambiente político recebe destaque nesta bibliografia (como em BANASZAK e ONDERCIN, 2010; MEYER e STAGGENBORG, 1996; RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2014b; STAGGENBORG, 1991). O aporte teórico-metodológico destes trabalhos vem destacar o caráter contextual e relacional dos movimentos sociais. E é nesta última linhagem que esta pesquisa se enquadra.

1.1. Estudando contramovimentos: a perspectiva do confronto político

A partir de uma visão contextual e relacional, os movimentos sociais são uma forma de política contenciosa com limites fluidos. Suas reivindicações estão sempre em relação de confronto com interesses de divergentes grupos, sejam eles o Estado ou mesmo outros movimentos sociais (BISON e DIANI, 2010; MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009; TILLY, 2010). A partir desta premissa, movimentos sociais podem ser entendidos como fenômeno no qual ocorrem interações sustentadas de disputa por um determinado objeto entre grupos distintos (MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TILLY, 2010) e que estão caracterizados por redes e conexões entre grupos, indivíduos, associações e organizações envoltos em uma identidade coletiva e direcionados por um mesmo objetivo (BISON e DIANI, 2010).

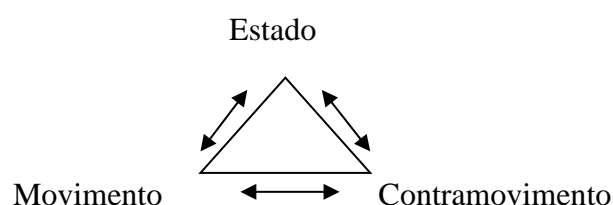
Antagônicos aos movimentos sociais pré-existentes (movimentos sociais iniciais), os contramovimentos são resultado da interação em constante refazer-se entre Estado, espaço público, partidos políticos, grupos de interesse, movimentos e grupos apoiadores e opositores (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; DELLA PORTA e DIANI, 2006b; MEYER e STAGGENBORG, 1996; USEEM e ZALD, 1982). Ou seja, o confronto entre contramovimento e movimento se dá em um campo multiorganizacional, o qual comporta diferentes atores nacionais e/ou internacionais e diversas combinações de interação (DELLA PORTA e DIANI, 2006b; TARROW, 2009). Quando grupos políticos angariam apoiadores e

⁵ Em comparação do caso norte americano com o caso francês, o conceito de *opportunity environment framework* é aplicado visando comportar também oportunidades culturais, discursivas e legais. As oportunidades culturais e discursivas ganham fortes contornos ao pensar os ambientes cultural e político em relação ao tema do aborto, permitindo observar as diferentes modelações nas formas de ação e nos enquadramentos interpretativos do movimento antiaborto em correspondência com o ambiente sociopolítico de cada país (como em HUSTING e KING, 2003).

aliados influentes e/ou percebem seus interesses ameaçados pelos sucessos de um movimento, a tendência é que reajam em oposição àqueles de interesses adversos (MEYER e STAGGENBORG, 1996).

A formação de um contramovimento se dá menos em função do movimento social inicial do que de suas conquistas efetivas. Ou seja, um contramovimento não se forma em oposição direta a um movimento, mas sim em oposição à interação que se estabelece entre Estado, espaço público e movimento social que torna o ambiente sociopolítico favorável para determinada agenda de reivindicação contrária aos seus interesses. Nesta esteira, contramovimentos tendem a se formar de grupos já atuantes na sociedade (tanto nacionais quanto não nacionais) que quando deparados com certos avanços e conquistas de seus adversários, verdadeiras ameaças às suas crenças e valores, percebem certa necessidade de mobilizar a opinião pública e diversificar seu repertório de ação para exercer maior pressão política (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; TARROW, 2009; USEEM e ZALD, 1982).

Nesta dinâmica o Estado se faz presente mais como objeto e espaço de disputa do que como alvo do confronto. As ações e posições do Estado influenciam como pesos diferentes em uma balança as mobilizações e os respectivos sucessos de movimento e contramovimento. Ao mesmo tempo que as ações tanto do movimento quanto do contramovimento podem alterar o âmbito político e, por sua vez, as ações e posições do Estado. Assim, movimento, contramovimento e Estado inauguram a tríade (LUDERS, 2003; MEYER e STAGGENBORG, 1996):



Com o despertar do contramovimento inicia-se uma gangorra da ação coletiva de mobilizações e contramobilizações. E nesta interação conflituosa, o vislumbre de conquistas do opositor é combustão para novas mobilizações (USEEM e ZALD, 1982). A formação e as ações de um contramovimento não se dão arbitrariamente tão pouco em autonomia do contexto sociopolítico no qual se engendram, pois são parte da progressão de um conflito pré-existente nacional e/ou internacional. Movimentos e contramovimentos podem transcender conflitos nacionais e sustentarem-se em redes internacionais de confronto; ou compartilharem influências para além das fronteiras nacionais, através de processo de difusão de “*formas de*

organização ou dos desafios a alvos semelhantes de um centro de confronto para outro” (TARROW, 2009: 233).

O conceito de oportunidade e restrição política adotado nesta pesquisa refere-se ao ambiente mais amplo no qual movimentos sociais se formam e atuam. As oportunidades e as restrições políticas são mutáveis e relativas, pois variam de acordo com o contexto sociopolítico, as demandas dos movimentos e a capacidade em percebê-las. A ação coletiva, neste contexto, é propulsionada e orientada por momentos de desobstrução das vias de acesso político e intimidada por momentos de maiores restrições à liberdade de acesso às essas mesmas vias (KRIESI, 2004; TARROW, 2009; TILLY, 2010; MEYER, 2004). As oportunidades políticas (OPs) resultam de episódios como a abertura do acesso institucional, realinhamento político, declínio da capacidade do Estado de repressão, divisões das elites e quando aliados influentes tornam-se acessíveis (TARROW, 2009). Uma vez abertos os portões de contenção da ação política, distintos grupos e seus opositores podem se aproveitar desse acesso. No entanto, episódios desfavoráveis ao acesso político combinados com situações extremas e ameaçadoras também podem impulsionar os movimentos sociais ao tornarem os custos da inação maiores do que os custos da ação (MEYER, 2004; TARROW, 2009).

O ambiente sociopolítico em constante refazer-se também afeta a trajetória da dinâmica entre movimento, contramovimento e Estado. Seja ampliando ou restringindo as suas possibilidades de acesso e influência sociopolítica (KRIESI, 2004; TARROW, 2009; TILLY, 2010; MEYER, 2004) e/ou seja na própria atuação do movimento, que pode alterar o ambiente político e as oportunidades e restrições para demais movimentos aliados e opositores (DELLA PORTA e DIANI, 2006b; MCADAM e TARROW, 2011; TARROW, 2009; TILLY, 2010).

As oportunidades e restrição políticas não estão, contudo, estritamente vinculadas à política, mas também podem estar vinculadas às questões culturais. Do mesmo modo, as oportunidades políticas não se limitam ao contexto nacional, pois podem transgredir as fronteiras em terra através da difusão de oportunidades internacionais inauguradas por determinados eventos (TARROW, 2009), como acordos e conferências internacionais que também pressionam a política nacional interna (DELLA PORTA e DIANI, 2006b; HUSTING e KING, 2003; KRIESI, 2004; MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; POLLETTA, 1999). As próprias formas manejadas pelo Estado para responder às ações e reivindicações dos movimentos sociais (restritivamente ou extensivamente) também são político-culturais, assim como também depende de questões culturais a recepção (acalorada ou desalentada) do público

para os movimentos sociais e suas demandas, isto é, oportunidades discursivas/culturais em que determinado mote é legitimado ou não (BORLAND, 2004; KRIESI, 2004; POLLETTA, 1999).

Neste sentido, o ambiente cultural se apresenta determinante para o entendimento da formação e atuação dos movimentos sociais. Pois, as formas de ação política e seu funcionamento também o são culturais, assim como todas as instituições (econômicas, educacionais etc.) que engrenadamente dão forma à conjuntura política e social. A cultura perpassa por todos os âmbitos da vida social e política – está presente no âmbito jurídico, nas ações do dia-a-dia, na forma de fazer política, nas formas repressivas etc. (POLLETTA, 1999). Contudo, as oportunidades político e cultural não determinam a formação ou ocorrência de movimentos e contramovimentos, mas sim atuam influenciando as formas, os espaços (tempo e instâncias) nos quais ocorrem o confronto e seus resultados (SNOW, 2004).

As OPs também não garantem que as ações dos movimentos sociais sejam bem sucedidas (DELLA PORTA e DIANI, 2006b; MCADAM e TARROW, 2011; TARROW, 2009; TILLY, 2010). Aliás, as oportunidades políticas não são as mesmas de influência política, estas últimas variam de movimento para movimento. As respostas do Estado podem variar de grupo para grupo e podem divergir entre grupos internos ao próprio movimento (MEYER, 2004). Apesar de possuir um objeto de interesse em comum e compartilharem algumas oportunidades políticas, por exemplo, períodos em que os canais de acesso à política são afrouxados generalizadamente, movimento e contramovimento não compartilham todas as mesmas oportunidades, pois cada qual possui parcerias e uma rede de relações próprias, além de um interferir diretamente na oportunidade política do outro.

Não só a expansão das oportunidades afeta sistemas de alianças de movimentos: movimentos que ofendem grupos influentes podem desencadear contramovimentos; movimentos que empregam a violência convidam a repressão física. Como movimentos com formas extremas de demanda política podem ser manobrados por grupos que representam a mesma reivindicação de forma mais aceitável. E, por fim, movimentos podem criar oportunidades para adversários: sucesso de um movimento ameaça outro grupo no mesmo campo/contexto da mobilização, o que pode levar ao contra protesto, como a espiral de conflito entre movimentos norte-americanos pró-aborto *versus* antiaborto (MEYER e STAGGENBORG, 1996; TARROW, 2009).

Dentre as variantes de OPs encontram-se os ciclos eleitorais, por excelência, definidores de oportunidades e restrições políticas, tal qual a atuação dos movimentos sociais é definidora no desfecho eleitoral. Isto porque, movimentos sociais e eleições exercem

influências mútuas: seja quando em períodos eleitorais movimentos sociais se hiper mobilizam, isto é, quando os movimentos percebem ameaças ou vantagens em determinadas eleições e passam a atuar direcionadamente na tentativa de manipular conforme seus interesses os resultados eleitorais; seja nas flutuações de mobilização e contramobilizações dos movimentos sociais em correspondência ao alinhamento político; seja através da relação contraditória, mas não excludente entre movimentos sociais e partidos políticos, em que os primeiros tradicionalmente apresentam mais extremistas – no sentido de que defendem avidamente seus objetivos e valores – e os segundos tendem a ser mais centristas – balanceando interesses diversos – na busca de uma maior adesão pública (GOLDSTONE, 2003; MCADAM e TARROW, 2011).

Na dinâmica entre movimento, contramovimento e Estado a flutuação entre os partidos no poder e suas preponderâncias nas instâncias governamentais atuam diretamente na definição da interação que se estabelece, favorecendo ou desfavorecendo determinado lado da disputa. Partidos conservadores no poder, por exemplo, acentuam períodos de alta mobilização de movimentos de direita, enquanto partidos progressistas acentuam períodos de alta mobilização de movimentos de esquerda. Contudo, se os realinhamentos eleitorais são definidores no volume de mobilizações dos movimentos sociais, são definidores também em grau das formas de ação empregadas pelos movimentos. Deste modo, partidos tendem a ampliar os canais de acessos institucionais para os movimentos com os quais estão alinhados e bloquear para movimentos sociais opositores às suas agendas de governo. Assim, movimentos alinhados aos partidos tendem a atuar de modo menos disruptivo, com mais segurança, nos canais institucionais (agora abertos), do que movimentos em oposição. Por exemplo, quando partidos de esquerda estão no governo, movimentos sociais progressistas tendem a realizar menos protestos de rua e os movimentos conservadores tendem a protestar mais (DELLA PORTA e DIANI, 2006b).

A atuação dos movimentos pode tanto ser diretamente na orientação do voto de seus integrantes e simpatizantes, quanto indiretamente na fomentação de debates públicos e na problematização de determinadas questões caras às agendas políticas dos partidos (GOLDSTONE, 2003). Ou seja, a mobilização dos movimentos sociais em períodos eleitorais pode afetar direta ou indiretamente o resultado eleitoral e, por sua vez, influenciar na interação de movimento, contramovimento e Estado.

1.1.1. Dinâmica de interação movimento e contramovimento: repertórios e enquadramentos interpretativos

As mudanças no contexto sócio-político não apenas interferem na insurgência dos movimentos sociais, como também nas formas como atuam e no repertório de ação por eles empregado (KRIESI, 2004; MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009). Do ponto de vista dos fatores externos, pensando em mudanças em longo prazo que interferem nos repertórios da ação coletiva, o repertório contemporâneo é, portanto, produto de condições políticas, geográficas e culturais características da modernidade. Algumas condições parecem determinantes para a gama de táticas de ação dos movimentos sociais pós século XIX, como destacado por Tilly: a criação de Estados nacionais, o desenvolvimento do capitalismo e da alta tecnologia comunicativa. Tais transformações macro históricas acarretaram mudanças nos padrões de diversos âmbitos da vida, como nas relações sociais e no modo de fazer política e, por sua vez, também reverberaram nos repertório de ação coletiva (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; DYKE e TAYLOR, 2004).

Os repertórios de ação, herdados socialmente (isto é, são apreendidos dos repertórios de grupos anteriores) e remodelados pelos atores sociais na ação, são compostos por performances públicas, estratégias, táticas de ação, enquadramentos interpretativos e *slogans*. Isto é, são táticas da ação coletiva escolhidas estrategicamente e empregadas pelos atores sociais de acordo com suas demandas e com o ambiente sociopolítico para alcançarem seus objetivos e angariarem novos adeptos à sua causa. Portanto, os repertórios também são compostos por ações tanto mais emotivas quanto mais racionais e as formas como os movimentos sociais expõem suas emoções e percepções de mundo ao público. Em outros termos, os repertórios de ação são modulares. Um mesmo repertório pode ser empregado por diferentes atores e até mesmo por seus oponentes, no entanto cada qual o empregando a seu modo, com particularidades (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; DYKE e TAYLOR, 2004; MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009).

Na relação simbiótica entre movimento e contramovimento, estabelece-se um jogo de ações e contra ações miméticas: um adaptando a estratégia do outro, um atuando na mesma arena política que o outro e um atuando na mesma gramática que o outro, para neutralizar os efeitos de seu oponente e fazer avançar sua pauta (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; DELLA PORTA e DIANI, 2006b; MEYER e STAGGENBORG, 1996).

Os repertórios encontram-se, portanto, vinculados ao campo de disputa no qual se encerram e ao arranjo do ambiente sociopolítico (DYKE e TAYLOR, 2004; KRIESI, 2004;

TARROW, 2009). Sem que isto corresponda à falta de autonomia dos movimentos para combinarem diferentes performances em seu repertório e as modificarem em correspondência as estruturas internas do movimento, aos seus objetivos e às reações do público, de seus opositores e do Estado (MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009). Em resumo, os repertórios podem estar pautados em vários graus na violência, na ruptura, na convenção (TARROW, 2009) e ainda, na cultura e no simbolismo discursivo (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; DYKE e TAYLOR, 2004). Apesar de a violência ser o tipo mais fácil de ação coletiva para grupos com recursos escassos, tem sido pouco utilizada por grupos ocidentais e modernos por atrair de opositores reações fortemente repressivas e dentro dos próprios grupos atuar como agente polarizador. As ações coletivas do tipo disruptivas, não necessariamente são violentas, sobretudo, ameaçam a ordem e as leis prevaletentes de formas inesperadas. As ações do tipo convencional são capazes de mobilizar grandes massas através de manifestações pacíficas e muitas vezes institucionalizadas⁶, como passeatas, petições públicas etc. (TARROW, 2009).

O conceito de enquadramento interpretativo condiz com entendimento de que a *“cultura é um sistema de significados que as pessoas usam para lidar com seus mundos de todo dia”* (TARROW, 2009: 154). Ou seja, os quadros interpretativos englobam as características culturais dos movimentos sociais que possibilitam com que os movimentos ressignifiquem determinadas situações e saberes, transformando práticas corriqueiras em situações de injustiça. Condizem ao contínuo e relacional processo de produção de significados internos aos movimentos que possibilitam a comunicação com seus aliados, opositores e o público. Como sistemas de significados internos aos movimentos, atuam como linhas invisíveis que costuram todos os campos da ação ponto a ponto, dando sentidos não só cognitivos para: estratégias, identidade coletiva, rede etc. (GOODWIN, JASPER e POLLETTA, 2000; SNOW, 2004; TARROW, 2009). A ação coletiva é justificada e impulsionada pelos enquadramentos interpretativos ao passo que intensificam as emoções e sentimentos (ora de injustiça, ora de insatisfação etc.) e, desta forma, tornam situações até então suportadas em situações detonadoras de insurreições e conflitos (SNOW, 2004;

⁶ De fato, o que diferencia movimentos sociais das demais formas de ação política são seus repertórios mais originais, não institucionais e baseados em fortes emoções e simbolismo. Entretanto, os movimentos também se valem de táticas institucionais, não é, pois, esta divisão que os define (DYKE e TAYLOR, 2004; GOLDSTONE, 2003). Aliás, em sistemas políticos democráticos acessos mais facilitados aos canais institucionalizados permitem com que movimentos atuem com certa margem de segurança através de performances institucionais também utilizadas por partidos políticos, coalizões, etc., como o *lobby*, participação em campanhas eleitorais e petições (MCADAM e TARROW, 2011). Na medida em que movimentos combinam variadas formas de ação (institucionais e não institucionais) obtém maiores chances de sucesso (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; GOLDSTONE, 2003).

TARROW, 2009). Logo, são tanto pertinentes aos saberes e fazeres de todos os dias quase que pré-estabelecidos (fixos), quanto às inovações formuladas na espontaneidade das trocas sociais e da ação (cambiantes) (JOHNSTON e OLIVER, 2000; SNOW, 2004).

Movimentos e contramovimentos imbuídos cada qual por uma ótica mobilizam-se de modo a afetar quadros não somente estruturais, mas também simbólicos: criam e recriam novas semânticas para signos e símbolos sociais preestabelecidos e naturalizados socialmente e buscam legitimá-los através de convencimento público (SNOW, 2004; TARROW, 2009). Logo, disputam a legitimidade de seus posicionamentos e seus enquadramentos interpretativos (*framing*), visto que problematizam, ressignificam e dramatizam publicamente concepções e noções práticas a respeito de um mesmo tema, a partir de concepções de mundo particulares (MEYER e STAGGENBORG, 1996; TURNER, 1996).

1.2. Investigando o caso brasileiro

As mobilizações antiaborto no Brasil não têm sido analisadas a partir de teorias dos movimentos sociais. Os trabalhos que observam a ação coletiva têm se apresentado mais na forma de estudos empíricos (como CORRÊA, 2004; MACHADO, 2012a), destacando, sobretudo, as mobilizações institucionais e legais e problematizando o caráter religioso das reivindicações antiaborto na esfera política (como em GOMES, 2008; GONÇALVES e LAPA, 2008; KALSING, 2002). A maioria dos estudos sobre as mobilizações antiaborto nacional tem enfatizado os valores em disputa na controvérsia do aborto, principalmente, em processos legislativos e veículos midiáticos a partir de diferentes linhagens de pesquisa⁷. A literatura que trata da temática do ponto de vista da ação coletiva tem elegido especialmente as mobilizações pró-aborto como recorte empírico. Há vasta e relevante produção bibliográfica sobre o movimento feminista e, por conseguinte, de sua atuação em torno da agenda do aborto (são exemplos BARSTED, 2005; BARSTED, 2009; FANTI, 2016; MIGUEL, 2012; NOGUEIRA, 2013; SCAVONE, 2008).

⁷ Duas linhagens são priorizadas nestes trabalhos: uma voltada para estudos foucaultianos (ALDANA, 2008; RIBEIRO, 2012) e outra para estudos de religião e espaço público (DALMOLIN, 2011; LUNA, 2010; LUNA, 2014a; LUNA, 2014b; SALES, 2014). Na primeira linhagem, conceitos como “discurso”, “discurso fundante”/“metanarrativas” e “comentário” são mobilizados para compreender a validade de escrituras e documentos religiosos nos argumentos de grupos contrários ao aborto. Na segunda linhagem de pesquisa, conceitos como “secularização”, “espaço público” e “esfera privada” são articulados para problematizar a atuação da Igreja no âmbito político diante da controvérsia do aborto.

As pesquisas que focalizam as mobilizações antiaborto no Brasil vêm crescendo na medida do fenômeno, só que focalizadas mais na ação institucional (partidos políticos, *lobbies*) do que em *movimentos*; mais nas disputas discursivas nas arenas públicas e nas políticas governamentais do que na ação coletiva dos grupos (como ALDANA, 2008; CORRÊA, 2011; GONÇALVES, 2008; MACHADO, 2012a; OLIVEIRA, 2004; ROCHA, 2006; SALES, 2014).

O papel da Igreja Católica em um ativismo contra o aborto ganha destaque nos estudos do caso nacional, que vêm problematizar a intersecção entre política e religião. Porém, observa-se a pendência de trabalhos que utilizam teorias dos movimentos sociais em sua análise, com exceção de (DIDES, 2013 e RUIBAL, 2014a), trabalhos nos quais são realizadas análises internacionais e comparativas nas quais o caso brasileiro é brevemente apresentado. O enfoque das abordagens concentra-se no ativismo religioso, institucionalizado e nas estruturas valorativas que sustentam a ação coletiva antiaborto. Mas oculta, tal como é possível identificar na literatura internacional, um ativismo organizado, sustentado por grupos estrategicamente organizados na oposição à legalização do aborto e em oposição aos grupos mobilizados pró-aborto, e que não são sustentados exclusivamente por vínculos religiosos, mas, acima de tudo, por uma concepção antiaborto.

No aspecto empírico há importantes produções sobre as mobilizações antiaborto de cunho religioso, principalmente, católica e evangélica. Entretanto, fora deste nicho o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, que atua ativamente contra o aborto no país desde 2006 tem suas mobilizações destacadas apenas por (MACHADO, 2012a), em vista de analisar o ativismo em torno do tema no processo eleitoral de 2010. A disputa eleitoral de 2010 recebe destaque pela mobilização antiaborto através da Campanha “A vida depende de seu voto – 2010”, organizada pelo Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto⁸. Nesta ocasião, governantes e legisladores antiaborto problematizaram a legalização do aborto ao debaterem possíveis Projetos de Lei como, por exemplo, a Lei Maria do abandono⁹, a qual propunha amparo legal às mulheres gestantes que sofrem pressão familiar para abortar ou que se encontram em situação de abandono. E os grupos antiaborto articulados no Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem

⁸ A Campanha foi lançada a partir do III Encontro de Legisladores e Governantes pela Vida (MACHADO, 2012a), realizado em 28 de abril de 2010, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. (**Disponível em:** <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/147023-AGENDA-DASEMANA.html>>. **Acesso em:** 05 mar. 2016).

⁹ Em referência Lei Maria da Penha. (**Disponível em:** <<http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/147178-DEBATEDORES-PEDEM-REJEICAO-INTEGRAL-DE-PLANO-DE-DIREITOS-HUMANOS.html>>. **Acesso em:** 05 mar. 2016).

Aborto, em conjunto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atuaram na campanha eleitoral através da produção e divulgação de documentos constando os candidatos comprometidos com a causa antiabortista para a consulta do eleitorado. A Campanha do movimento realizada em 2010, contou logo em seu lançamento com o compromisso de 140 parlamentares (MACHADO, 2012a).

No entanto, a grande repercussão da temática do aborto e de uma intensa atuação antiabortista na campanha eleitoral de 2010 é fruto de mobilizações políticas que tiveram seu fulcro ainda em 2005, com a organização da primeira Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o aborto e o processo de formação do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto. O Movimento aparece tal como um filho bastardo nos estudos de caso nacionais, muitas vezes esquecido e quando lembrado, pouco senão nada se sabe de sua origem. Uma lacuna empírica se apresenta sobre a formação do Movimento e de sua atuação contra o aborto no âmbito nacional.

E é neste lugar empírico e teórico-analítico, ainda pouco explorado, que esta pesquisa se aloca.

Adotando a perspectiva dos movimentos sociais como fenômeno político característico do final do século XVIII (TILLY, 2009), os movimentos sociais são uma forma de política com limites fluidos, sustentada em longo prazo confrontacionalmente por coletivos organizados em redes conectivas (BISON e DIANI, 2010), envoltos por símbolos e significados compartilhados e identidade coletiva em torno de um objetivo em comum (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009). A ação coletiva é fomentada por sentimentos de insatisfação e injustiça, de modo que a inação apresenta danos mais altos do que a própria ação (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; TARROW, 2009), ao mesmo tempo em que uma ação coletiva centrada em repertórios e estratégias de movimentos sociais (no lugar de revoluções, terrorismo, vandalismo, coalizões etc.) se apresenta hábil para que os objetivos em vista sejam alcançados, ou seja, exerça pressão e/ou influência sobre os grupos de poder do campo no qual se encontra a disputa (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009). As conquistas e avanços dos movimentos sociais podem acarretar na formação de contramovimentos, isto é, movimentos sociais formados e organizados em oposição a outros movimentos sociais já existentes. Os objetivos e avanços do movimento social inicial vão de encontro direto com os objetivos e avanços do contramovimento e implicam em uma disputa de mobilizações e contramobilizações em torno de um mesmo campo (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; USEEM e ZALD, 1982).

Este trabalho apresenta a contramobilização em torno do aborto no Brasil. O confronto anti e pró aborto não é novo no país, desde os anos 70, movimento feminista e grupos antiaborto organizados pela Igreja Católica polarizaram a disputa em torno do aborto no âmbito nacional (BARSTED, 1992) e o processo Constituinte, na década seguinte, veio acirrar esse confronto (BARSTED, 1997; ROCHA, 2006; MAYORGA e MAGALHÃES, 2008), que se estende até os dias atuais. No entanto, um movimento social antiaborto de amplitude nacional, atuante exclusivamente na causa antiabortista e de influência plurirreligiosa só se forma em 2006, na figura do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

Há uma internalização do confronto do aborto internacional no país. É em relação ao ambiente internacional, no qual a temática e as mobilizações do aborto se faziam avultar através da legalização do aborto nos Estados Unidos e países europeus, e da atuação de grupos e de Conferências internacionais que mobilizações e contramobilizações ao aborto se apresentam no âmbito nacional. E é no contexto nacional, diante de alterações conjunturais, que se inauguram inovações na contramobilização nacional ao aborto em reação à mobilização feminista no interior do primeiro governo Lula, que sob a agenda da saúde das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos emplacou políticas públicas que visavam revisar a legislação punitiva do aborto. Alocada principalmente no âmbito institucional, em particular, no legislativo, através de ações de pressão menos disruptivas (*lobby*, petições etc.) a contramobilização ao aborto sofreu remodelações e adotou a forma política de movimento social, atuando através de campanhas públicas e estratégias discursivas de caráter e impacto simbólico, visando angariar maior visibilidade pública e adesão da sociedade à causa antiabortamento.

Esta pesquisa reconstrói a contramobilização à pauta do aborto que desembocou na Campanha Nacional em Defesa da Vida, em meio ao ciclo eleitoral de 2006 e, ao mesmo tempo, na formação do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto. Deste modo, a análise desta dissertação concentra-se nas mobilizações antiaborto nacionais e sua interação com o movimento feminista no contexto mais amplo e relacional com o Estado durante o ciclo eleitoral de 2006. São observados o ambiente sociopolítico, repertório de ação e os enquadramentos interpretativos apresentados no confronto.

A bibliografia mais ampla que trata sobre as mobilizações em torno do aborto tem nomeado os grupos e movimentos de atuação favorável às políticas de legalização,

descriminalização, despenalização ou ampliação dos permissivos legais¹⁰ do aborto como pró-escolha; e os grupos e movimentos de atuação contrária às políticas de legalização, descriminalização, despenalização ou ampliação dos permissivos do aborto como pró-vida. Isto porque boa parte da literatura tem assumido a premissa de que as mobilizações favoráveis ao aborto se dão de forma a buscar a ampliação das possibilidades de escolha da mulher em relação a uma gestação, portanto, pró-escolha; e as mobilizações contrárias ao aborto se dão de forma a exaltar a defesa da vida do feto por nascer. No entanto, diferentemente dessa tendência, que tem apontado os grupos em disputa em torno do aborto como pró-escolha e pró-vida, ao longo da pesquisa optou-se por adotar, de modo genérico, o termo pró-aborto e antiaborto respectivamente.

Tal decisão em relação à nomeação das forças em disputa no campo do aborto se deu por dois motivos referentes aos objetivos teórico-analíticos da pesquisa. O primeiro refere-se ao fato de que a nomeação pró-vida abrange não somente os grupos e movimentos em torno do aborto como também àqueles que atuam engajadamente em uma esfera dita de defesa da vida desde o momento em que se inicia a vida até o momento da morte natural, perpassando, portanto, por várias fases da vida humana. Deste modo, tal abrangência é inconsistente ao recorte da pesquisa, que se concentra nas mobilizações antiaborto. O segundo motivo está relacionado ao fato de que é almejado na pesquisa problematizar as noções e práticas manejadas pelos movimentos através de suas próprias representações ao público, de modo que seja possível apontar analiticamente as questões estratégico-simbólicas que se escondem por de trás da auto apresentação de ambos os lados.

A pesquisa foi realizada em duas frentes paralelas. A primeira frente focalizou as mobilizações feministas (pró-aborto) como parte do ambiente político da contramobilização. E foi realizada em colaboração com o Grupo de Pesquisa sobre Mobilização pelo Direito ao Aborto no Brasil, coordenado pela professora Dr^a. Marta Rodriguez de Assis Machado (Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas / CEBRAP) e vinculado à rede de pesquisa latino-americana *Abortion Rights Lawfare in Latin America*. A segunda frente focalizou no trabalho particular de coleta dos materiais e dados de pesquisa mais específicos, voltados para a contramobilização ao aborto.

As frentes consistiram, em um primeiro momento, no levantamento bibliográfico secundário nacional e internacionalmente. Nesta etapa, a partir de uma busca mais ampla de

¹⁰ Entende-se por permissivos legais do aborto as exceções frente à proibição do aborto. Ou seja, a ampliação dos permissivos legais corresponde com a ampliação das possibilidades de aborto, sem que o aborto em si deixe de ser proibido. Como, por exemplo, a permissividade do aborto em casos comprovados de gestação resultante de estupro.

artigos sobre o aborto, foram filtrados aqueles trabalhos que de algum modo abordam as mobilizações em torno do aborto. O levantamento bibliográfico inicial foi realizado através do Google acadêmico e nos acervos online do Scielo e Jornal Mobilization e, então, em um processo bola de neve buscou-se na bibliografia encontrada novas referências. Em um segundo momento, a pesquisa consistiu no levantamento das mobilizações e dos processos legislativos em torno do aborto no país. O mapeamento do campo de confronto mais amplo entre as mobilizações e contramobilizações se deu através da coleta de dados a partir de seis fontes principais: [1] o Jornal Fêmea¹¹, [2] a base de notícias CFEMEA¹²; [3] a base de notícias no site do Movimento Nacional de Cidadania pela vida – Brasil sem aborto¹³, [4] a base de notícias no site do Movimento em Defesa da Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro¹⁴, [5] a base de notícias do site da Câmara dos Deputados¹⁵ e [6] a literatura secundária. As bases de notícias encontram-se alojadas em sites e funcionam como meio de informação ao seu público, portanto reúnem matérias diversas sobre o tema de interesse. Nesta etapa foi utilizada a palavra-chave ‘aborto’ para o levantamento de informações e dados para a pesquisa. O levantamento do conteúdo correspondente aos processos legislativos também contou com a colaboração do Grupo de Pesquisa sobre Mobilização pelo Direito ao Aborto no Brasil.

Já em um terceiro momento, a pesquisa consistiu no levantamento e na confecção de um banco de dados qualitativo das mobilizações em torno do aborto de 2005 a 2006, de modo que fosse possível captar o início e o desarmar do confronto em torno do aborto no ciclo eleitoral de 2006. Para tal foram coletadas informações correspondentes a quatorze (14) variáveis referentes a cinco (5) aspectos dos eventos de mobilização: [1]. Identificação do evento (Posicionamento – pró ou contra, Data, Estado e Objetivo); [2]. Formas de mobilização (Institucional, Direta, Confrontação e Confrontação com o uso de violência), conforme o modelo apresentado por Kriesi, *et al* (1995); [3]. Redes e alianças (Organizações, Partidos Políticos, Personalidades, Movimentos sociais e Outros) [4]. Repertório de ação (performances públicas); e [5]. Símbolos audiovisuais (Slogans e Propostas). Deste modo, foi possível mapear o campo do confronto em torno do aborto no ciclo eleitoral de 2006 ao observar a disputa entre movimento e contramovimento através dos atores e suas alianças,

¹¹ **Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2861&Itemid=136>. **Acesso em:** out. 2015.

¹² **Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1446&Itemid=95>. **Acesso em:** out. 2015.

¹³ **Disponível em:** <http://www.brasilsemaborto.com.br/index.php?action=area&idn_area=2&cache=0.4288205735428121>. **Acesso em:** out. 2015.

¹⁴ **Disponível em:** <<http://www.defesadavida.com/?pg=noticias>>. **Acesso em:** out. 2015.

¹⁵ **Disponível em:** <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/>>. **Acesso em:** out. 2015.

formas de ação, interpretações e representações das pautas pró e anti aborto. Isto, pois, o objetivo do banco de dados era de permitir com que fosse observado o jogo de ação e reação de movimento e contramovimento e vice-versa.

Em vista de que a pesquisa não se condicionasse a um único viés jornalístico, o banco de dados foi alimentado por acervos digitais de três jornais de abrangência nacional: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo e Jornal da Câmara. Sendo dois desses jornais selecionados de acordo com a classificação da Associação Nacional de Jornais por maior média de circulação diária (CMD) no período em foco, de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2006, são eles: o Jornal Folha de São Paulo (CMD/2005: 307.937 e CDM/2006: 309.383) e O Globo (CMD/2005: 274.934 e CDM/2006: 276.385)¹⁶. Enquanto que a seleção do Jornal da Câmara se deu devido a sua ampla cobertura de eventos institucionais.

A busca das notícias foi realizada utilizando sete palavras-chave: [1]. aborto, [2]. pró-vida, [3]. pró-escolha, [4]. abortamento, [5]. interrupção da gravidez, [6]. interrupção da gestação e [7]. defesa da vida. Como resultado, foram obtidas 808 notícias pelo Jornal Folha de São Paulo, 620 notícias pelo Jornal O Globo e 70 notícias pelo Jornal da Câmara. Do total de 1498 notícias levantadas nos 3 jornais, foram organizados no formato do banco de dados 92 eventos de mobilização, tanto pró como contra o aborto. Sendo 61 eventos de mobilização no ano de 2005 e 31 eventos de mobilização no ano de 2006. Diante deste quadro mais amplo de eventos, a pesquisa trabalhou reduzidamente com os eventos de mobilização voltados para o ciclo eleitoral de 2006. A pesquisa mais abrangente fez-se necessária para orientar o recorte da pesquisa, isto é, para que fosse possível captar as primeiras mobilizações em torno do aborto voltadas para as eleições de 2006.

Para complementar os dados obtidos e preencher lacunas informativas a pesquisa também conta como parte de seu material com entrevistas¹⁷. São seis (6) entrevistas com representantes do movimento feminista brasileiro, atuantes na causa pró-aborto, que foram realizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre Mobilização pelo Direito ao Aborto no Brasil¹⁸. E três (3) entrevistas de fonte secundária (entrevistas realizadas por blogs, jornais e revistas) e três (3) de fonte primária (entrevistas realizadas pessoalmente) com lideranças-chave do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, isto é, personalidades que participaram do processo de formação do Movimento, que têm se apresentado enquanto

¹⁶ Associação Nacional de Jornais (ANJ). (**Disponível em:** <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. **Acesso em:** out. 2015).

¹⁷ Em conformidade com o termo de consentimento, o anonimato das entrevistas, de fonte primária, será resguardado. Desta forma, as entrevistas serão utilizadas sem que sejam vinculadas diretamente aos entrevistados.

¹⁸ Conforme apresentado no Quadro Entrevistas com lideranças feministas, disposto no **Apêndice A** –.

figuras públicas de representatividade e exercem cargos oficiais dentro do Movimento¹⁹. Para a realização das entrevistas antiaborto de fonte primária, foram confeccionados previamente Roteiros de entrevistas²⁰ semiestruturados, baseados em técnicas de pesquisa do tipo qualitativa. Os primeiros contatos foram realizados via e-mail e telefone e a realização das três entrevistas ocorreu presencialmente.

¹⁹ Respectivamente apresentadas nos Quadros: Entrevistas secundárias antiaborto e Entrevistas primárias antiaborto, dispostos no **Apêndice B** –.

²⁰ Para Roteiros de entrevistas, ver **Apêndices C** – e **D** –.

CAPÍTULO 2 –

O campo de confronto político em torno do aborto

O campo no qual se engendram as disputas em torno do aborto é em si só controverso por excelência. Isto, pois se encontra envolto em questões mais amplas e controversas em processos de construção e validação social, como as noções de pessoa, concepções a respeito do momento em que se inicia a vida e o que caracteriza a morte (LUNA, 2010; LUNA, 2014b; SALES, 2014), que incidem no imaginário popular a partir de preceitos ético-morais. A noção de vida faz-se conceito polissêmico dentro da própria biologia, área da ciência dedicada ao *estudo da vida* (COUTINHO; MAIA e SILVA, 2008). A temática do aborto encerra-se em um campo no qual estão em disputa as concepções e convicções a respeito da natureza humana, sua biologia e anatomia; ao mesmo tempo em que também se atrela às convicções transcendentais, a respeito da essência humana; e convicções sociais, a respeito de cidadania, noções de direitos e deveres. Nesta esteira, as disputas em torno do aborto têm se apresentado em um campo multiorganizacional (DELLA PORTA e DIANI, 2006a) em que variados segmentos da sociedade o compõem, são médicos, biólogos, juristas, advogados, parlamentares, personalidades públicas, personalidades que exercem cargos governamentais, ativistas (religiosos e não religiosos), movimentos sociais etc. em disputa (BRITES, 2012).

Os enquadramentos interpretativos e repertórios de ação voltados para a temática do aborto envolvem emoções e se modelam em termos morais, éticos, filosóficos que vêm definir o momento de início da vida. Repertórios de ação e enquadramentos interpretativos encontram-se intrinsecamente relacionados, isto porque, as performances escolhidas e empenhadas pelos movimentos sociais condizem não somente com estratégias calculadas entre as possibilidades de sucesso e insucesso, mas também à sua moralidade, formas de ver o mundo, cultura interna e identidade. Não há fragmentação entre as ações dos movimentos e seu conteúdo simbólico/cultural, ambos atuam conjuntamente na representação de uma interpretação da realidade, expressos desde a escolha de determinada tática de ação até na sua performance (JASPER, 2007; TARROW, 2009). Ao mesmo tempo em que ganham forma na constante interação entre movimento e contramovimento, que coincidem não somente no uso de uma mesma gramática para expressarem suas visões de mundo, como no uso de táticas semelhantes e/ou iguais para incidirem em determinado ambiente (LO, 1982).

Parte fundante dos movimentos sociais é sua cultura interna, que possibilita com que as pessoas de um grupo heterogêneo se identifiquem umas com as outras e se apresentem para

um público externo com certa unicidade. Ou seja, são as noções de mundo compartilhadas entre seus membros que possibilita com que se organizem e problematizem questões, práticas, concepções e situações sociais; as ressignifiquem e as dramatizem em público (BENFORD, 2014; JOHNSTON e OLIVER, 2000; TURNER, 1996), buscando atuar em “*suas mentes e corações*” (SNOW, 2004: 393). Movimentos sociais que pautam temas morais têm, todavia, acionado mecanismos parecidos em suas mobilizações, utilizando-se de enquadramentos interpretativos apelativos às noções de humanidade. Os movimentos antiaborto e antiescravagista norte-americanos, por exemplo, têm feito uso de imagens grotescas e de forte apelo emocional, estimuladoras de sentimentos de asco e repúdio, verdadeiras imagens de horror. Antiabortistas têm utilizado em suas campanhas, manifestações e produções midiáticas a exposição de imagens de fetos desmembrados e ensanguentados, desvinculados do corpo materno (CANNOLD, 2002) para mexer literalmente com os nervos e causar arrepios, remeter àquilo que é desumano e provocar sentimentos diversos capazes de levar ao convencimento e à mobilização contra o aborto (HALFMANN e YOUNG, 2010).

Na dinâmica entre movimento e contramovimento, repertórios de ação e enquadramentos interpretativos pró e anti aborto têm se apresentado em uma relação direta. Neste sentido, valendo-se de estratégias desde mais convencionais até mais disruptivas ambos os lados da disputa buscam emplacar suas demandas e bloquear as de seus adversários. Nos âmbitos institucionais, disputas através do uso de *lobbies* se fazem intensas (CANNOLD, 2002; FREIRE, 2008; RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2014b; RUIBAL, 2015; SIEGEL, 2008). O movimento feminista moderno chama a atenção pelo uso de estratégias discursivas que dramatizam questões culturais e valorativas para ressignificarem o *status quo* do ser mulher e seu lugar na sociedade (DYKE e TAYLOR, 2004); e o movimento antiaborto chama a atenção por suas estratégias discursivas que dramatizam questões culturais e valorativas para (re)-significarem o *status quo* do feto e seu lugar na sociedade.

Trazendo luz ao caráter relacional que se estabelece nas estratégias de ação adotadas pelo movimento antiaborto²¹ no confronto com o movimento pró-aborto na Austrália e nos Estados Unidos, ações e contra ações são apresentadas em um jogo de adaptações e mimetismos às estratégias de seus adversários (como CANNOLD, 2002 e SIEGEL, 2008).

²¹ Diferentemente de como a bibliografia vem se referindo aos atores e grupos contrários ao aborto, comumente abordados como pró-vida e/ou antiaborto, Cannold (2002) se refere a estes grupos e atores como *anti-choice*. Isto porque sua análise sustenta que o fator central na disputa em torno do aborto condiz com a ampliação ou restrição de possibilidades de escolha das mulheres ao aborto legal.

Durante a disputa *Gonzales v. Carhart*²², nos Estados Unidos, o argumento contra o aborto se apresentou em correspondência direta com os argumentos pró-aborto: um argumento voltado para a criminalização do aborto e proteção do nascituro deu espaço para um argumento voltado para a não legalização do aborto prezando a proteção além do nascituro, também da saúde psíquica da gestante. Se o movimento pró-aborto baseou suas argumentações em noções da saúde da mulher, movimento antiaborto elaborou sua argumentação no mesmo âmbito: saúde da mulher.

Ambos os lados da disputa vêm buscando a sensibilização pública valendo-se dos mesmos enquadramentos interpretativos. Na busca por apresentar e tornar legítima a sua verdade, movimento e contramovimento em torno do aborto, cada qual, se apresenta diante da defesa da vida: um defende a vida da mulher, o outro a vida do nascituro. Um protege a mulher de uma morte anônima em clínicas clandestinas de abortamento, relegada a médicos despreparados e ambientes insalubres; o outro protege crianças por nascer de terem suas vidas abortadas legalmente pelas mãos de médicos sem culpa alguma. Em termos morais, enquadramentos interpretativos (*framing*) e contra enquadramentos interpretativos (*counterframing*) (BENFORD, 2014) apelam para sentimentos de compaixão e responsabilidade para com a vida do outro.

2.1. Estudos de caso internacionais: as mobilizações antiaborto

O caso norte-americano tem apontado para a existência de um ativismo antiaborto que vem se remodelando ao longo dos anos: desde um ativismo mais radical com táticas de confronto físico e de choque moral a um ativismo mais moderado com táticas menos agressivas (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; HALFMANN e YOUNG, 2010; HUSTING e KING, 2003; MEYER e STAGGENBORG, 1996). Na esfera legislativa, desde a década de 70, há uma ampla representatividade de grupos antiaborto envolvidos em redes evangélicas e engajados na chamada *cause lawyering* (advocacia de causa) e problematizando os controversos direito à vida e direito de praticar livremente sua fé, em alinhamento político com partidos mais conservadores e considerados de direita (como demonstra DULK, 2006).

²² Conhecido como o caso *Gonzales v. Carhart*, foram as disputas pela concessão ou não aos governos da regulamentação dos métodos utilizados para a realização do aborto, ocorrido em 2007, nos Estados Unidos (SIEGEL, 2008).

Outra marca da atuação antiaborto é o emprego de ações com uso de violência, grupos antiaborto nos Estados Unidos, França²³ e México, mesmo que em momentos diferentes, recorreram a táticas mais agressivas (CORRÊA, 2004; HUSTING e KING, 2003; MAIER, 2010). Manifestantes antiaborto têm realizado bloqueios e passeatas em frente às clínicas que realizam procedimentos de abortamento para coagirem gestantes, médicos e funcionários a não executarem as técnicas de aborto. Em alguns casos, tais ações atingiram performances mais radicais, como a depredação de clínicas e agressões físicas. O caso norte-americano é emblemático deste tipo de tática (CORRÊA, 2004; HUSTING e KING, 2003).

Nos Estados Unidos²⁴, no início dos anos 80, se formou a organização *Evangelical Protestant Randall Terry*, tal organização inaugurou uma nova maneira de atuar contra o aborto, através da Campanha “*Operate Rescue*”, em 1983. A campanha se tornou famosa por suas táticas mais violentas e radicais. Ativistas bloqueavam as entradas de clínicas de abortamento e/ou realizavam passeatas e manifestações em frente ao local para coagir tanto as gestantes (pacientes) quanto os seus médicos e funcionários. Em alguns casos as ações atingiam performances mais radicais e agressivas, como a depredação de clínicas e agressões físicas (CORRÊA, 2004; HUSTING e KING, 2003). Com a grande repercussão nacional e internacional das ações de táticas violentas antiaborto, em 1986, se formou a organização *Operation Rescue* (HUSTING e KING, 2003). Algumas ações de *operate rescue* duraram semanas, até meses, e contaram com vasta cobertura midiática. Tais ações, na década de 90, culminaram na *Summer of Mercy* (1993), que levou ao assassinato de um médico. O episódio deflagrou em uma forte rejeição e repreensão às ações de *rescue*, que começaram a abrandar no país (HUSTING e KING, 2003).

Seguindo essa tendência, o **Quadro I** apresenta os países e o período em que uso de táticas antiaborto com uso da violência foram mais frequentes:

²³ Contornando o fato de não haver clínicas exclusivamente de abortamento no país, ativistas franceses se articularam com parteiras, médicos e funcionários internos aos hospitais, que tinham acesso facilitado aos casos de aborto. Assim, conseguiam informações privilegiadas para chegar aos possíveis casos e realizavam suas intervenções (HUSTING e KING, 2003).

²⁴ Apesar de a legalização do aborto ser implantada em 1973, gerando um grande alvoroço dos grupos antiabortistas, organizações e grupos locais contra o aborto já existiam desde a década de 60 no país (BANASZAK e ONDERCIN, 2010) como a *Right to Life of Southern California* e *New York Right to Life* (HALFMANN e YOUNG, 2010).

Quadro I
Picos do uso de táticas de ação mais violentas

Países	Anos
Estados Unidos e Espanha	80-90
França	88-90
México	Final dos anos 90

Em concomitância aos repertórios de ação e às inovações estratégicas e táticas, os quadros interpretativos antiaborto também sofreram remodelações e ganharam novas modulações. A princípio, a mobilização antiaborto encontrava-se muito mais orientada em oposição ao aborto. No entanto, este posicionamento foi sofrendo alterações, ao passo que a oposição direta ao aborto foi dando espaço para uma mobilização mais voltada na defesa da vida do nascituro e da maternidade, por exemplo, como é o caso do ativismo Espanhol (FERNÁNDEZ, 2011; RUIBAL, 2014a).

Na Espanha são observadas claramente duas ondas do ativismo antiaborto, a primeira onda na década de 80 e a segunda nos anos 2000. Nos anos 80, ativismo contra o aborto é representado por grupos mais radicais, de influência norte-americana²⁵, com argumentos baseados na moral e uso de táticas mais agressivas como, por exemplo, imagens de fetos abortados. O *slogan* “*La familia sí importa*” é ilustrativo da influência da Igreja Católica no ativismo antiaborto neste momento, articulando em um só *slogan* a defesa do casamento heterossexual, da vida desde a concepção e da liberdade educativa. A partir da década de 90 o ativismo espanhol passou a se empenhar mais na articulação de princípios éticos e científicos para a produção de um discurso mais convincente e comovente, visando transcender os princípios religiosos (católicos) que sustentavam o ativismo antiaborto no país. Neste momento eram construídas as bases para a segunda onda do ativismo, que adquiriria melhores contornos com a virada do século. Representativo da segunda onda, o ativismo antiaborto nos anos 2000 passou a se apresentar de forma menos extremista e mais moderada. Composto por grupos contrários ao aborto, que se auto intitulam laicos e se munem de argumentos científico-rationais biológicos e jurídicos (FERNÁNDEZ, 2011).

Nos casos norte americano, australiano e português é possível observar, mais recentemente, uma argumentação centralizada na saúde da mulher, tal como nos riscos e efeitos colaterais do abortamento para a mulher (CANNOLD, 2002; FREIRE, 2008; SIEGEL, 2008). Imagens de fetos ensanguentados e dizeres de ódio contra o aborto, de forte apelo

²⁵ Também influenciados pelas atividades de *operate rescue*.

emocional e de referência ao grotesco²⁶, que destacam a centralidade das estratégias antiaborto no feto (HALFMANN e YOUNG, 2010) dão espaço para uma estratégia mais centrada no valor da vida e da maternidade (CANNOLD, 2002; FREIRE, 2008; SIEGEL, 2008).

No caso dos Nos Estados Unidos, por exemplo, até a década de 80 os argumentos mobilizados pelos atores antiaborto destacavam a vida da criança não nascida, uma vida em potencial que não poderia ser brutalmente interrompida, uma vez que a vida se inicia desde a concepção. Contudo, observando o posicionamento da população²⁷, grupos antiaborto passaram a repensar seus argumentos em termos dos direitos da mulher. A mulher, antes assassina do bebê, passou a ser tratada como mais uma vítima da indústria abortista, que lhe sonega informações a respeito dos procedimentos, riscos e consequências do aborto. Centros de estudos e de atendimento para mulheres com doenças psíquicas pós-aborto foram criados e o risco do câncer de mama em mulheres que haviam abortado passou a ser altamente disseminado²⁸. Processo de deslocamento dos enfoques no enquadramento interpretativo antiaborto semelhante ocorreu na Austrália e em Portugal²⁹. Os efeitos do aborto no corpo e na saúde da mulher começaram a fazer parte do discurso antiabortista. Centros de estudos e de atendimento para mulheres com doenças psíquicas pós-aborto foram criados e o risco do câncer de mama em mulheres que haviam abortado passou a ser altamente disseminado (CANNOLD, 2002; FREIRE, 2008; SIEGEL, 2008).

As mobilizações contra o aborto, então, parecem reproduzir dois momentos do ativismo, ainda que não separadamente. Um primeiro momento, no qual a lógica antiabortista aparece içada pela moral e a sacralidade da vida desde a concepção, através da atuação de

²⁶ Halfmann e Young (2010) se detém nas imagens utilizadas pelos movimentos antiaborto e anti-escravidão norte-americanos para analisar o emprego do grotesco na ação coletiva, sobretudo, no *frame* destes movimentos. O conceito de grotesco é apresentado como descrevendo imagens que provocam emoções ambíguas nos indivíduos. São imagens de forte apelo moral, como animais sendo mortos e fetos abortados, por exemplo. Tais imagens (grotescas) têm sido estudadas enquanto ativadoras de determinados sentimentos e por isso, catalizadoras de novos ativistas. E por vezes, também potencializadoras dos sentimentos e ideais compartilhados que tornam indivíduos separados em membros de um mesmo grupo, ou seja, rememorando vínculos já existentes, os fortalecendo e criando novos.

²⁷ Pesquisas de opinião demonstraram que a maioria da população mesmo concordando com a noção de que a vida se inicia desde a concepção ainda assim mantinha um posicionamento favorável à legalização do aborto (CANNOLD, 2002; SIEGEL, 2008).

²⁸ O caso *Gonzales v. Carhart*, julgado em 2007 pela Suprema Corte é emblemático desta mudança de paradigma no argumento contra o aborto (SIEGEL, 2008).

²⁹ Em Portugal, uma comparação do Referendo do aborto de 1998 (no qual a proposta de despenalização do aborto não passou) com o Referendo do Aborto de 2007 (no qual o aborto foi despenalizado) explicita alterações nas estratégias e nos enquadramentos interpretativos antiaborto. Enquanto no primeiro Referendo o foco do argumento contra o aborto encontrava-se na vida do nascituro, no segundo Referendo foi adotada uma argumentação muito mais centrada nos malefícios do aborto para a saúde da mulher (FREIRE, 2008).

movimentos religiosos em oposição às reformas legais e às mudanças nos padrões das relações sexuais e reprodutivas. Nesse momento, a Igreja Católica e, ainda que mais recentemente, segmentos evangélicos são importantes aliados na causa antiabortista em países como Estados Unidos, Espanha, Portugal, Colômbia e México (DULK, 2006; FERNÁNDEZ, 2012; FREIRE, 2008; MAIER, 2010; RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2014b). Em um segundo momento, elementos morais e religiosos perdem espaço para uma lógica técnica, científico-médica e filosófica, das noções de vida, morte e pessoa (RUIBAL, 2014a), como exemplos, os casos norte americano e espanhol (FERNÁNDEZ, 2011; MEYER e STAGGENBORG, 1996). Os argumentos transitam de um âmbito moral para um âmbito da saúde pública e dos direitos humanos, no qual a abordagem antiaborto passa a se apresentar menos na busca de impedir a realização do aborto e mais em fornecer meios e recursos financeiros e psíquicos para que as gestações sejam mantidas saudavelmente (RUIBAL, 2014a).

Entretanto, cabe neste ponto ressaltar a exceção do caso francês, as mobilizações antiaborto na França sempre tiveram uma abordagem relacionada à baixa taxa de natalidade nacional³⁰. Isto é, uma argumentação antiaborto calcada em um discurso religioso e moral não ganhou espaço na França, devido as características sócio-políticas e demográficas particulares do país. O aborto era apresentado como um agravante da problemática demográfica e por isso, problema de saúde pública. Mesmo as primeiras organizações antiabortistas francesas tiveram sua formação mais atrelada aos grupos médicos do que religiosos como, por exemplo, a *Laissez-les-vivre*³¹, fundada em 1970, embebida pelas teorias geneticistas de Jerome Lejeune³² (HUSTING e KING, 2003).

2.2. A propagação internacional do confronto em torno do aborto³³

As mobilizações em torno de questões de sexualidade e gênero vivenciaram com a virada do século XIX para o século XX um momento de oportunidade cultural internacional. Neste período, alterações nas relações ocidentais de gênero – normatizadas – foram

³⁰ As baixas taxas de natalidade no país possibilitaram a construção de argumentos banhados pelo sentimento nacionalista. Chegou a se falar na extinção do povo francês. Grupos antiaborto que não vincularam sua posição a estes fatores, gradualmente perderam força e visibilidade política (HUSTING e KING, 2003).

³¹ Na mesma década também foi fundada a organização *Des Jeunes Pour La Vie* e, em 1986, foi fundada a organização *SOS Tout-petits*, também liderada por médicos. Outras organizações ativas neste período eram a *Sauvons-les* e a *Sauvetage* (HUSTING e KING, 2003).

³² Jerome Lejeune (1926 – 1994), médico geneticista francês. Era um defensor de que a vida se inicia desde o momento da concepção (HUSTING e KING, 2003).

³³ Para Breve Cronologia Internacional, consultar **Apêndice E** –.

determinantes para o movimento, por exemplo, de mulheres internacionalmente (HUSTING e KING, 2003).

A liberalização e comercialização do uso de métodos anticonceptivos – como a pílula – nos países ocidentais, nos anos 60, é parte importante do que mais tarde veio a ser reconhecida como Revolução sexual: retrato de um processo mais amplo de alterações no âmbito cultural em relação aos ditames sociais do comportamento sexual (AZEVEDO, 2005; CORRÊA, 2004). Contando com ampla atuação do movimento de mulheres, tal processo reverberou diretamente na própria agenda política feminista daquela década. Desde os anos 60 movimentos de mulheres, organizados nos Estados Unidos e Europa já demandavam a liberalização e/ou ampliação dos acessos para a realização do aborto, organizadas como movimento (SCAVONE, 1999; STAGGENBORG, 1991); assim como grupos, sobretudo, católicos já faziam frente à oposição através de um ativismo antiaborto (BANASZAK e ONDERCIN, 2010).

Mas é no bojo da segunda geração do feminismo, na década de 70, que a pauta pró-aborto ganhou o mote “nosso corpo nos pertence” e foi circunscrito pelo movimento feminista, que estabelecia suas fronteiras em relação ao movimento de mulheres (OLIVEIRA, 2005; PIMENTEL e VILLELA, 2012; SCAVONE, 2008). Ainda colhendo os frutos do amplo processo da década anterior, os anos 70 se demonstrou histórico para as políticas de legalização do aborto nos Estados Unidos e em países europeus, como na Inglaterra, Holanda, Suécia, França e Itália (CORRÊA, 2004).

A legalização do aborto nos Estados Unidos, em 1973, desenvolvida no Supremo Tribunal através do caso *Roe x Wade*, obteve repercussão não apenas nacional, mas também internacional (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; CORRÊA, 2004; DULK, 2006; MAIER, 2010; MEYER e STAGGENBORG, 1996; USEEM e ZALD, 1982). Não tardou para que grupos conservadores e afeitos à moral cristã se articulassem na causa antiabortista (DULK, 2006; HUSTING e KING, 2003) e a Comissão de Relações Exteriores do Senado instituir que os recursos da *Agency for International Development* (USAIDUS) não poderiam ser utilizados para financiamento de serviços de abortamento (CORRÊA, 2004). No âmbito internacional, a publicidade do episódio – da legalização do aborto – transbordou as barreiras nacionais (BANASZAK e ONDERCIN, 2010; CORRÊA, 2004; DULK, 2006; MAIER, 2010; MEYER e STAGGENBORG, 1996) tanto com a disseminação do discurso feminista, quanto acarretando em políticas da Igreja Católica de contenção aos avanços da legalização do aborto em outros países (CORRÊA, 2004; FERNÁNDEZ, 2012; MAIER, 2010; RUIBAL, 2014a).

Ainda que com menos influência, também na década de 70, nos países europeus grupos antiabortistas prontamente se organizaram e passaram a atuar na forma de movimentos sociais em resposta às políticas de legalização do aborto (CORRÊA, 2004).

Sob o papado conservador de João Paulo II, desde 1979 (CORRÊA, 2011), a Igreja Católica reconhecendo as ameaças de uma mobilização feminista pela legalização do aborto e/ou pela ampliação de suas possibilidades legais, se empenhou na causa antiabortista e marcou presença nos países latino-americanos nos anos 80 e 90, principalmente, nos que se encontravam em democratização (FAÚNDES, 2012) e obteve sucesso, por exemplo, em El Salvador³⁴ (LAMAS, 2007). Neste contexto, o Vaticano elaborou estratégias para introduzir nas Constituintes dos países latinos o direito à vida desde a concepção (CORRÊA, 2004; FAÚNDES, 2012; RUIBAL, 2014a). A temática do aborto foi objeto de disputa ferrenha entre movimento feminista e Igreja Católica durante os processos constituintes do Brasil (1988), Colômbia (1991) e Argentina (1994). Foi então, neste período, que o tema ganhou dimensões consideráveis nos países da América Latina (RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2015; WESTPHAL, 2008) embora com certo *delay* de quase duas décadas com relação aos Estados Unidos e países da Europa. Devido ao contexto sociopolítico latino-americano, seus quadros de grande desigualdade social e de governos autoritários, a questão do aborto fazia-se secundária (SCAVONE, 1999; SCAVONE, 2008); ao mesmo tempo em que uma arraigada cultura católica fazia-se presente nos seus sistemas políticos (RUIBAL, 2014a).

Alterações no campo do confronto internacional em torno do aborto ocorreram nos anos 80. O I Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em Amsterdã (1984) (SCAVONE, 1999; SCAVONE, 2008); e as Conferências internacionais das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994) e Mundial da Mulher, em Pequim (1995) internacionalizaram a temática do aborto dentro de uma agenda por direitos reprodutivos. Com destaque para as Conferências do Cairo, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu as questões de cunho reprodutivo em termo de Direitos e saúde pública; e de Pequim, na qual foi recomendada a revisão da legislação punitiva em torno do aborto nos países nos quais ainda não fosse legalizado o aborto (ALDANA, 2008; CORRÊA, 2004). No entanto, tais avanços se deram não sem resistências da Igreja Católica (LAMAS, 2007), durante a Conferência do Cairo as forças contrárias à legalização do aborto não se esvaíram e estabeleceram limites ao debate:

³⁴ Em El Salvador o aborto era permitido em 3 casos: má formação fetal grave comprovada, risco de vida da gestante e quando a gravidez era fruto de agressão sexual. Mas, em abril de 1997, o país sofreu um grande retrocesso em relação a sua legislação em torno do aborto, e todas as possibilidades legais do aborto foram restringidas e as penas para a sua prática foram enrijecidas (LAMAS, 2007).

Argentina fechava com o Vaticano, o Irã era uma resistência total, total. Os Estados Unidos muito avançado, nossa posição também era avançada. Mas, não se conseguiu a não ser dizer o seguinte, que é o que consta no plano de ação: no caso de um atendimento de um aborto já provocado, que essa mulher seja atendida com humanidade, pelo menos isso (informação verbal)³⁵.

Na América Latina as conferências da ONU tiveram impacto nas políticas voltadas para a saúde reprodutiva da mulher e relativas ao aborto (BARSTED, 2009; FREITAS, 2011; SCAVONE, 2008). Na mesma medida em que a temática do aborto se polemizava internacionalmente, também se disseminava o confronto político por sua definição. O movimento feminista lançou, em 1993, a Campanha 28 de Setembro: Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, reunindo através da Rede Latino-americana e Caribenha de Saúde da Mulher 18 (dezoito) países (REDE SAÚDE, 2001), através dos motes “Anticonceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer” e “As mulheres decidem, a sociedade respeita, o Estado garante e a Igreja não intervém”. Em contrapartida, as mobilizações religiosas visando à criminalização integral do aborto ou, em outros termos, o direito à vida desde a concepção, também se tornavam cada vez mais frequentes desde os anos 90 (GONÇALVES e LAPA, 2008) e, em 1995, foi estabelecido pela Igreja Católica o dia 25 de março³⁶ como *Día del no Nacido* na Argentina, Costa Rica, El Salvador, Chile, Guatemala, Nicarágua e República Dominicana (LAMAS, 2007).

Com a chegada dos anos 2000, o confronto internacional³⁷ em torno do aborto foi incrementado pela atuação das Mulheres Sobre Ondas, uma iniciativa de feministas holandesas que de 2001 a 2004 proporcionou às mulheres da Irlanda e da Polônia que buscavam a possibilidade da realização de um aborto, concretizá-lo em uma clínica montada dentro de um navio, deste modo contornando as leis punitivas em vigência nos países (CORRÊA, 2004).

No Encontro sobre o Aborto na América Latina e no Caribe, em 2001, realizado no Rio de Janeiro, foi lançada a Carta de Guanabara, na qual o posicionamento feminista de autonomia sobre seus corpos e sexualidade frente a um Estado laico foi reiterado (LAMAS,

³⁵ Entrevista com uma das integrantes da delegação brasileira na Conferência do Cairo, a entrevista foi realizada em setembro de 2015.

³⁶ Data na qual a Igreja Católica celebra a revelação para a Virgem Maria de sua gravidez, que daria vida à Cristo (LAMAS, 2007).

³⁷ Em maio de 2004, o Papa João Paulo II canonizou Gianna Beretta Moilla, italiana que escolheu levar uma gravidez que colocaria sua vida em risco até o fim – Gianna Beretta Moilla faleceu no parto – como santa antiaborto. **Fonte:** “Papa proclamará seis novos santos em maio”. Jornal Folha Online, 19 fev. 2004, Mundo. **(Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u69428.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

2007). No entanto, a cada nova política de legalização do aborto e/ou de ampliação das suas possibilidades legais, uma onda de contramobilização ao aborto também se apresentou, como nos casos da Espanha, México etc. (DIDES, 2013; FERNÁNDEZ, 2012; MAIER, 2010). É sob a expansão da regulamentação do aborto em muitos países latino-americanos que esta última década se faz palco de importantes duelos entre o ativismo pró e antiaborto (RUIBAL, 2014a; RUIBAL, 2015).

2.3. O caso brasileiro: aquecendo o confronto

As disputas em torno do aborto também não são novidade no Brasil³⁸. Apesar de o período Constituinte ser destacado como momento de efervescência das disputas em torno do aborto no país (BASTERD, 1992), desde a segunda metade da década de 70 a atuação da Igreja Católica, impulsionada pelos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados Unidos (EUA) teve ampla participação na formação dos primeiros grupos antiaborto nacionais.

No contexto brasileiro, as rédeas do governo ditatorial³⁹ começavam a afrouxar desde a presidência do General Ernesto Geisel (1974-1979), inaugurando um processo de abertura política e ampliando as possibilidades de participação político-civil. A atuação da Igreja Católica, neste período, fornecendo apoio para grupos de esquerda, grupos de mobilização feminista (CORRÊA, 2011; BARSTED, 1992; DALMOLIN, 2011; ROSADO-NUNES, 2008) e de prostitutas (REZENDE, 2012) contra a ditadura veio reverberar mais tarde nas disputas em torno de questões sexuais e reprodutivas. Aliado à Igreja Católica contra a ditadura, o feminismo nacional em meio à conjuntura sócio-política repressiva abafou suas demandas por igualdade de gênero e aborto. Nesse momento político, para além de fora de

³⁸ Desde o século XIX a problemática do aborto já se apresentava enquanto objeto de disputa, ainda que em um âmbito mais do debate. No Rio de Janeiro do início do século XX, médicos se posicionavam contra o abortamento e contra o uso de métodos contraceptivos em detrimento de discursos neomalthusianos que se espalhavam pelo mundo (SILVA, 2012). A temática se apresentava, porém, no campo de políticas de controle de natalidade e higienistas. É apenas na década de 70, que a questão do aborto pensada do ponto de vista da saúde da mulher foi introduzida no país, através de setores da saúde pública e seus estudos sobre os riscos e danos do aborto quando realizado em condições insalubres (BARSTED, 2009).

³⁹ O final da década de 1960 e início da década de 70 no Brasil foi marcado a ferro e fogo pela ditadura. O decreto do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, usurpou os direitos políticos e individuais da população e deflagrou um contexto de grande repressão e controle estatal sobre a liberdade política e moral (FACCHINI e SIMÕES, 2009). O AI-5 deu ao presidente livres poderes para fechar o Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras; demitir ou aposentar funcionários ao seu bel prazer, cassar direitos políticos de qualquer cidadão, cassar mandatos eletivos, decretar estado de sítio, decretar a intervenção federal sobre estados e municípios; além de suspender o Habeas corpus. Com o fim do AI-5 foi proposto em 1978, era, então, restabelecido o bipartidarismo e a possibilidade da criação de novos partidos políticos no país.

mão, não era uma opção tais reivindicações. A luta nacional estava na garantia de direitos básicos e não havia espaço para pautas tão específicas, a própria esquerda nacional subjugava como pautas marginais àquelas relativas ao âmbito da sexualidade e reprodução (BARSTED, 1992; BARSTED, 1997; BARSTED, 2005; BARSTED, 2009; SARTI, 2001; SARTI, 2004; SCAVONE, 2008).

O Congresso Nacional, em 1975, recebia um Projeto do deputado João Menezes propondo a descriminalização do aborto, o movimento feminista sequer balbuciou apoio (BARSTED, 1992). No entanto, grupos antiaborto se demonstraram em alerta, pois não demoraram a responder tal iniciativa institucional: sob a égide da Igreja Católica, no mesmo ano, foi fundado o Movimento em Defesa da Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro⁴⁰ e, em 1976, a Associação Nacional Pró-Vida de Brasília⁴¹, com incentivo da *Human Life International* (HLI)⁴², organização católica apostólica que atua internacionalmente na defesa de valores cristãos. Observa-se, pois, uma mobilização católica de influências globais.

Em finais da década de 70 com o abrandamento do regime militar e o início do período de redemocratização do país⁴³, caracterizado pela crescente abertura política, o movimento feminista já não se encontrava mais tão atrelado ao seu aliado – a Igreja Católica – na luta contra a ditadura (CORRÊA, 2011; BARSTED, 1992; DALMOLIN, 2011; SARTI, 2001). Nesse período, o movimento feminista nacional passou a imprimir mais o tom de suas demandas e a causa do aborto foi, pela primeira vez, tratada como questão de saúde da mulher (BARSTED, 1992; FREITAS, 2005; MELO, 2005; OLIVEIRA, 2005; ROCHA, 2005). Embora, ainda de forma tímida e camuflada em demandas pouco específicas e voltadas para autonomia feminina, como o “*direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo*” (SCAVONE, 2008: 676).

⁴⁰ Fundado pelo filósofo e teólogo Padre Ney Affonso de Sá Earp (1935-1995) (**Disponível em:** <<http://www.defesadavida.com/index.php?pg=quemsomos/historico>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

⁴¹ **Disponível em:** <<http://www.providafamilia.org.br/movimentos.htm>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

⁴² Instituição que vem atuando desde 1981 em nível internacional na causa antiabortista. (**Disponível em:** <<http://www.hli.org/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

⁴³ O regime militar passava por momentos de instabilidade, sofria com suas divisões internas entre militares da “linha dura” e “brandos”. A presidência seguinte, pelo General Figueiredo (1979-1985), marcou o início do período de redemocratização brasileira, caracterizado pela crescente abertura política.

2.4. Contramobilização e mobilização em torno do aborto no Brasil⁴⁴

O feminismo nacional sofreria ainda importantes alterações com a chegada dos anos 80. As feministas exiladas durante a ditadura haviam acabado de retornar para o país trazendo consigo experiências trocadas com ativistas da Europa e Estados Unidos de um feminismo com pautas avançadas em direitos sexuais e reprodutivos, dando nova forma ao movimento nacional (SARTI, 2001). A atuação feminista pró-aborto deixava de se limitar a debates, congressos e reuniões fechados e, em meados dos anos 80, no Rio de Janeiro, feministas saíam às ruas em protesto em frente a uma delegacia e ao Tribunal de Justiça do Estado, contra a apreensão de pacientes e funcionários de uma clínica de abortamento que funcionava clandestinamente na região; e a Frente de Mulheres de São Paulo publicava o livro “O que é o aborto?”⁴⁵. A demanda pela descriminalização do aborto ganhava, então, seu tom nas vozes feministas (BARSTED, 1992; BARSTED, 2009).

[...] As ações para trazer a público a questão do aborto ganharam as ruas, em frente a uma igreja, no bairro de Copacabana, e em terminais de ônibus, no Rio de Janeiro, feministas entrevistavam a população e pediam seu posicionamento através de voto a ser depositado em urnas (BARSTED, 1992: 111).

As mudanças na conjuntura política nacional (de ditadura para democracia) possibilitaram a atuação de movimentos sociais em novos canais de acesso político⁴⁶ e levaram o movimento feminista a atuar mais incisivamente no Congresso Nacional, buscando formar alianças com partidos políticos e através de pressão política. O movimento não tardou a observar os confrontos eleitorais como momentos de oportunidade para a inclusão de suas demandas na agenda política nacional e, em 1982, lançou no Rio de Janeiro a Campanha “Alerta Feminista Para as Eleições” (BARSTED, 1992; BARSTED, 2009).

Contudo, na mesma medida em que se multiplicavam as vias de acesso para a política para movimento feminista, o mesmo ocorreu para seus opositores, grupos antiaborto. A pauta pela legalização do aborto não ficou isenta de respostas e, nos anos 80, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou documentos como “A exortação apostólica *familiaris consortio*” (1981), “Carta dos direitos da família” (1983), etc., ressaltando a

⁴⁴ Para Breve Cronologia Nacional (1970-2002), consultar **Apêndice F** –.

⁴⁵ De autoria de Carmem Barroso e Maria José Carneiro da Cunha (BARSTED, 1992).

⁴⁶ Nesta esteira, o Brasil da década de 80 foi lugar de efervescentes manifestações. Emergiam no país movimentos de contracultura e movimentos sociais diversos, como o movimento sindical, popular, ambientalista, de homossexuais, de travestis e de prostitutas. Outros movimentos há tempos apagados reapareciam repaginados, por exemplo, o movimento feminista e o negro (FACCHINI e SIMÕES, 2009).

oposição da Igreja Católica aos relacionamentos sexuais não heterossexuais normativos e à prática do aborto, como ameaças aos valores da moral cristã e da família (DALMOLIN, 2011).

Ao passo que manifestações pró-aborto ganhavam espaço público através de reivindicações feministas, políticas contrárias ao aborto se estendiam pelo país e, por sua vez, a disputa em torno do aborto também. Novos grupos antiaborto se organizavam ao longo do território nacional e, em abril 1980, coordenado pelo Padre Ney Affonso de Sá Earp, através da CNBB, foi realizado em São Paulo uma Comissão de Emergência em Defesa da Vida. Nessa ocasião, grupos em defesa da vida e da família se organizaram na figura do Movimento em Defesa da Vida, contra os avanços pró-aborto. Resultado da Comissão, em 1981, foi fundado o Movimento em Defesa da Vida de Porto Alegre⁴⁷, no Rio Grande do Sul (1981). Em contrapartida, em 1983, movimento feminista se reuniu com representantes políticos no Encontro nacional sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto, no Rio de Janeiro, durante o qual foi lançado o dia 28 de setembro como Dia Nacional da Luta Pelo Direito ao Aborto (BARSTED, 1992; BARSTED, 2009); no mesmo ano o Movimento em Defesa da Vida junto à CNBB lançou a Campanha “Não ao aborto, sim a vida” e começou a comemorar o dia 8 de outubro como Dia pelo Direito à Vida⁴⁸, ainda que não oficialmente. Vinculado ao Ministério da Justiça foi formado, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), visando ampliar as políticas de igualdade de gênero no país⁴⁹ e envolvendo os setores governamentais com o movimento feminista.

Os anos que se seguiram (de 1986-1988) foram marcados pelo período Constituinte, *locus* especial de disputa pelo aborto. Isto porque, pela primeira vez na história nacional a sociedade pôde se posicionar diretamente, isto é, sem o intermédio de partidos políticos na formulação da Constituição (MAYORGA e MAGALHÃES, 2008). O quadro de mobilizações e contramobilizações que se desenhou na democratização culminou neste período: a primeira onda do confronto em torno do aborto. Feministas e Igreja Católica acirraram a disputa visando influenciar a formulação da Carta Constitucional. Em janeiro de 1986, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)⁵⁰ recebeu destaque por ter como um de seus objetivos atuar na linha do planejamento familiar (BARSTED, 2009). No mesmo ano, em abril, durante sua 24ª Assembleia Geral, a CNBB apresentou o documento

⁴⁷ **Disponível em:** <<https://vidafamiliaepaz.wordpress.com/2011/05/25/movimento-em-defesa-da-vida-de-porto-alegre-comemora-29-anos/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

⁴⁸ **Disponível em:** <<http://www.defesadavida.com.br/8outubro.htm>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

⁴⁹ **Disponível em:** <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. **Acesso em:** 09 mar. 2016.

⁵⁰ Programa do Ministério da Saúde juntamente com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (COSTA, 1986).

"Por uma nova ordem constitucional", destacando a defesa da vida desde o momento da concepção (CNBB, 1986). Protagonista do polo pró-aborto, o movimento feminista, se empenhou para que houvesse a inclusão de suas demandas pela legalização, descriminalização, ampliação das possibilidades de aborto isentas de penalidade e/ou regulamentação às possibilidades já previstas em lei (BARSTED, 1997; MAYORGA e MAGALHÃES, 2008) e a Igreja Católica, do outro lado, pressionou pela inclusão da noção de que a vida se inicia no instante da concepção (FERREIRA, 2010; GONÇALVES e LAPA, 2008; MAYORGA e MAGALHÃES, 2008; ROCHA, 2006). Um verdadeiro cabo de guerra político.

Valendo-se do mote "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher", a atuação do movimento feminista, através do CNDM (de iniciativa estatal), ficou conhecida como o "*Lobby do Batom*" (MAYORGA e MAGALHÃES, 2008; WESTPHAL, 2008). Houve grande empenho para que as demandas fossem se não incluídas na Constituição, ao menos objeto de debate público, para isso o movimento apresentou para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a "Carta das Mulheres", contendo suas reivindicações e entre elas no item saúde: garantia à mulher do direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo; e o direito à interrupção da gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher (CARTA DAS MULHERES, 1987). A grande controvérsia na qual o aborto se aloca fazia-se presente mesmo na expressão feminista para se referir ao tema, que estrategicamente optou por não utilizar o termo aborto na "Carta das Mulheres" (SCAVONE, 2008), mesmo sendo a legalização integral do aborto pautada pela autonomia, dignidade e saúde feminina o que estava em jogo.

Em contrapartida, a Igreja Católica atuando através da CNBB com apoio de parlamentares evangélicos não cedeu neste cabo de guerra (BARSTED, 1992), e buscou influenciar o processo Constituinte com as demandas políticas contra o aborto apresentadas, em 1986, no documento "Por uma nova ordem constitucional" (CNBB, 1986).

Desde 88, começa um movimento muito forte no Brasil para a gente poder conquistar mais situações em que o aborto se justificaria. Mas a gente sempre teve a reação da Igreja Católica, e agora muito mais ainda dos Evangélicos (informação verbal)⁵¹.

Neste contexto, os contornos da interação mobilização/contramobilização em torno do aborto ganharam linhas mais sólidas. Do lado pró da disputa, feministas reivindicavam

⁵¹ Entrevista com uma das integrantes da delegação brasileira na Conferência do Cairo, realizada em setembro de 2015.

através do CNDM o direito ao aborto no âmbito da saúde das mulheres e utilizavam noções como interrupção da gravidez para driblar as conotações negativas do termo. Do outro lado, mobilizações de base Católica se enraizavam no país através do ativismo orquestrado pela CNBB e colocavam em baila a disputa pela noção do momento em que se inicia a vida, através do acréscimo de “desde a concepção” ao direito à vida já garantido constitucionalmente. Ambos os lados, participando ativamente do processo Constituinte produziram cartas estabelecendo seus pontos de vista e fizeram pressão para que suas demandas fossem incorporadas ao documento final da Constituição. Contudo, tais iniciativas não lograram alterações legislativas em torno da questão do aborto, isto porque, o choque entre ambas as mobilizações levou a um resultado neutro na sua interação com o Estado (CORRÊA, 2004; GONÇALVES e LAPA, 2008; ROCHA, 2006)⁵². Findado o processo Constituinte, oportunidades políticas antes abertas começaram a se fechar e o confronto nacional em torno do aborto esmoreceu, resultando em resultado da desarticulação do movimento feminista através do CNDM (BASTERD, 1992).

Na primeira onda do confronto do aborto, dando segmento às suas ações nos anos 70, feministas atuaram, em especial, em parceria com setores da área da saúde através de duas frentes principais pelo aborto: “*demandar a descriminalização como uma questão de saúde pública e como uma questão intrínseca ao campo do direito à intimidade e à autodeterminação reprodutiva*” (BARSTED, 2009: 233). Ao mesmo tempo em que incrementaram sua atuação direta com mobilizações convencionais, como com o uso de *lobby* durante períodos eleitorais, também apresentaram sua demanda através de repertórios com ampla repercussão nacional, como manifestações de rua. Do outro lado, grupos contrários à legalização do aborto e à ampliação das suas possibilidades não passíveis de penalidade (conforme o Código Penal de 1940) destacaram-se através de uma mobilização antiaborto baseada em fundamentos religiosos, ligada intimamente à ala da Igreja Católica que sustenta uma noção de família na qual a mulher é vista como reprodutora por natureza (criatura de Deus) e que se define e é definida através da maternidade (ROSADO-NUNES, 2008). Do ponto de vista das ações, dispuseram de um repertório tipicamente convencional e pouco disruptivo, atuaram através do *lobby*, reuniões e exposição de seus valores através de mídias. Buscaram realizar novas alianças e sacralizar antigas, criando novos grupos e divulgando materiais produzidos pela CNBB, como pronunciamentos, cartas e campanhas.

⁵² Embora, Barsted (1992) chame a atenção para forças conservadoras que já se encontravam estabelecidas neste período no âmbito do Direito e desencadearam na inclusão da categoria de “crime hediondo” na Constituição Federal.

Uma nova onda do confronto em torno do aborto nacional desponta com os anos 90. Contando com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde 1989, na sua frente pró-aborto (BASTERD, 2009), feministas passaram a se mobilizar buscando driblar e se adaptar à Constituição de 1988. A não inclusão da descriminalização e/ou legalização do aborto em nível federal as levou a atuarem em instâncias estaduais e municipais, buscando a regulamentação do atendimento público nos casos previstos em lei – e já não mais a descriminalização do aborto – com destaque para os casos de gestação fruto de agressão sexual (BASTERD, 1992). Paralelamente, feministas articularem-se através da criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, em 1991⁵³, visando integrar os diversos grupos feministas atuantes na causa pró-aborto em nível nacional e passaram a direcionar suas ações à previsão de ratificação de documentos internacionais, dos quais o país fosse signatário. Neste sentido, as Conferências internacionais: do Cairo (1994) e de Pequim (1995) foram cruciais para as mobilizações pró-aborto nacional ao garantirem *status* de direitos reprodutivos à questão do aborto (BASTERD, 2009; FREITAS, 2005; MAYORGA e MAGALHÃES, 2008; MELO, 2005; OLIVEIRA, 2005; ROCHA, 2005), o que o movimento feminista já vinha buscando fazer através da criação da Rede.

A CNBB em conjunto com a participação, cada vez maior, de grupos antiabortistas de denominações evangélicas, sobretudo, pentecostais (GOMES, 2008; LUNA, 2014a) perceberam o impacto no ambiente de oportunidade política/discursiva que as conferências internacionais exerciam para as mobilizações pró-aborto, e acirraram o confronto (ALDANA, 2008). As mobilizações antiaborto não se condicionaram apenas ao rebate e ao bloqueio das ações feministas, mas também se fizeram propositivas. Desde o final da década de 80 o número de organizações antiaborto se expande pelo país. Período no qual foi criada a sede Pró-Vida, em Anápolis⁵⁴, em Goiás, (1989); a fundada a Associação Jamais abortar⁵⁵, em João Pessoa na Paraíba (1993); e a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família⁵⁶, em Brasília (1993). Organizações que vêm atuando desde então na defesa da vida, considerando-a existente desde o momento da concepção. Sendo apenas a organização Jamais abortar voltada exclusivamente para a questão do aborto. Parte da atuação antiaborto da década de 90, o

⁵³ Atualmente conhecida como Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.providaanapolis.org.br/index.php/quem-somos-nos>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁵⁵ Disponível em: <<http://federacaoespiritape.org/associacao-jamais-abortar-amigos-da-vida/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁵⁶ A Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família de Brasília se forma a partir da Associação Nacional Pró-Vida de Brasília, criada em 1976. (Disponível em: <<http://www.providafamilia.org/novosite/colaboracao.htm>>. Acesso em: 20 set. 2015).

Movimento em Defesa da Vida organizou um evento no qual contou com a presença de Jerome Lejeune⁵⁷, e participou de vários outros eventos como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992 (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro⁵⁸.

Um mês antes da Conferência do Cairo, em agosto de 1994, com o apoio da *Human Life International*, a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família de Brasília organizou o I Encontro Nacional dos movimentos antiaborto dispersos ao longo do país. A proposta do evento era justamente a de alinhar as ações antiaborto de diversos grupos e impulsionar a formação de novos movimentos nessa frente, alertando para as mobilizações feministas no Congresso Nacional e os projetos de lei em andamento que afrontavam os valores da família e da vida segundo os ditames católicos⁵⁹. Organizado pelo Pró-Vida de Anápolis, em 14 de dezembro de 1997, foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres pela Vida em Anápolis, Goiás, e como resultado do encontro foi formada a Associação de Mulheres pela Vida⁶⁰. O **Quadro II**, abaixo, apresenta sinteticamente as organizações antiaborto formadas nesse período.

Quadro II
Segunda onda do confronto: organizações antiaborto

Ano de Formação	Organização	Local	Objetivo	Atuação	Apoio
1989	Pró-Vida de Anápolis	Goiás	Promover a dignidade da vida humana e da família	Assistencial, educativa e política	HLI
1993	Associação Jamais abortar	Paraíba	Promover a defesa da vida intra-uterina	Assistencial, educativa	HLI
1993	Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família	Brasília	Promover os valores éticos e morais da inviolabilidade da vida humana desde sua concepção e dos direitos da família.	Assistencial, educativa	HLI
1997	Associação de Mulheres pela Vida de Anápolis	Goiás	Promover a defesa da vida desde a concepção, com ênfase na fase intra-uterina	Assistencial, educativa e política	Pró-Vida de Anápolis

Porém, os movimentos sociais não são homogêneos. Mas são compostos por grupos etários, de gênero, econômicos e mesmo de concepções teóricas e filosóficas diversos, que, no

⁵⁷ Geneticista que possibilitou as bases teóricas para as primeiras mobilizações antiaborto na França (HUSTING e KING, 2003).

⁵⁸ **Disponível em:** <<https://vidafamiliaepaz.wordpress.com/2011/05/25/movimento-em-defesa-da-vida-de-porto-alegre-comemora-29-anos/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

⁵⁹ **Disponíveis em:** <<http://www.providafamilia.org/page.php?pg=movimentos.htm>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

⁶⁰ **Disponíveis em:** <http://www.providafamilia.org/i_enc_nac_mulheres_pela_vida.htm>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

entanto, se unem em torno de um objetivo em comum. Nesta linha, ao passo que movimento pró-aborto e antiaborto expandiam suas estruturas de mobilização com a formação de novas organizações e redes, a heterogeneidade interna aos movimentos também se avultava. Na década de 90, movimento feminista sofreu divisões entre grupos dispostos a carregar e como apresentar a bandeira pelo direito ao aborto⁶¹ (BARSTED, 1997; BARSTED, 2009; MAYORGA e MAGALHÃES, 2008). E a Igreja Católica nacional viu nascer, em 1993, as Católicas pelo Direito de Decidir, grupo de mulheres que atuam em uma rede internacional na busca pela autonomia da mulher a partir de uma abordagem católica, incluindo em sua pauta o direito ao aborto⁶². Além das diversas denominações evangélicas que se apresentam controversas em seus distintos posicionamentos em torno da questão do aborto, através de posicionamentos dos mais restritivos aos mais permissivos (GOMES, 2008; LUNA, 2014a). A Igreja Universal do Reino de Deus é um exemplo dentro das denominações evangélicas de defesa do aborto legal, ainda que em termos de controle de natalidade (GOMES, 2008).

Na década de 90 os repertórios de ambos os lados do confronto mudaram, as feministas habitualmente atuando em âmbitos menos institucionalizados passaram a atuar expressivamente, neste período, através do *lobby* acarretando em proposições de Projetos de Lei e a primeira Norma Técnica regulamentando o aborto pelo sistema público de saúde, em 1998, lançada pelo então ministro da saúde José Serra. Os grupos antiaborto inspirados nas ações por pressão física e via judicial norte-americana passaram a atuar em casos de abortamento permitidos judicialmente. No Rio de Janeiro, em 1997, duas adolescentes grávidas que obtiveram judicialmente a autorização para a realização do aborto não chegaram a concretizá-lo. Nestes episódios, grupos antiaborto realizaram passeatas e manifestações em frente aos hospitais onde ocorreriam os procedimentos de abortamento. Outro caso semelhante ocorreu também em Goiás (1998), no qual ativistas antiaborto chegaram a contestar judicialmente a permissão para a realização de um abortamento (CORRÊA, 2004). Paralelamente, desde os anos 90 há uma grande inserção de agentes religiosos, de distintas confissões, em cargos governamentais (BARSTED, 1997; MACHADO, 2012b; RUIBAL, 2014).

No ano de 2000, o movimento feminista internacional celebrou o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – com a realização de uma campanha contra a pobreza e a violência mundial, que deu origem a uma rede feminista de abrangência internacional: a Marcha

⁶¹ Neste período o movimento feminista começou a problematizar as possibilidades de aborto nos casos de má formação fetal grave, por exemplo. Parte do movimento feminista interpretou tal perspectiva como atrelada a políticas higienistas e eugênicas (BARSTED, 2009).

⁶² **Disponível em:** <<http://catolicas.org.br/institucional-2/historico/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

Mundial das Mulheres⁶³. Em nível nacional, sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB (1995-2002) o movimento feminista brasileiro vivenciou possibilidades de interação com o Estado na causa pró-aborto, e desde 2002 já constava na Plataforma Política Feminista a revisão da legislação punitiva do aborto, conforme apresentado no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) em correspondência com as diretrizes da Conferência de Pequim (CORRÊA, 2011; VENTURA, 2009; NOGUEIRA, 2013). Na contramão, o movimento antiaborto através do Movimento em Defesa da Vida e da CNBB, nos anos 2000, participava de encontros e eventos internacionais que ocorriam no país, abordando a temática do controle populacional⁶⁴ como, por exemplo, no Fórum Social Mundial⁶⁵.

Na segunda onda do confronto em torno do aborto, iniciada com o fim do processo Constituinte, “*somente na primeira legislatura parlamentar (1991–1995) foram apresentadas dezoito proposições*” pautando o tema do aborto (ALDANA, 2008: 640). Na década de 90, foram levantados quarenta e um (41) Projetos de Lei referentes ao aborto, com predomínio das abordagens pró-aborto, apontando nas instâncias legislativas uma significativa inversão na prevalência dos posicionamentos em torno da temática nas proposições de Projetos de Lei. Sendo que, até então, estas se encontravam majoritariamente alinhadas ao ativismo antiaborto (ROCHA, 2008). Entre as proposições destaca-se o PL nº. 1135/91 de autoria de Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG), cujo visava à descriminalização do aborto através da supressão do artigo que caracteriza crime o aborto, alterando o Decreto-Lei nº. 2848 de 1940⁶⁶.

Observa-se, pois, relevante impacto internacional na mobilização antiaborto brasileira. Não somente a legalização do aborto nos Estados Unidos estimulou uma atuação antiaborto através da Igreja Católica, como o processo de estruturação do ativismo antiaborto contou com apoio da *Human Life International* e recebeu influências do ativismo antiaborto francês,

⁶³ **Disponível em:** <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/>>. **Acesso em:** 11 mar. 2016.

⁶⁴ **Disponível em:** <<https://vidafamiliaepaz.wordpress.com/2011/05/25/movimento-em-defesa-da-vida-de-porto-alegre-comemora-29-anos/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015.

⁶⁵ O Fórum Social Mundial ocorre no Brasil desde 2001. Sua primeira edição ocorreu em janeiro de 2001, em Porto Alegre, organizada pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); *The international Attac network* (ATTAC); Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), organismo da CNBB; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); e CIVES. O evento reúne organizações e movimentos sociais nacionais e internacionais, com o objetivo de problematizar amplamente o processo de globalização e as crises globais. (**Disponível em:** <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. **Acesso em:** 02 jun. 2016).

⁶⁶ No decorrer dos anos em que o PL permaneceu na casa foram apensados a ele diversos outros PLs. (**Disponível em:** <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>>. **Acesso em:** 11 jun. 2014).

com a visita de um de seus pioneiros, Jerome Lejeune. Inserido em um contexto internacional da ação coletiva, grupos antiaborto também têm participado ativamente de encontros e congressos internacionais como, por exemplo, o Fórum Social Mundial, evento amplo considerado mais esquerdista por fazer oposição ao ponto de vista neoliberal e ao processo de globalização. Nesse sentido, movimento antiaborto nacional também se infiltra em um campo de disputas pelo bem mundial.

Há uma expansão das zonas de conforto de atuação pró-aborto e antiaborto e, por sua vez, na interação entre movimento e contramovimento. Na primeira onda do confronto do aborto o cerne da disputa fazia-se representativo no enquadramento interpretativo de gênero, as mobilizações pró e anti aborto sustentavam concepções do ser mulher diferentes e buscavam validá-las legitimamente para a sociedade: a mulher dona de seu corpo *versus* a mulher naturalmente maternal. Com a chegada da nova onda do confronto, mesmo que os demais enquadramentos interpretativos continuassem em disputa, o enquadramento legal veio incrementar as batalhas institucionais em torno do aborto: de um lado o aborto passa a ser ressignificado como um direito reprodutivo da mulher; do outro lado, o aborto passa a ser apresentado com uma afronta aos direitos do feto, uma ameaça ao direito à vida do nascituro. Ao mesmo tempo em que um novo enquadramento interpretativo ganhava espaço no confronto, o movimento antiaborto passava a produzir um argumento em resposta ao enquadramento pró-aborto médico e científico. Se os grupos de mobilização pró-aborto enfatizavam o aborto como uma questão de saúde pública da mulher, os grupos de mobilização antiaborto problematizavam o tema a partir da noção do controle de natalidade.

Os enquadramentos interpretativos e os contra enquadramentos interpretativos, portanto, vão se remodelando ao longo do confronto, conforme o ambiente sócio-político e as estratégias empenhadas na disputa. Ao passo que o movimento pró-aborto valia-se de argumentos mais técnicos e científicos, movimento antiaborto também produziu uma argumentação que justificasse seu ponto de vista a partir de preceitos mais técnicos e científicos. De um lado da disputa, há um enquadre pró-aborto que se sustenta na defesa da legalização e/ou descriminalização do aborto como uma forma eficaz para evitar mortes de mulheres que realizam abortos em clínicas clandestinas. Do outro lado da disputa, há um contra enquadre, no qual a legalização e/ou descriminalização do aborto se apresentam como uma ferramenta para políticas de controle populacional com consequências demográficas perversas.

Embora defendam posições contrárias, movimento e contramovimento disputam a definição de aborto a partir de alguns temas em comum. Nesse caso, são eles: as noções de

vida e morte, perpassadas pelo saber científico e médico; a noção de gênero, inerente ao processo de reprodução humana, uma vez que o corpo da mulher é o *locus* da reprodução humana; e a noção Legal, através da qual são definidos os sujeitos de direito em disputa.

Quadro III

Enquadramentos interpretativos nos dois ciclos de confronto

Enquadramentos Interpretativos			
		Pró-aborto	Antiaborto
1980-1988	Médico e científico	o aborto como questão de saúde pública da mulher	_____
	de Gênero	o aborto como uma questão de autonomia da mulher sobre seu próprio corpo	o aborto como algo que vai contra a maternidade, que é parte da natureza da mulher
1989-2002	Médico e científico	o aborto como questão de saúde pública da mulher	o aborto como uma forma de controle de natalidade
	de Gênero	o aborto como uma questão de autonomia da mulher sobre seu próprio corpo	o aborto como algo que vai contra a maternidade, que é parte da natureza da mulher
	Legal	o aborto como parte dos direitos reprodutivos das mulheres	o aborto como uma ameaça ao direito à vida do nascituro

Quadro IV

Repertórios de ação nos dois ciclos de confronto

Repertórios de ação			
		Pró-aborto	Antiaborto
1980-1988	Convencional	encontros, congressos, lobby, campanhas em ciclos eleitorais, realização de alianças com partidos políticos, lançamento de datas comemorativas, divulgação de materiais e documentos e criação de organizações e redes	lançamento de datas comemorativas, lobby, divulgação de documentos e criação de associações e organizações
	Disruptivo	protestos de rua em frente a órgãos públicos	_____
1989-2002	Convencional	ratificação de documentos internacionais e lobby	ações judiciais e lobby
	Disruptivo	_____	postestos de rua em frente a hospitais públicos que realizam o procedimento de abortamento

Do ponto de vista dos repertórios de ação, o confronto em torno do aborto nas duas primeiras ondas se apresentou na arena institucional através de ações mais convencionais. Isto, porque o contexto sócio-político da redemocratização, perpassando o período

Constituinte, estabeleceu certos limites à ação coletiva em torno do aborto. A temática encontrou-se subjugada por grupos e movimentos de esquerda durante o período de abertura política em detrimento de pautas mais centrais, como educação e economia; ao mesmo tempo em que a temática foi mobilizada através dos canais aos quais tinha acesso, no processo Constituinte as possibilidades de acesso faziam-se maiores nos canais institucionais.

Contudo, na primeira onda é possível observar um *déficit* de ações antiaborto mais disruptivas. Em contraponto, na segunda onda do confronto este *déficit* se apresenta no polo pró-aborto da batalha. As mobilizações antiaborto da primeira onda convencionais e institucionais, de empenho, principalmente, da Igreja Católica foram aditivadas com mobilizações mais disruptivas.

O movimento feminista tem seguido na linha de frente na causa pró-aborto. Em contrapartida, grupos constituídos, sobretudo, em torno de redes religiosas/cristãs Católica, e mais recentemente Evangélica pentecostal e Espírita favoráveis à criminalização integral do aborto têm confrontado organizadamente iniciativas políticas pró-aborto. Entretanto, no âmbito do confronto político nada é tão estático e homogêneo. Entre um polo e outro se apresentam nuances, entre legalizar e descriminalizar há mais de mil léguas. Estas nuances ganham corpo e se remodelam na ação dos grupos ao longo do tempo em relação ao ambiente sociopolítico cambiante, aos interesses do grupo em si e aos grupos com os quais interagem, sejam eles o Estado, apoiadores, opositores e outros movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que o campo do confronto se encontra em constante estado de mutação, movimento e contramovimento engrenados na disputa se adaptam ao campo e alteram as estratégias do jogo, e assim também alteram o próprio campo em disputa.

CAPÍTULO 3 –

Da concepção ao rebento: o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto

As disputas nacionais em torno do aborto dos anos 80 até os anos 2000 sofreram remodelações na esteira das alterações do ambiente sócio-político nacional e internacional. O confronto em torno do aborto já estabelecido em âmbitos nacionais, em 2003, foi aditivado com o início da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e as suas políticas governamentais em alinhamento com a pauta feminista pró-aborto. No desrolar do primeiro mandato do governo Lula, inaugurou-se uma nova onda do confronto em torno do aborto no país: as mobilizações antiaborto, majoritariamente, orquestradas pela Igreja Católica e empenhadas aleatoriamente por grupos dispersos ao longo do território nacional passaram a atuar organizadamente em longo prazo na forma política de movimento social. Este capítulo apresenta quais foram as alterações no ambiente sócio-político desencadeadas pela era Lula, que possibilitaram o principiar dessa nova onda do confronto.

3.1. A aliança feminista com o governo Lula (2003-2005)

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, em 2002, abriram-se canais de engajamento político. O governo Lula trouxe novas perspectivas para o cenário político nacional. As experiências políticas com as gestões municipais e estaduais do PT, que inovaram através da aderência à implantação de orçamentos participativos (FARIA, 2010), ampliaram as expectativas para uma ampla comunicação e abertura do governo federal para com os movimentos sociais (LOSEKANN, 2012). Tais expectativas combinadas à trajetória pessoal e política de Lula⁶⁷ corroboraram para a restauração das forças de atuação política e social no país (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014; CORRÊA, 2013; DRUCK, 2006; PINTO, 2006).

De fato, a era Lula teve importante papel na remodelação dos padrões de interação entre movimentos sociais e o Estado, especialmente através da implementação de

⁶⁷ Ex-sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT).

Conferências Nacionais⁶⁸ e Conselhos de Política⁶⁹. Ambas as formas de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, apesar de já encontrarem-se presentes na política nacional, obtiveram em seu governo destaque ímpar (FARIA, 2010; PETINELLI, 2011; PINTO, 2006)⁷⁰. Além da vigorosa participação de militantes e ativistas políticos em cargos governamentais, cerca de 43% dos “*ministros mantinham relações próximas aos movimentos sociais*” (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014: 326). O governo federal criou uma nova “*metodologia governamental*” de incentivo à participação política, através da comunicação direta da Secretaria Nacional de Articulação Social com a Secretaria Geral da Presidência (FARIA, 2010); e proporcionou com que movimentos sociais atuassem mais densamente dentro das estruturas Estatais (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Se a entrada do Partido dos Trabalhadores, alinhado tradicionalmente à esquerda, representou uma abertura política para movimentos sociais progressistas, o movimento feminista prontamente percebeu e recebeu o novo governo com otimismo (NOGUEIRA, 2013). Isto, pois, os partidos políticos tendem a ampliar os canais de acesso para movimentos alinhados às suas agendas de governo e restringir para movimentos desalinhados (DELLA PORTA e DIANI, 2006b). Na edição do Jornal Fêmea, de novembro de 2002, as perspectivas para o governo que se iniciaria já eram anunciadas:

O candidato Luís Inácio Lula da Silva ganhou as eleições presidenciais, confirmando a vitória dos interesses das classes populares. Com as eleições 2002, abriram-se novas possibilidades de exercício do poder. Os resultados deste pleito expressam uma mudança de mentalidade e de valores consolidados numa parcela significativa da sociedade brasileira (JORNAL FÊMEA, 2002)⁷¹.

⁶⁸ Processo de participação política convocada pelo Governo, em caráter temporário, de interlocução entre governo e sociedade civil no estabelecimento de diretrizes de políticas públicas e na formulação de projetos e propostas sobre uma determinada temática (FARIA, 2010; PETINELLI, 2011).

⁶⁹ De criação governamental, são órgãos colegiados de composição tanto de agentes governamentais como da sociedade civil. Os Conselhos de Política têm papel fundamental na formulação de estratégias e propostas para a implantação de políticas públicas, e também são lugar de ampla demanda e negociação entre diferentes movimentos sociais (FARIA, 2010).

⁷⁰ Embora não se possa ignorar a real eficácia da influência desta ampla participação nas políticas públicas (FARIA, 2010), a efetivação das expectativas de ampliação de participação política para os setores da sociedade civil no governo federal, como o entrosamento do governo com os movimentos sociais (como com o movimento Sem Terra (MST), ambientalista, negro, sindicalista e feminista) acarretou, como efeito perverso, não somente em amplo diálogo, mas também no abafamento destes setores enquanto força de pressão externa ao Estado (CORRÊA, 2013; DRUCK, 2006; FARIA, 2010; PETINELLI, 2011; PINTO, 2006). Isto, pois, movimentos sociais encontram alguns dilemas quando se aliam aos partidos políticos, o estar fora da política institucional os liberam de compromissos que podem comprometer suas demandas, ou mesmo seu caráter mais expressivo de opositor/confrontador. Sem contar os riscos da cooptação (GOLDSTONE, 2003).

⁷¹ “Movimento feminista: perspectivas diante do governo Lula”. (Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=770:movimento-feminista-perspectivas-diante-do-governo-lula&catid=102:numero-118-novembro-de-2002&Itemid=129> . Acesso em: 20 set. 2015).

A valer, desde 2002, ainda durante o governo federal de Fernando Henrique Cardoso já constava na Plataforma Política Feminista a revisão da legislação punitiva do aborto (CORRÊA, 2011; NOGUEIRA, 2013). Mas, o governo Lula marcado pelas possibilidades de diálogo com os movimentos sociais, especialmente, através da convocação de Conferências Nacionais teve peso importante para o movimento feminista. Apesar do movimento estar presente no aparato governamental através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, desde a década de 80, participou mais estreitamente da elaboração de políticas públicas neste governo (PINTO, 2006). Em correspondência às expectativas feministas, em julho de 2004, foi realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)⁷² a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. A presença de ativistas feministas dentro do governo federal na era Lula se deu de tal modo que essa Conferência (dentre as demais convocadas pelo Estado) foi a única na qual a representatividade da sociedade civil não se fez majoritária, exatamente pelo fato de que já havia importantes representantes feministas em cargos institucionais, de modo que dispensavam outras representações (PINTO, 2006).

Paralelamente ao ambiente de oportunidade política pró-aborto em nível do governo federal, no âmbito judiciário a disputa em torno do aborto apresentava-se em pleno embate e, em julho de 2004, o Ministro Marco Aurélio de Melo concedeu liminar provisória para a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 54 (ADPF-54)⁷³, movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS) e com assessoria da Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. A ação requereu diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) que fossem considerados exceções ao Artigo 128 do Código Penal brasileiro e, portanto, não sujeito à penalidade a antecipação do parto (termos utilizados para driblar a conotação negativa do termo aborto) em caso de anencefalia grave comprovada, ou seja, quando a vida extrauterina do feto fosse inviável. Mas a ADPF-54 só veio a ser efetivada em abril de 2005, após um período de sete meses invalidada por sua cassação em uma Plenária do STF (DINIZ e VÉLEZ, 2008; LUNA, 2014a; RIBEIRO, 2012).

Para atuar em conjunto ao governo na revisão da criminalização do aborto, em fevereiro de 2004, o movimento feminista criou a rede Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, valendo-se do *slogan* “Aborto: as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante”. À época reunindo 19 redes e movimentos e 28 organizações

⁷² Iniciativas conjuntas do movimento feminista e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2006 possibilitaram a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) (NOGUEIRA, 2013).

⁷³ A ADPF é um instrumento jurídico que permite que a Suprema corte seja recorrida diretamente através de uma ação movida pela sociedade civil (DINIZ e VÉLEZ, 2008).

feministas nacionais⁷⁴. O quadro de integrantes da Jornadas⁷⁵, em setembro de 2005, já se demonstrava mais amplo, conforme **Quadro V** a seguir.

Quadro V

Composição da Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro (2005)

	Participantes	Total
Movimentos e Redes nacionais	[1] Articulação de Mulheres Brasileiras, [2] Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, [3] Católicas pelo Direito de Decidir, [4] Centro Latino-americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), [5] Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), [6] Cunha Coletivo Feminista, [7] Fórum de Mulheres do Mercosul, [8] IPAS - Brasil, [9] Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), [10] Projeto Dawn (Abia), [11] Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), [12] Rede de Mulheres no Rádio, [13] Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-americanas e do Caribe (RedeLAC), [14] Rede Jovens Brasil Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RJB), [15] Rede Nacional de Parteadas Tradicionais, [16] Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, [17] Relatoria de Saúde da Plataforma pelos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC), [18] Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT, [19] União Brasileira de Mulheres (UBM)	19
Organizações/Associações regionais	[1] Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE - DF), [2] Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI-RJ), [3] Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN-RS), [4] Bamedelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba, [5] Casa da Mulher Catarina (SC), [6] Centro da Mulher 8 de Março (PB), [7] Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais (CACES-RJ), [8] Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA-DF), [9] Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação (CEPIA-RJ), [10] Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (CFSS-SP), [11] Coletivo Leila Diniz - Ações de Cidadania e Estudos Feministas (RN), [12] Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR-SP), [13] Criola (RJ), [14] Cunha Coletivo Feminista (PB), [15] Ecos Comunicação em Sexualidade (SP), [16] Fórum de Mulheres Cearenses, [17] Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, [18] Fórum de Mulheres de Salvador, [19] Gestos - Soropositividade Comunicação e Gênero (PE), [20] Grupo Curumim - Gestação e Parto (PE), [21] Grupo de Mulheres Negras Malunga (GO), [22] Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás (PE), [23] Grupo Feminista Autônomo Oficina Mulher (GO), [24] Grupo Transas do Corpo (GO), [25] Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS-DF), [26] Instituto Mulheres pela Atenção Integral à Saúde e aos Direitos Sexuais e Reprodutivos (IMAI-BA), [27] Instituto Papai (PE), [28] Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia (SP), [29] Jovens Feministas de São Paulo (SP), [30] Maria Mulher Organização de Mulheres Negras (RS), [31] Mídia Radical (DF), [32] Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA-PA), [33] Movimento do Graal no Brasil (MG), [34] Movimento Popular da Mulher (MPM), [35] Mulheres em União (MG), [36] Mulheres Jovens Trocando Idéias (MG), [37] MUSA - Programa de Estudos em Gênero e Saúde (BA), [38] MUSA - Mulher e Saúde (MG), [39] Núcleo de Juventude do CEMINA (REDEH-RJ), [40] Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH-RJ), [41] SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (PE), [42] Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (RS)	42

A rede Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro teve expressiva mobilização nas Conferências preparatórias para a realização da I Conferência Nacional de

⁷⁴“Jornadas Brasileiras pelo Direito ao aborto legal e seguro: aborto – as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante”, produzido como parte do Kit das Jornadas para a Campanha de 28 de setembro de 2005.

⁷⁵ Composta atualmente por 67 organizações, conforme o documento “Aborto: guia para profissionais de comunicação”, Item 1: “Jornadas Brasileiras pelo Direito ao aborto legal e seguro”, publicado em 2001. Neste documento são listadas 65 filiadas nacionais e 3 parcerias internacionais compondo as Jornadas pelo Direito ao aborto legal e seguro. (**Disponível em:** <http://www.grupocurumim.org.br/site/imprensa/kit_jornalistas6.pdf>. **Acesso em:** 10 jan. 2016).

Políticas para Mulheres⁷⁶, em 2005. Resultado da Conferência foi lançado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e formada uma Comissão Tripartite para “*revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez*”⁷⁷ (BARSTED, 2009; CORRÊA, 2011). Instalada em abril de 2005, a Comissão Tripartite (composta por seis (6) representantes do Legislativo, seis (6) do Executivo e seis (6) da sociedade civil)⁷⁸ se ordenou na elaboração de um Anteprojeto de lei objetivando à legalização do aborto. O processo de elaboração do Anteprojeto possibilitou um estreitamento da relação do movimento feminista com alguns órgãos federais (como o Ministério da Saúde) e parlamentares⁷⁹, através de “*não só de monitoramento, pressão política e divulgação do que acontece nessa esfera, mas também de subsídio aos debates, realização de pesquisas e produção de informação e conhecimento sobre o tema do direito ao aborto*” (MAYORGA e MAGALHÃES, 2008: 163).

3.2. Contramobilização institucional

Já neste momento o desenvolvimento de iniciativas pró-aborto não se dava sem entraves da oposição. O comando da Câmara dos Deputados encontrava-se sob a figura de Severino Cavalcante do Partido Progressista (PP), de Pernambuco, desde o começo do ano de 2005. Severino Cavalcante era candidato concorrente ao indicado pelo governo federal⁸⁰ Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e declaradamente contrário ao aborto, tendo em sua autoria projetos que versam sobre direitos sexuais e reprodutivos e família conservadoramente, como o PL nº 947/99 que institui o “Dia do Nascituro” e o PL nº 7235/02 que propõe a restrição do

⁷⁶ “Jornadas Brasileiras pelo Direito ao aborto legal e seguro: aborto – as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante”.

⁷⁷ Informação retirada de Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2005.

⁷⁸ Integraram a Comissão Tripartite como representantes do Executivo: Maria Laura Sales Pinheiro (Cordenadora da Comissão/ SPM), Carolina de Campos Melo (Secretaria Especial dos Direitos Humanos), Denise Caldas Figueira (Casa Civil), Maria José de Oliveira Araújo (Ministério da Saúde), Paulo Sérgio Muçouçah (Secretaria Geral da Presidência), Pedro Vieira Abramovay (Ministério da Justiça); como representantes do Legislativo: Deputada Angela Guadagnin (PT-SP), Deputada Elaine Costa (PTB-RJ), Deputada Suely Campos (PP-RR), Senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Senador João Capiberibe (PSB-AP) e Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT); e como representantes da sociedade civil: Edmund Baracat (Febrasgo), Lia Zanotta (Rede Nacional Feminista), Maria Ednalva de Lima (Sec. Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT), Maria Elvira Ferreira (Fórum de Mulheres do Mercosul), Schuma Schumacher (Articulação de Mulheres Brasileiras e Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras), Thomaz Rafael Gollop (SBPC). Conforme consta no documento “Jornadas Brasileiras pelo Direito ao aborto legal e seguro: aborto – as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante”, produzido como parte do Kit das Jornadas para a Campanha de 28 set. 2005.

⁷⁹ CFEMEA. Direitos sexuais e reprodutivos. Jornal Fêmea digital: Brasília, fev. 2005, ano XIII, n. 141, p. 10-11.

⁸⁰ Desde 1993 o país não presenciava tal desconchavo político.

aborto nos casos em que a vida da gestante encontra-se em risco e de gestação resultante de violência sexual⁸¹. Ainda que de convocatória do governo federal, a formação da Comissão Tripartite dependeu da aprovação de Severino Cavalcante, que substituiu dois membros indicados pelas feministas por dois membros contra o aborto para integrar a Comissão, mesmo após ter acordado com a Ministra de Políticas para Mulheres Nilcéia Freire que aceitaria os nomes indicados pela bancada feminista⁸². Embora Severino Cavalcante tenha renunciado em setembro do mesmo ano, deixando o comando da casa para Aldo Rebelo do PCdoB de São Paulo⁸³, partido político historicamente alinhado ao PT, o episódio de sua eleição para a presidência da casa à revelia do governo federal sinalizou uma cisão entre os poderes executivo e legislativo.

Diante do contexto político desfavorável do nomeado mensalão, em 2005, quando denúncias de corrupção em cargos de alto escalão do governo levaram à instauração de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e um inquérito pela Procuradoria Geral da República⁸⁴ (CARREIRÃO, 2007; SCAVONE, 2008), o governo Lula começou a sofrer intenso desgaste político e descrédito popular. Grupos católicos integrantes da base do PT desvinculavam-se do partido e, seus dissidentes, em 2005, formavam o PSOL⁸⁵. Os grupos da oposição aproveitaram o momento de descrédito popular do partido e intensificaram suas mobilizações de oposição (CARREIRÃO, 2007; MACHADO, 2012b).

A CNBB, por exemplo, (base de apoio político do PT) realizou intensa pressão no governo federal por não ter sido incluída na Comissão Tripartite, a ponto de que o governo se recusasse em assumir a apresentação do Projeto de Lei elaborado pela Comissão diretamente ao Legislativo (CORRÊA, 2011; NOGUEIRA, 2013). Para conseguir uma votação o mais rápido possível do Projeto, o mesmo foi apresentado no formato de Substitutivo ao PL nº. 1135/1991⁸⁶. Em seus termos, o Projeto substitutivo não somente descriminalizava o aborto, mas também buscava a sua legalização através da regulamentação de seu atendimento no

⁸¹ SOUZA, Josias. ‘Católico roxo’, eleito personifica baixo clero. *Jornal Folha de São Paulo digital*, 16 fev. 2005, Primeiro Caderno, p. A6. E Governo perde pela primeira vez em história recente. *Jornal Folha de São Paulo digital*, 16 fev. 2005, Primeiro Caderno, p. A6.

⁸² “Severino manobra para pôr deputadas contra aborto em comissão do governo”. *Jornal O Globo digital*, 07 abr. 2005, Matutina, O País, p. 04.

⁸³ “História da Câmara dos Deputados” (**Disponível em:** <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica>. **Acesso em:** 30 jan. 2016).

⁸⁴ Durante o mensalão diversos membros do governo federal tanto do PT quanto de outros partidos sofreram sérias acusações (CARREIRÃO, 2007; SCAVONE, 2008). O ambiente político de descrédito desencadeou na desvinculação ao partido de movimentos sociais historicamente aliados ao PT (DRUCK, 2006).

⁸⁵ O PSOL foi oficializado, obtendo registro definitivo em 15 de setembro de 2005 (**Disponível em:** <<http://www.psol50.org.br/category/videos/>>. **Acesso em:** 28 dez. 2015).

⁸⁶ **Disponível em:** <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>>. **Acesso em:** 11 jun. 2014.

Sistema Único de Saúde (SUS) e através da cobertura por Planos de Saúde, dentro do período máximo das 12 primeiras semanas de gestação, em quaisquer circunstâncias (ROCHA, 2008).

As possibilidades de aprovação do substitutivo ao PL nº1135/91 pareciam cada vez mais próximas com a escolha para a relatoria do Projeto da então deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), personalidade parlamentar assumidamente favorável à causa feminista. No entanto, se o ambiente político no executivo fazia-se favorável às iniciativas pela legalização do aborto, dentro do Congresso Nacional as possibilidades não eram as mesmas. Isto, porque, assim como previamente movimento feminista já criava expectativas quanto o governo Lula, os grupos e movimentos da ala oposta também o criaram e oportunidades políticas também se abriram para a contramobilização. Grupos pentecostais migraram em massa para o PT, desde 2002, tendo em vista a possibilidade de se fortalecer institucionalmente (MACHADO, 2012b). A máxima “se não pode contra eles, junte-se a eles!” fazia-se valer.

O embate pró e anti aborto no interior do governo Lula fazia-se intenso. Característica da política nacional, as coalizões e alianças políticas estabelecem uma ampla heterogeneidade nos governos. Resultado disso, pautas tão polêmicas e controversas como o aborto, muitas vezes, encontram-se atravancadas por interesses divergentes no interior de um mesmo governo. Nessa conjuntura, em 2005, no âmbito executivo, o Ministério da Saúde de Humberto Costa⁸⁷ elaborou e divulgou a Norma Técnica de “Atenção Humanizada ao abortamento”⁸⁸ (BRASIL, 2005a) e reeditou a Norma Técnica de “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes” (BRASIL, 2005b), ambas abordando a questão do aborto a partir de um ponto de vista favorável à sua legalização. No entanto, o caráter controverso do tema do aborto e o campo multiorganizacional no qual ele se apresenta traziam para cada ação pró-aborto tensões na contramão. Mesmo com a divulgação da Norma Técnica “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, que dispensou a obrigatoriedade da apresentação de Boletim de Ocorrência (BO) para a realização de aborto nos casos de estupro, o Conselho Federal de Medicina orientou os médicos a continuarem

⁸⁷ Apesar de que com a assunção do cargo pelo deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) oitenta (80) portarias iniciadas no ministério anterior foram suspensas por tempo limitado, e entre elas algumas relacionadas à questão do aborto. (Fonte: CONSTANTINO, Luciana. Ministro assume e congela ações na Saúde. Folha de São Paulo, Cotidiano, C1, 12 jul. 2005).

⁸⁸ A Norma visava melhorar a qualidade do atendimento aso casos de abortamento (BARSTED, 2009).

pedindo o BO⁸⁹ e vários hospitais do território nacional, como no Rio Grande do Sul, se negaram à realização de abortos, inclusive nos casos com liberação judicial⁹⁰.

No âmbito legislativo da 52ª Legislatura (2003 a 2006), seguindo a tendência da Legislatura anterior, a grande maioria das proposições foi na mão inversa à legalização e/ou descriminalização do aborto, com propostas visando desde a ampliação das penalidades da prática e a extinção de suas exceções até a regulamentação e a instituição de políticas policiais para os casos de aborto clandestino (ROCHA, 2008).

Segundo levantamento realizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)⁹¹, em junho de 2005, vinte e uma (21) proposições voltadas para o tema do aborto tramitavam no Congresso Nacional. Sendo dezessete (17) projetos de lei (PL) de origem da Câmara dos Deputados, uma (1) proposta de emenda constitucional (PEC), um (1) projeto de lei vindo do senado (PLS), dois (2) projetos de decreto legislativos (PDC), e um (1) projeto de lei da Câmara em tramitação no Senado Federal (PLC).

Tabela I

Proposições de Projetos de Lei pró-aborto legal durante a 52ª Legislatura

Projetos de Lei	Autor (es)	Partido Político	O que faz:
1091/2003	Durval Orlato	PT/SP	Regulamenta o atendimento em hospitais à mulheres que visam realizar o aborto legal
21/2003	Roberto Gouveia	PT/SP	Descriminaliza o aborto
3744/2004	Coronel Alves	PL/AP	Regulamenta as possibilidades de aborto legal nos casos de gestação resultante de agressão sexual
4304/2004	Eduardo Valverde	PT/SP	Despenaliza o aborto em casos de anencefalia
4360/2004	Dr. Pinotti	PFL/SP	Despenaliza a prática do aborto em casos de anencefalia
4403/2004	Jandira Feghali Iara Bernardi Maria do Rosário Raquel Teixeira Alice Portugal Vanessa Grazziotin Luiza Erundina Perpétua Almeida Juiza Denise Frossa	PT/SP PT/SP PT/RS PSDB/GO PCdoB/BA PCdoB/AM PSB/SP PCdoB/AC Sem partido	Amplia as possibilidades de aborto legal incluindo os casos de anomalia fetal, que impliquem na inviabilidade do feto
4834/2005	Luciana Genro Dr. Pinotti	Sem partido PFL/SP	Despenaliza o aborto em casos de anencefalia

⁸⁹ Conselho orienta médicos a exigir BO para aborto. Jornal O Globo digital, 19 abr. 2005, Matutina, O País, p. 08.

⁹⁰ GERCHMANN, Léo. Hospitais do RS se negam a fazer aborto apesar de decisão judicial. Jornal Folha de São Paulo digital, 22 abr. 2005, Cotidiano, C6.

⁹¹ CFEMEA. Proposições relacionadas com aborto que estão tramitando no Congresso Nacional. Jornal Fêmea, n. 145, jun. 2005.

Na Câmara dos deputados só de 2003 a 2006, foram “278 discursos com as palavras-chave aborto, embrião e nascituro” (LUNA, 2014a: 86). Foram levantadas quatorze (14) proposições de Lei versando especificamente sobre a temática, valendo-se da palavra-chave aborto. Destes projetos podem-se classificar oito (8) como de posicionamento antiaborto e sete (7) como de posicionamento pró-aborto. Conforme apresentado nas **Tabelas I e II**.

Tabela II

Proposições de Projetos de Lei antiaborto legal durante a 52ª Legislatura

Projetos de Lei	Autor (es)	Partido Político	O que faz:
849/2003	Elimar Máximo	PRONA/SP	Cria políticas de policiamento contra o aborto clandestino
1459/2003	Severino Cavalcante	PP/PE	Amplia as possibilidades de penalidade em casos de aborto provocado devido má formação fetal
5044/2005	Milton Cardias	PTB/RS	Cria políticas de policiamento contra o aborto clandestino
5058/2005	Osmanio Pereira	PTN/MG	Restringe as possibilidades de aborto legal e Tipifica como crime hediondo o aborto provocado
5364/2005	Luiz Bassuma Ângela Guadagnin	PT/BA PT/SP	Restringe as possibilidades de aborto legal
5376/2005	Carlos Nader	PL/RJ	Restringe as possibilidades de anticoncepção
6150/2005	Osmanio Pereira Elimar Máximo Damasceno	PTB/MG PRONA/SP	Amplia as possibilidades de penalidade no casos de publicidade e apologia ao aborto e Cria direitos ao Nascituro
7443/2006	Eduardo Cunha	PMDB/RJ	Tipifica como crime hediondo o aborto provocado

Dos projetos, também se observa um posicionamento heterogêneo de ambos os lados da disputa. Do lado pró-aborto, projetos que propõe desde a despenalização de alguns casos específicos de aborto até a ampliação dos casos legais, no entanto nenhum projeto se posiciona pela ampla legalização do aborto, tal qual o substitutivo ao PL nº 1135/91. Dos projetos antiaborto, observa-se nas proposições desde políticas de policiamento à tipificação de qualquer prática de aborto provocado enquanto crime hediondo. No quadro geral das proposições legislativas, apresenta-se uma nítida mudança a partir de 2005. Sendo que há prevalência de Projetos favoráveis à agenda feminista de legalização do aborto até o ano 2004, quando em 2005 há uma inversão em número de proposições, predominando posicionamentos antiabortistas.

A ampla absorção de políticos pentecostais pelo PT combinada à crise política interna do partido, causada pelo mensalão, alteraram o ambiente político e, por sua vez, também as suas oportunidades e restrições. O mensalão repercutiu nos grupos de base de apoio do PT e,

ao mesmo tempo, na adesão popular ao governo. A era Lula viu-se fragilizada, e uma agenda política mais progressista, em confluência com as propostas pró-aborto, foi abafada por interesses políticos mais conservadores, alinhados às propostas antiaborto. O âmbito legislativo de 2004 a 2005 é ilustrativo dessa reviravolta antiaborto durante o primeiro governo Lula.

Prevendo a liberação de pesquisas científicas com o uso de células tronco embrionárias geradas em fertilização *in vitro*, em 2005, tramitou no Congresso o Projeto de Lei de Biossegurança. Apesar de não tratar diretamente da questão do aborto o PL, colocou mais uma vez em baila a problematização da noção de início da vida, objeto de centralidade na disputa do aborto desde a Constituinte. Representativo do entrave em torno do aborto durante o governo Lula, a Lei de Biossegurança foi aprovada em 2005 e, no mesmo ano, questionada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)⁹² (LUNA, 2010; SALES, 2014).

Em meio a esse revés no legislativo – em que as proposituras alinhadas às políticas feministas pró-aborto perdiam espaço para proposituras de políticas antiaborto⁹³ – retratando um momento de fortalecimento das forças antiaborto na arena institucional, políticas pró-aborto ainda assim avançavam por diferentes canais de participação. Paralelamente aos casos da ADPF-54, a Lei de Biossegurança, as Normas Técnicas e o PL nº 1135/91, a ONU divulgou relatório em defesa da disseminação do uso de métodos anticoncepcionais e de descriminalização do aborto⁹⁴. Tais avanços pró-aborto encorajaram parlamentares contra o aborto a reagir e, em agosto, foi formada a I Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, presidida pelo então deputado Luiz Bassuma do PT-BA.

[...] a gente parou tudo para cuidar só disso, então ali foi fundada, criada, e a partir dali ela ajuda, a Frente passa a ajudar a organização [...] dos movimentos sociais que sempre existiram no Brasil, mas que estavam desarticulados. A Frente passa a ajudar, claro, ela é mais um dentro do movimento, né.⁹⁵

Abordando tema explosivo para a sociedade brasileira a partir de um ponto de vista pró-aborto, o substitutivo do PL nº 1135/91 foi a faísca que faltava para que as mobilizações antiaborto incorporassem a figura dos movimentos sociais. É, pois, priorizando o tema

⁹² Em 2008 a ação foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal e aprovada por apenas 1 voto de diferença (SALES, 2014).

⁹³ Quadro inverso ao que se apresentava no país desde a década de 90.

⁹⁴ ONU diz que proteção à mulher reduz pobreza. Jornal O Globo, Matutino, O Mundo, pg. 30, 12 out. 2005.

⁹⁵ Entrevista com um dos fundadores do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

urgente do momento – o substitutivo do PL nº1135/91 – que a partir da Frente Parlamentar se realizou o I Seminário Nacional em Defesa da Vida⁹⁶, quando pela primeira vez os seus organizadores e participantes, puderam ter “*uma radiografia dos pró-vida no Brasil*”⁹⁷.

Entre as várias sessões e tentativas frustradas de votar o PL substitutivo apresentado pela Comissão Tripartite, uma verdadeira batalha foi travada no interior do Congresso Nacional e em seus auditórios. O embate se deu tão acirradamente que exigiu a sua discussão em Audiência Pública, realizada em 22 de setembro de 2005 na Comissão de Seguridade Social e Família⁹⁸. Representantes pró e contra o aborto se apresentaram na Audiência⁹⁹, que contou com vasta participação de grupos pró e anti aborto. Grupos pró-aborto, favoráveis à aprovação do Projeto substitutivo, encheram a casa com faixas e cartazes associando a oposição aos grupos de cunho religioso e moral e enfatizando uma concepção na qual o Estado laico e o livre arbítrio são referidos em antagonismo à possibilidade de intersecção entre religião e política, como nos dizeres: “Educação sexual sem moralismo, métodos contraceptivos seguros e acessíveis. Não basta descriminalizar!”, “Pessoas livres, Estados laicos”, “Nem do Estado, nem da Igreja, meu corpo é meu”¹⁰⁰, entre outros. Em contraponto, os grupos antiaborto, contrários à aprovação do Projeto, carregavam bonecos de bebês nos braços e vestiam camisas e faixas com os dizeres “Sim à vida, aborto não!” e “Aborto não!” e já anunciavam: “2006 tem eleição!”¹⁰¹.

Apesar das tentativas pró-aborto, sob a intensa pressão antiaborto no Congresso Nacional protelando a votação do substitutivo do PL nº 1135/9, o PL não foi votado em 2005 e foi arquivado até 2007, quando voltou a tramitar no Congresso sem sucesso (MIGUEL, 2012; ROCHA, 2008).

⁹⁶ “Frente Parlamentar realiza seminário sobre aborto” disponível no acervo digital do Jornal da Câmara, Brasília, 11 nov. 2005, p.06

⁹⁷ Entrevista com um dos fundadores do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

⁹⁸ DURÃES, Wagner. Em defesa da vida: a luta contra o aborto nos bastidores do Congresso Nacional. Ministério de Comunicação Social – Renovação Carismática Católica: DF. 13 dez. 2005.

⁹⁹ Participaram como expositores contra a aprovação do PL: o jurista e professor Ives Gandra da Silva Martins; a pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo, Lilian Piñero Marcolin Eça; o subprocurador geral da República, Cláudio Fonteles, e o presidente da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro, Paulo Silveira Martins Leão Júnior. Participaram como expositores favoráveis à aprovação do PL: o diretor do Instituto de Medicina Fetal de São Paulo, Thomaz Rafael Gollop; o juiz do Tribunal de Justiça e vice-diretor do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, Roberto Arriada Lorea; a coordenadora da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, Maria José Rosado Nunes, e a advogada e especialista em Direitos Reprodutivos, Mirian Ventura. (Disponível em: <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_23112005>. Acesso em: 02 fev. 2016).

¹⁰⁰ NASCIMENTO, Gilberto. Projeto que permite prática do aborto gera polemica em debate. Jornal da Câmara digital, Brasília, 25 nov. 2005, p. 06.

¹⁰¹ “Em defesa da vida: a luta contra o aborto nos bastidores do Congresso Nacional”.



Fonte: NASCIMENTO, Gilberto. Projeto que permite prática do aborto gera polemica em debate. Jornal da Câmara digital, Brasília, 25 nov. 2005, p. 06.

Destarte, uma nova onda do confronto em torno do aborto se apresentou: disputas em torno do aborto faziam-se presentes de forma diversa nos âmbitos do executivo, legislativo e judiciário e agora transbordavam a arena institucional. As oportunidades políticas, do início do governo Lula, mais alinhadas com as políticas pela legalização do aborto sofreram alterações e alteraram, por sua vez, a dinâmica interação no confronto do aborto entre Estado, movimento e contramovimento. O ano de 2005 veio representar o decesso das oportunidades políticas pró-aborto. Em balanço sobre os avanços feministas na pauta do aborto em 2004, o Jornal Fêmea, já apontava para os entraves que se apresentavam diante do avanço de forças conservadoras:

As principais ações realizadas em 2004 **foram no sentido de não permitir a perda dos poucos direitos já conquistados** [grifo meu]. Para tanto, foram feitas gestões junto aos parlamentares visando adiar a apreciação e votação de projetos sobre a temática do aborto e contrários aos direitos das mulheres. Esta estratégia foi acordada com os movimentos de mulheres que participaram de reuniões articuladas pelo CFEMEA com parlamentares e com o Presidente da Câmara dos Deputados (JORNAL FÊMEA, 2005)¹⁰².

Com a crise política do PT desencadeada com o mensalão e a clara cisão entre os poderes executivo e legislativo, Lula em meio a negociações esmoreceu a pauta de legalização do aborto na sua agenda de governo. Isto, pois, em democracias representativas, uma vez no

¹⁰² CFEMEA. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Jornal Fêmea, n.141, fev. 2005. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1039:direitos-sexuais-e-direitos-reprodutivos&catid=125:numero-141-fevereiro-de-2005&Itemid=129>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

poder, partidos políticos manejam novas alianças e acordos para aprovar projetos de lei e decisões. E, muitas vezes, cedem a certos acordos que desfiguram suas pautas iniciais (DELLA PORTA e DIANI, 2006b; MCADAM e TARROW, 2011). As alianças com grupos mais à direita durante o primeiro governo Lula não vieram sem ônus. O movimento feminista ativamente nas bases governamentais realizando intenso *lobby* para a aprovação de determinados projetos e inclusão de políticas públicas pró-aborto, viram-se em 2004 atuando mais na manutenção de avanços conquistados anteriormente do que em novas propostas. Dado que, desde 2005, há intensa mobilização de legisladores buscando barrar novos avanços pró-aborto e introduzir suas agendas políticas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo, através das Comissões de Constituição, Cidadania e Justiça e de Seguridade Social e Família. Nesse processo, a penetração de ativistas religiosos em cargos governamentais incrementaram as mobilizações contrárias ao aborto, especialmente, por adeptos evangélicos neopentecostais (MACHADO, 2012b; RUIBAL, 2014); e, embora em menor proporção, também por espíritas.

As possibilidades de aprovação do PL nº1135/91 puseram em alerta os parlamentares antiaborto: “*A gente queria garantir que esse tema não voltasse e a gente não tivesse uma maioria constituída. E por isso fomos trabalhar para termos na próxima legislatura uma maioria [...]*”¹⁰³. As possibilidades de alterações legais e legitimadas popularmente na conceitualização do aborto foram catalizadoras para a mobilização antiaborto e propiciaram alterações singulares na dinâmica do confronto em torno do aborto. Grupos antiaborto inseridos na estrutura parlamentar transgrediram os portões da esfera institucional, e realizaram, em 12 de julho de 2006, a Plenária Nacional Pró-Vida. Realizada no Auditório da Câmara dos Deputados Nereu Ramos, a Plenária, foi fulcro de uma mobilização altamente organizada e estruturada para o ciclo eleitoral daquele ano, uma vez, que possibilitou a formação de um movimento antiaborto de atuação em nível nacional, reunindo grupos atuantes no país desde a década de 70, antes dispersos.

3.2.1. A formação do Movimento Brasil sem Aborto

A Plenária Nacional Pró-Vida tem importância especial para a mobilização antiaborto no Brasil. Isto porque, é no seu interior que foi lançada a “Campanha Nacional em Defesa da

¹⁰³ Entrevista com um dos fundadores do Movimento de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

Vida”¹⁰⁴ e concomitantemente se formou o Movimento Brasil sem Aborto (nominado atualmente como Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto). Reunindo 120 representantes de 12 Estados brasileiros de organizações e instituições atuantes na causa antiabortista no país, durante a Plenária Nacional Pró-Vida foi elaborado um plano de mobilização da Campanha, através do “Manifesto à Nação”¹⁰⁵, assinado por 60 organizações, grupos e pessoas físicas tanto não religiosos quanto de diversas confissões religiosas (como segue apresentado no **Quadro VI**). Dos signatários do Manifesto foi identificado que 25 organizações são de influência religiosa espírita; 14 organizações são de influência católica; 14 organizações não tiveram influência religiosa identificadas, podendo ser consideradas aconfessionais; 6 são plurirreligiosas; 1 é de influência ética-filosófica Seicho-No-Ie; e não foi identificada nenhuma de influência evangélica. Deste modo, pode-se observar ampla diversidade religiosa e mesmo não religiosa entre os signatários.

Reunindo grupos, organizações, instituições e movimentos diversos tanto de atuação específica na pauta do aborto quanto de atuação mais abrangente, distribuídos ao longo do território nacional, se deu a conceitualização/elaboração da “Campanha Nacional em Defesa da Vida” e do Movimento Brasil sem Aborto. Tendo em vista a proposta de uma atuação antiaborto de dimensão nacional, parte fundamental para que a proposta se efetivasse foi a estruturação de Comitês Estaduais ao longo do Brasil. Para tanto, Jaime Ferreira Lopes¹⁰⁶, nomeado coordenador da Campanha, se responsabilizou pela estruturação que à viabilizaria, viajou para os 12 Estados¹⁰⁷ representados na Plenária para organizar a constituição dos Comitês.

¹⁰⁴ Denominada em documentos e entrevistas ora como “Campanha Nacional em Defesa da Vida”, ora como “Campanha Brasil sem Aborto”, ora como “Campanha A vida depende do seu voto”, e ora como “Campanha Por um Parlamento em Defesa da Vida”.

¹⁰⁵ **Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_12072006>. **Acesso em:** 27 jul. 2015.

¹⁰⁶ Bacharel em Filosofia e Direito, Jaime Ferreira Lopes foi um dos fundadores do Movimento, participando ativamente de seu processo de elaboração e estruturação. E atualmente atua como secretário nacional de mobilização, apoio e formação de comitês do Movimento. (**Disponível em:** <<http://www.brasilsemaborto.com.br/index.php?action=areafixa&id=2&cache=0.43134504347108305>>. **Acesso em:** 12 mar. 2016).

¹⁰⁷ No período de 20 de julho a 20 de agosto de 2006.

Quadro VI

Signatários do Manifesto à Nação antiaborto

Tipos de Agentes	Perfil/Descrição dos Agentes	Ano de Formação	Estado	Total por Tipo de Agentes
Indivíduos	vereador pelo PT: Lula Maciel de Oliveira-Lauro de Freitas		BA	2
	vereadora pelo PTdoB: Fátima Leite		CE	
	médico: Israel Gomy		SP	1
	Grupo musical Arte Nascente		GO	1
Instituições/grupos/comunidades religiosa	Federação Espirita Brasileira (FEB)	1884	PR	37
	Federação Espirita	1915	BH	
	Cruzada dos Militares Espiritas	1944		
	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	1952	DF	
	Centro Espirita Sebastião "O Mártir"- Núcleo Bandeirantes	1958	DF	
	Centro Espirita André Luiz	1960	DF	
	Federação Espirita	1962	DF	
	Grupo Espirita Paulo de Tarso	1979	MG	
	Grupo Espirita Fonte de Esperança	1983	DF	
	Obras Sociais do Centro Espirita Imão Áureo	1984	GO	
	Movimento Regnum Christi de Brasília	1985	RJ	
	Sociedade de Divulgação Espirita Auta de Souza	1986	DF	
	Lar Maria de Nazaré	1994	DF	
	Associação Espirita Wantuil de Freitas	1995	MT	
	Associação de Divulgadores do Espiritismo (ADE)	1995	PR	
	Associação Médico Espirita do Brasil	1995	SP	
	Fundação José Paiva Netto (LBV)	1995		
	Mulheres Pela Vida do Rio de Janeiro	1997	RJ	
	Associação Nacional dos Magistrados Espiritas (ABRAME)	1999		
	Grupo de Estudos Espiritas Bezerra de Menezes na Câmara dos Deputados	anos 2000	DF	
	Associação Espirita Francisco Thiesen	2000	SP	
	Comunhão Espirita		DF	
	Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (ABRADE)		SC	
	Associação Espirita Anália Franco		MS	
	Centro Espirita Casa do Caminho		DF	
	Centro Espirita Caridade o Caminho		GO	
	Centro Espirita Bitencurt Sampaio de Cristalina		GO	
	Centro Espirita o Consolador		GO	
	Paróquia Jesus de Nazaré		DF	
	Equipe Arquidiocesana de Métodos Naturais		DF	
	Comissão Diocesana em Defesa da Vida de Guarulhos		SP	
	Comissão Diocesana em Defesa da Vida de Taubaté		SP	
	Comissão Diocesana em Defesa da Vida de São José dos Campos		SP	
	Pastoral Familiar da Diocese		DF	
	Grupos de Reflexão da Comarca Sul da Diocese		SC	
	Movimentos dos Focolares		DF	
	Seicho-No-Ie do Brasil			
Frente/Comissões parlamentares	Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto	2005	DF	3
	Frente Parlamentar Sim à Vida da Câmara Municipal de Fortaleza	2006	CE	
	Frente Parlamentar em Defesa da Vida da Assembleia Legislativa do I		CE	
Grupos/ movimentos antiaborto	Associação Jamais Abortar	1993	PB	2
	Federação Paulista dos Movimentos em Defesa da Vida		SP	
Associações comunitárias/outras Movimentos sociais	Movimento Internacional pela Paz e Não-Violência (MOVPAZ)	1992	BA	6
	Movimento Político pela Unidade de Fortaleza	2001	CE	
	Instituto Juventude Pela Vida	2005	RJ	
	Pró-Vida Família		DF	
	Pró-Vida Família		PE	
	Confederação Nacional das Entidades de Família		DF	
Associações Filantrópicas	Sonhar Acordado	2000	DF	4
	Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas (REBRAF)	2000	SP	
	Projeto Futuro de Pirassununga		SP	
	Lions Clube		DF	
Associações Profissionais	Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ)	1985	MG	1
Associações Educacionais	Instituto de Ensino e Fomento de Curitiba (IEF)		PR	1
Não identificados	Parceria de Planaltina		DF	2
	Associação Pró-Vida Educativa (APROVE)		DF	

No mês seguinte da realização da Plenária Nacional Pró-Vida, os grupos antiaborto se reuniram novamente através da realização da I Plenária Nacional do Movimento Brasil sem Aborto, no dia 28 de agosto de 2006. Nessa ocasião a Campanha foi lançada oficialmente, assim como também um site próprio da Campanha/Movimento, que ainda se misturavam nesse momento. Foi, portanto, na estruturação para que a Campanha se viabilizasse que também se viabilizou a formação do Movimento Brasil sem Aborto – das entranhas do aparato institucional para as ruas –.

O Brasil sem Aborto [...], ele visa o quê? Ser aquele que vai aglutinar e integrar os movimentos, sem que os movimentos regionais, movimentos municipais deixem de existir [...]. Quanto mais organizações melhor. Mas que haja uma integração, certo? E principalmente conversar com a sociedade, isso porque tem horas que precisa ter um representante. Então, no Congresso Nacional o Brasil sem Aborto tem que estar sempre aqui, aqui é uma área crítica. Então, é para isso que ele existe [...].¹⁰⁸

O Movimento se formou com o objetivo de atuar e “*pautar-se pela UNIDADE na ação (mobilização das consciências) e por uma identidade aconfessional e suprapartidária*”¹⁰⁹, na “*defesa da criança desde a concepção e a garantia da Vida em sua plenitude*”¹¹⁰. Para tanto, reuniu em seu conselho diretor nacional representantes de instituições de variadas confissões, como a Pastoral da Família da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Federação Espírita Brasileira (FEB), a Rede Brasileira do Terceiro Setor (REBRATES) e a Associação Nacional Pró-Vida Família.

Luta: esta é a palavra certa para conceituar este trabalho, mas trata-se de uma luta pelo “bom combate”, para usar uma expressão do apóstolo Paulo, pois trata-se de empreender todos os esforços no limite de nossas forças, para fazer prevalecer o mais fundamental de todos os direitos humanos, o direito à vida. [...] Vida Sim. Aborto Nunca!(informação verbal)¹¹¹.

Tais inovações no ativismo antiaborto alteraram a dinâmica de movimento, contramovimento e Estado no ambiente da campanha eleitoral presidencial e parlamentar nacional de 2006. Mobilizações pró-aborto e antiaborto apresentaram-se em disputa direta

¹⁰⁸ Entrevista com um dos fundadores do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

¹⁰⁹ “A trajetória do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida (Brasil Sem Aborto) e os desafios para os próximos quatro anos (2011-2014)”.

¹¹⁰ Conforme panfleto disponibilizado em **Anexo A** –.

¹¹¹ Entrevista de Jaime Ferreira Lopes, (fundador do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, para André Ribeiro Ferreira da Revista O Consolador, em 05 de janeiro de 2014. (**Disponível em:** <<http://www.oconsolador.com.br/ano7/344/entrevista.html>>. **Acesso em:** 26 de jul. de 2015).

nesse ciclo eleitoral, momento sócio-político representativo da nova onda do confronto do aborto.

Ao sustentar-se em longo prazo através de uma campanha, grupos antiaborto alinharam-se e selaram novos vínculos. Uma ação em conjunto foi estrategicamente organizada e desenvolvida, com um objetivo previamente estabelecido. Formou-se então, uma nova estrutura organizativa de mobilizações antiaborto no país, isto é, através de um movimento social nacional grupos antiaborto dispersos e heterogêneos passaram a atuar conjuntamente, em prol de um projeto unificado. Do ponto de vista das inovações no repertório antiaborto, um ativismo composto por grupos atuantes cada qual em sua redoma cultural e com uma atuação mais local e descentralizada deu lugar para uma atuação coordenada pela representação nacional do Movimento Brasil sem Aborto, reunindo lideranças e ativistas de diferentes credos e filiações político partidárias. O Movimento já nasceu enfatizando seu caráter plurirreligioso; e embora a Igreja Católica já vir produzindo uma verdadeira expertise na forma de argumento bioético para sustentar a noção de que há vida desde a concepção, o Movimento introduziu ao campo político do aborto certa ênfase ao *status* científico antiabortista, reiterando sua constituição para além dos muros das Igrejas e demais instituições religiosas.

* * *

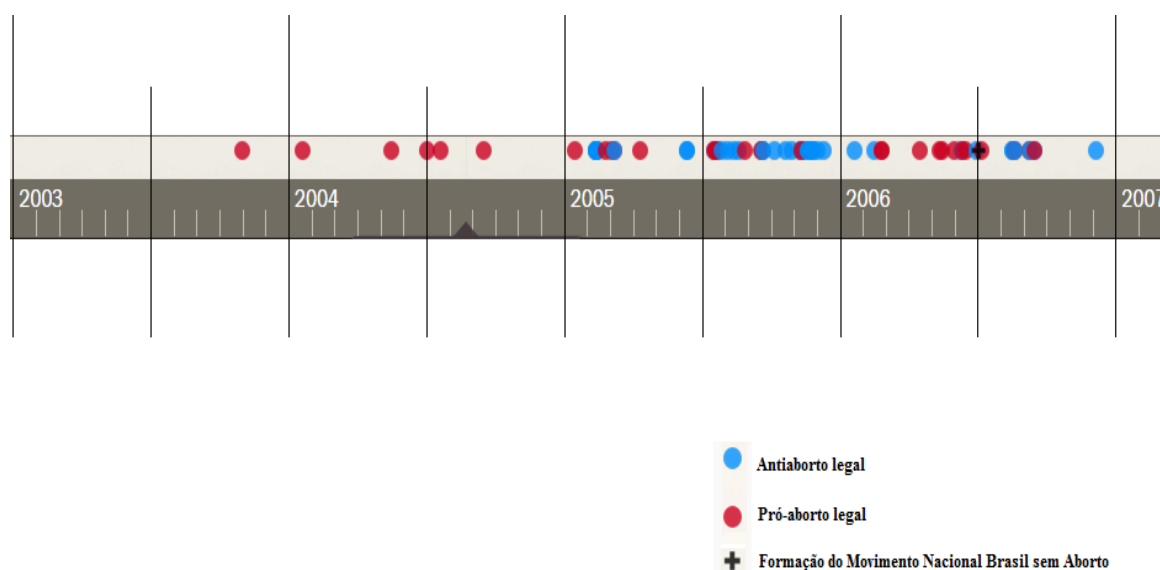
O quadro político, no ano de 2005, fazia-se bastante diferente do que o que retratava o Brasil no começo da era Lula (de 2002 a 2004)¹¹². A predominância dos eventos pró-aborto no ano de 2005, com a fragilização pública do governo federal, sofre uma incursão antiabortista. O que marca o ano de 2006 com acentuada competitividade em torno do aborto. Conforme é possível observar na **Linha do Tempo de Eventos** apresentada a seguir.

As alterações no ambiente sociopolítico nacional e internacional foram definitivas na agenda, forma organizacional e atuação antiaborto. Um ativismo tradicionalmente ligado diretamente à Igreja Católica, apoiado em uma argumentação baseada nos valores cristãos e forte aspecto moralista deu lugar para um ativismo regimentado em bases mais científicas, com argumentos mais bioéticos do que transcendentais. E este, por sua vez, é aditivado pelo

¹¹² Internacionalmente o embate em torno do aborto já se fazia ferrenho. Em Washington (EUA), em 24 de abril de 2004, cerca de 500 mil manifestantes saíram nas ruas na Marcha pela vida das mulheres, reivindicando direitos da mulher e entre eles o direito ao aborto. Como contramobilização, no mesmo dia, grupos antiaborto também se organizaram em uma manifestação de rua contra o aborto. **Fonte:** “Milhares de mulheres fazem manifestação pró-aborto nos EUA”. Jornal Folha Online, 25 abr. 2004, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u72000.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, grupo organizado que atua através de táticas típicas de movimentos sociais (campanhas, passeatas, marchas, etc.) e conectado em redes interativas, destacando seu caráter plurirreligioso. É, portanto, em um ambiente internacional no qual a temática do aborto se fazia avultar; e em um contexto nacional inaugurado pelo primeiro governo Lula e seu amplo diálogo com os movimentos sociais, sobretudo, o movimento feminista – vide a mobilização e as políticas públicas desencadeadas em torno da Campanha da Lei Maria da Penha (MACIEL, 2011) – com políticas alinhadas à pauta feminista pró-aborto, que um contramovimento ao aborto reunindo diversos segmentos da sociedade, em nível nacional, organiza-se e estrutura-se.

Linha do Tempo de Eventos em torno do aborto no Brasil (2003-2006)¹¹³



Do lado pró-aborto da disputa, o movimento feminista historicamente já se apresentava transitando entre os âmbitos institucionais e extra institucionais. Parte dessa confluência de formas de ação, desde mais institucionalizadas até mais disruptivas, é a Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro (BARSTED, 2009), uma iniciativa societária de objetivos institucionais. Em relação à pauta do aborto demonstra-se, de fato, certa prevalência de ações mais institucionais, e o governo Lula, só veio firmar isso. Não

¹¹³ Esta Linha do tempo de Eventos contempla: encontros, seminários, plenárias, conferências, assembleias, fóruns, ações de pressão e *lobby*, campanhas, projetos, passeatas, marchas, manifestações de rua e formação de ONGs, associações, redes e frentes parlamentares, confecção e divulgação de notas, moções, discursos, declarações, cartas, estudos e documentos, e divulgação e ações comemorativas de datas significativas.

é ao acaso que uma contramobilização do aborto se formou no âmbito institucional para depois ir para as ruas. Movimento e contramovimento confrontam-se numa mesma arena, e se as possibilidades e ameaças faziam-se presentes em espaços institucionalizados, o confronto também se travou por ali.

Entretanto, demais formas de ação e performances tipicamente instrumentalizadas pelo movimento feminista não deixaram de ser combinadas em detrimento das novas formas de ação. No Fórum Social Mundial, em 2005, foi lançada a campanha “Católicas pela Legalização do Aborto”, em uma parceria das Católicas pelo Direito de Decidir¹¹⁴ com a Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, que entre suas ações confeccionaram um abaixo-assinado problematizando a criminalização do aborto a partir de um ponto de vista feminista e cristão¹¹⁵. No mesmo ano, organizada pela Marcha Mundial das Mulheres, o segundo grande ato da Marcha, reuniu nacionalmente mais de 10 mil manifestantes nas ruas de São Paulo em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, trazendo como uma das principais bandeiras a legalização do aborto¹¹⁶.

Na esteira das mobilizações e contramobilizações em torno do aborto no Brasil, especialmente desde a década de 80, novas remodelações se apresentaram na dinâmica do confronto nos anos 2000. Em meio ao primeiro mandato do governo Lula, o ambiente político de antemão se demonstrou em vias da concretização de um processo despontado na década de 90, quando o repertório de ação antiaborto foi incrementado por ações menos institucionalizadas: mobilizações pró e contra o aborto em embate nas arenas institucionais e societárias, nos gabinetes e auditórios do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal e nas ruas do país.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://catolicas.org.br/institucional-2/historico/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.clam.org.br/es/campanhas-direitos/conteudo.asp?cod=1820>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

¹¹⁶ BALAZINA, Afra. 15 Mil mulheres vão às ruas por direitos. Folha de São Paulo digital, 09 mar. 2005, Cotidiano, p. C9.

CAPÍTULO 4 –

“2006 tem eleição!”: a campanha antiaborto no ciclo eleitoral

Haja vista a campanha eleitoral de 2006 e a especulada candidatura à reeleição de Lula, desde 2005, eventos antiaborto orquestrados por diversos grupos passaram a pipocar pelo país. Segundo Sensus¹¹⁷, de abril de 2005, a popularidade do presidente sofria decréscimos devido às políticas pró-aborto em seu governo. Em meio a isso, com o acirramento da disputa nos poderes executivo, legislativo e judiciário, em agosto de 2005, Lula enviou uma carta à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que na ocasião realizava sua 43ª Assembleia Geral¹¹⁸. O então presidente buscava amenizar o impacto negativo das diversas denúncias de corrupção em cargos de alto escalão de seu governo e garantir o eleitorado católico, com apoio da CNBB, para a próxima eleição. Para atingir o primeiro objetivo, Lula destacou a necessidade de apuração e punição dos casos de corrupção em seu governo; e para o segundo objetivo, o presidente não poupou esforços e tanto ressaltou as qualidades de seu primeiro mandato através de seus empenhos e compromissos para com os problemas de desigualdade social do país, como também destacou seu posicionamento “*em defesa da vida*” respeitando os valores éticos e princípios cristãos:

[...] quero pela minha identificação com os valores éticos do Evangelho, e pela fé que recebi de minha mãe, reafirmar minha posição **em defesa da vida em todos os seus aspectos e em todo o seu alcance**. Os debates que a sociedade brasileira realiza, em sua pluralidade cultural e religiosa, são acompanhados e estimulados **pelo nosso governo, que, no entanto, não tomará nenhuma iniciativa que contradiga os princípios cristãos**. [grifos meus] [...].¹¹⁹

Ao mesmo tempo em que o então presidente buscava garantir apoio da CNBB se comprometendo com a defesa da vida, não a especificava. Isto é, deixou por definir a noção de vida, o momento em que a vida se inicia. Sua tentativa de agradar “a gregos e troianos”, no

¹¹⁷ Realizado nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2005, com dois mil entrevistados, pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Fonte: “Sensus: popularidade de Lula cai seis pontos”. Jornal O Globo, 20 abr. 2005, Matutina, O País, p.08.

¹¹⁸ As Assembleias Gerais da CNBB são realizadas anualmente e excepcionalmente mais de uma vez por ano quando em casos de requerimento de urgência. As Assembleias atuam como órgãos supremos da CNBB. A 43ª Assembleia Geral reuniu cerca de 300 bispos brasileiros em Itaici, na cidade de Indaiatuba, São Paulo, de 09 a 17 de agosto de 2005 brasileiros (**Disponível em:** <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=903&Itemid=111> e <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17446:dia-do-nascituro-e-celebrado-em-todo-pais-e-pede-defesa-da-vida&catid=196&Itemid=179>. **Acesso em:** 05 jan. 2016).

¹¹⁹ Carta do presidente Lula à CNBB, enviada em 09 de agosto de 2005. **Fonte:** Jornal Folha de São Paulo digital, 10 ago. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

entanto, não parecia possível. A bem da verdade, a comunidade católica fazia-se ressabiada com as movimentações políticas em torno da questão do aborto e com os casos de corrupção no primeiro mandato do governo¹²⁰. As Comissões em Defesa da Vida da Diocese de Guarulhos, Taubaté e da Regional Sul-1 da CNBB, já nesse período, chamavam a atenção: “*o presidente Lula foi capaz de mentir ao povo brasileiro, negando que tivesse **qualquer intenção de legalizar o aborto no Brasil***”¹²¹.

Em contrapartida à mobilização pró-aborto e paralelamente à intensa mobilização antiaborto institucional, foi lançado, em agosto de 2005, sob a égide da Igreja Católica¹²² o documento “Declarações sobre Exigências Éticas em Defesa da Vida”¹²³, no qual pela primeira vez foi feito chamado católico para as eleições de 2006, com a proposta de “*mobilizar as famílias e comunidades, para que estimulem os vereadores, deputados e senadores de sua base eleitoral, a que defendam e promovam a vida e a família*”. É no bojo do embate em torno do aborto – nas arenas institucionais e societárias – que se dá toda a mobilização antiaborto conseguinte no ciclo eleitoral de 2006.

Diante da convocatória da CNBB, em 25 de setembro de 2005, a Associação Nacional Mulheres pela Vida do Rio de Janeiro¹²⁴, formada a partir da Pró-Vida de Anápolis, lançou o “Manifesto em Defesa da Vida”. A Associação Nacional Mulheres pela Vida do Rio de Janeiro, além de reiterar as eleições de 2006 como campo de disputa a ser preenchido, trouxe ao público posicionamento de mulheres adverso ao do movimento feminista. Colocando em voga a legitimidade do movimento feminista na representação da mulher brasileira, com destaque para a pauta pró-aborto, conclamaram “*as mulheres brasileiras para que neguem seu*

¹²⁰ “Padres acusam PT de ‘escorregar para a corrupção’” e “Política domina debate em encontro da Igreja”, disponíveis no Jornal Folha de São Paulo digital, 10 ago. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

¹²¹ “A contextualização da defesa da vida no Brasil: como foi planejada a introdução da cultura da morte no país”, Item G: “O presidente mente para o Brasil”, p. 23-24. (**Disponível em:** <<http://www.votopelavida.com/defesavidabrasil.pdf>>. **Acesso em:** 06 jan. 2016).

¹²² Internacionalmente, sob o papado de Bento 16, no dia 18 de março de 2006, foi lançada uma campanha do Vaticano contra o aborto. **Fonte:** “Papa fala sobre injustiças e lança campanha contra o aborto”. Jornal Folha Online, 18 mar. 2006, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/mundo/ult94u93802.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015). E, em junho de 2006, o Vaticano divulgou o documento “Família e Procriação Humana”, no qual defendia a existência da vida desde a concepção, portanto contra a manipulação genética e contra a união de pessoas do mesmo sexo. **Fonte:** “Vaticano divulga documento contra manipulação genética e união gay”. Folha Online, 06 jun. 2006, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/mundo/ult94u96686.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

¹²³ Confeccionado durante a 43ª Assembleia Geral da CNBB, datado no dia 16 de agosto de 2005.

¹²⁴ **Disponível em:** <http://www.providafamilia.org/i_enc_nac_mulheres_pela_vida.htm>. **Acesso em:** 12 jan. 2016.

voto àqueles e àquelas que, em nosso nome, vêm atuando contra a vida humana [grifo meu]”¹²⁵.

4.1. A ação coletiva em ciclos eleitorais

A noção de ciclos de confronto elucida momentos prolongados de alta mobilização (MEYER, 2004; TARROW, 2009) – de variada duração e dimensão – em que grupos diversos dinamizam ações de confronto e as difundem para outros grupos até então desmobilizados, sejam grupos em maiores ou menores graus de organização, em torno de um mesmo objetivo. Os ciclos de confronto são fontes de inovação dos repertórios e simbolismo (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009), pois encerram em si mesmos processos de mobilização, desmobilização e contramobilização, intensidade e moderação das ações imputadas pelos movimentos e contramovimentos (DELLA PORTA e DIANI, 2006a; DYKE e TAYLOR, 2004; KRIESI, 2004).

Vetor determinante para o desrolar do confronto entre movimento e contramovimento, os períodos eleitorais são caracterizados por momentos de intensa mobilização coletiva. Isto, pois, representam momentos de transição política e seus resultados interferem diretamente na relação que se estabelece entre movimento, contramovimento e Estado. Nesse sentido, os períodos eleitorais são interpretados como ciclos eleitorais. Ou seja, momentos em que há ampla mobilização de grupos e atores coletivos diversos, na busca por pressionarem candidatos e influenciarem eleitores, de modo que os resultados eleitorais lhes possibilitem novas/mais oportunidades políticas.

Longe de estabelecer uma relação binária e simples, movimentos sociais e Estado protagonizam parte importante da política ocidental contemporânea. Nessa interação o Estado pode responder de variadas formas aos movimentos, seja os reprimindo, convivendo pacificamente, os encorajando e/ou sendo influenciado por eles (GOLDSTONE, 2003). Em confluência a essa assertiva, movimentos e contramovimentos duelam entre si não em um vácuo, mas em um ambiente sociopolítico cambiante em que as ações e posições do Estado

¹²⁵ “Manifesto em Defesa da Vida” encontra-se disponibilizado na íntegra no site do Movimento em Defesa da Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro. (Disponível em: <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_25092005>). Acesso em: 12 jan. 2016.

exercem forças a essa dinâmica e, ao mesmo tempo, movimento e contramovimento interagem sobre as forças do Estado (MEYER e STAGGENBORG, 1996).

Portanto, antes de excludentes, movimentos sociais e partidos políticos são complementares. Se as ações do segundo, diretamente, voltadas para o público encerram-se nos ciclos eleitorais, as ações do primeiro podem extrapolar este breve período na sustentação de campanhas ao longo do tempo. Se partidos políticos são condicionados a articularem uma vasta gama de propostas abrangentes, movimentos sociais são mais seletivos e focam em menos questões e mais específicas¹²⁶ (GOLDSTONE, 2003; MCADAM; TARROW e TILLY, 2009). Deste modo, movimentos sociais reiteram o processo eleitoral (GOLDSTONE, 2003) ao articularem-se por variados motivos, tanto mais específicos quanto abrangentes como, por exemplo, nos casos de *regimes de movimentos*, quando movimentos sociais se valem de processos eleitorais para chegar ao poder (a Alemanha nazista é um exemplo clássico); quando movimentos sociais dão origem a partidos políticos; quando se valem de processos eleitorais para obterem cargos políticos; e mesmo em processos legislativos, quando visionam mudanças legais (MCADAM e TARROW, 2011).

Os ciclos eleitorais por contarem com ampla visibilidade midiática permitem com que movimentos e contramovimentos interagem de forma mais eloquente com o público. Deste modo, se apresentam como momentos de oportunidade política em que movimentos e contramovimentos reagem ao contexto político e ao ambiente discursivo e cultural no qual a disputa se engendra. As mídias desenvolvem importante papel neste contexto, ao passo que os movimentos dependem dela para difundir suas mensagens¹²⁷ e que a forma como o movimento é apresentado para o público interfere diretamente em sua repercussão, ou ainda, a forma como as mídias articulam simbolicamente valores e emoções em torno de uma questão pode não só interferir na repercussão de determinado movimento, como também na mobilização deste movimento – no estímulo ou esmorecimento de seus ativistas – (DELLA PORTA e DIANI, 2006a). Ou seja, as eleições são momentos propícios para incidir simbolicamente sobre a sociedade, aproveitando do momento político para divulgar suas percepções de mundo e conquistar novos adeptos (JASPER, 2007; TARROW, 2009).

¹²⁶ Particularmente, desde os anos 80, partidos políticos têm deixado de lado seu caráter mais identitário e ideológico em detrimento de políticas mais moderadas, concentrando suas mobilizações nos períodos eleitorais e buscando impactar o eleitorado, sobretudo, através das grandes mídias. Nesta esteira, movimentos sociais se destacam enquanto forma de política identitária (DELLA PORTA e DIANI, 2006b).

¹²⁷ Nas sociedades contemporâneas, com os avanços tecnológicos e comunicativos, movimentos sociais têm se articulado também em mídias alternativas (próprias ou não) (DELLA PORTA e DIANI, 2006a).

Dessa forma, os confrontos eleitorais encerram em si mesmos desde coligações e alianças a guerras declaradas entre partidos políticos/candidatos e movimentos sociais. Os primeiros visionam conquistar o eleitorado em uma disputa direta com outros partidos/candidatos; enquanto os segundos se apresentam na disputa eleitoral tanto em apoio aos candidatos e partidos que estão alinhados minimamente com suas agendas como em oposição àqueles desalinhados aos seus objetivos. Os movimentos sociais podem se mobilizar tanto para angariar votos quanto para evitar que determinados candidatos obtenham sucesso no pleito (GOLDSTONE, 2003). De um lado, os partidos políticos/candidatos tendem a apresentarem as suas próprias campanhas eleitorais e suas agendas políticas de modo neutro e evitando temas polêmicos, a ideia é angariar votos e não contrariá-los. Do outro lado, os ciclos eleitorais se apresentam como momentos propícios para movimentos sociais trazerem à tona temas que envolvem, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos aos holofotes da mídia e pressionar candidatos a se posicionarem publicamente diante de determinadas problemáticas (DELLA PORTA e DIANI, 2006b), isto porque o objetivo é de não só eleger seus candidatos, como de pressionar demais candidatos a comprometerem-se com suas demandas.

A campanha, forma de ação típica dos movimentos sociais, caracteriza-se por não resumir a um único evento, mas sim por aglutinar em longo prazo e em prol de um mesmo esforço vários eventos, repertórios variados, um grupo identificável de atores e um público alvo. E, como denominou Tilly (2010), episódios de confronto de movimentos sociais apresentam VUNC (valor, unidade, números e comprometimento), isto é, Valores, símbolos e significados compartilhados; Unidade como certo *modus operandi* típicos de campanhas (marchar, cantar, empunhar cartazes e bandeiras, etc.); Número, no sentido de que campanhas para efetivarem pressão política necessitam contar com grande volume de participantes e apoiadores; e Comprometimento do grupo em participar de todas as atividades da campanha “faça chuva ou faça sol” (TILLY, 2010).

Pois bem, a campanha em sua totalidade permite com que seja observada a combinação de elementos que distinguem os movimentos sociais das demais formas de ação política. Assim é possível identificar redes de aliança e oposição, repertório e enquadramentos interpretativos dos movimentos (TILLY, 2010). As campanhas em períodos eleitorais, portanto, são ricos objeto de análise. Isto, porque além de permitirem uma observação em escala reduzida dos movimentos sociais, combinam um contexto mais amplo num campo multiorganizacional, no qual diversos atores – aliados e oponentes –, movimentos sociais, contramovimentos e Estado estão em plena interação não só na disputa de cargos

governamentais, mas também no convencimento da opinião pública sobre determinado tema. Durante confrontos eleitorais as disputas entre movimentos e contramovimentos são acirradas, a conjuntura política em flutuação coloca a dinâmica do confronto em modo de alarme para as novas remodelações.

* * *

Os estudos de caso brasileiros têm apresentado especial interesse na campanha eleitoral de 2010, referente à sua grande repercussão em torno da questão do aborto (como ALMEIDA e BANDEIRA, 2013; BARRERAS, 2013; MACHADO, 2012a) e da dimensão moral em seu desenvolvimento (como em PIERUCCI, 2011). Até mesmo, do ponto de vista de ativistas feministas do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), a posteriori, a campanha eleitoral de 2010 é identificada como momento no qual “*o aborto foi alçado à condição de munição para ataques eleitorais*”¹²⁸.

Entretanto, apesar da temática ganhar importante destaque na eleição presidencial de 2010, não é novidade nos ciclos eleitorais brasileiros. Ainda que (em BARRERAS, 2013; MACHADO, 2012a; PIERUCCI, 2011) haja referência à mobilização antiaborto no ciclo eleitoral de 2006, o processo mais amplo de contramobilização na arena institucional e o próprio confronto eleitoral em torno do aborto em 2006 recebem pouca atenção.

Aliás, não foi em 2006 que o apelo ao tema do aborto passou a ser acionado em períodos eleitorais. No segundo turno da primeira eleição presidencial direta após a redemocratização do país, em 1989, a disputa acirrada entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT com coligação com os partidos PSB e PCdoB e Fernando Collor de Mello pelo PRN com coligação de PSC, PTR e PST virou palco para o depoimento da ex-namorada do candidato petista. A ex-namorada de Lula o acusou de ter-lhe oferecido dinheiro para a realização de um aborto na juventude. Contudo, neste momento o tema se apresentou no confronto eleitoral mais como ataque denunciatório entre os candidatos do que como questão para debate de agendas políticas (BARRERAS, 2013).

No pleito de 2006 estavam em concorrência os cargos políticos para governador, deputado estadual e federal, senador e presidente da República. Para as eleições

¹²⁸ “Aborto em tempos de eleição”. (Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11603>>. Acesso em: 09 jan. 2016).

presidenciais¹²⁹ o protagonismo da disputa encontrava-se entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT com coligação do PCdoB e PRB, Geraldo Alckmin pelo PSDB coligado ao PFL e, mais atrás, a candidata Heloísa Helena pelo PSOL com coligação do PSTU e PCB. Tendo sido levada ao segundo turno a dobradinha PT e PSDB. Lula, que já ocupava o cargo da presidência, desde 2003, buscava sua reeleição em meio aos escândalos do mensalão. Conquanto a popularidade do governo Lula tenha sofrido decréscimos, manteve-se em vantagem à candidatura de Alckmin (CARREIRÃO, 2007).

Nesse contexto, o ciclo eleitoral de 2006 tornou-se campo de confronto em torno do aborto, com a ingerência de grupos antiaborto em uma ampla campanha pró candidatos presidenciais e parlamentares antiaborto e contra a eleição de candidatos pró-aborto; em contrapartida, movimento feminista se empenhou em uma campanha voltada para a participação política feminina e para a eleição de candidatos alinhados às propostas pró-aborto.

4.2. Contramobilização e mobilização na campanha eleitoral

Tendo em vista o acirramento do confronto em torno do aborto no contexto nacional e o campo político das eleições que se configuram como palco de disputas, há no ciclo eleitoral de 2006 uma difusão da contramobilização antiaborto, que no formato de uma campanha de abrangência nacional atuou direcionadamente no convencimento público e na orientação do eleitorado para influir no resultado eleitoral. Não é novidade que em ciclos eleitorais movimentos sociais tenham ampla mobilização buscando incidir na conjuntura política flutuante. O movimento feminista brasileiro desde as eleições de 1982 já se valia deste canal de participação política através do “Alerta Feminista Para as Eleições”. Mas, é novidade no confronto em torno do aborto uma mobilização com objetivos especificamente antiaborto, organizada em escala nacional através de uma rede de interação política. No cerne do período eleitoral de 2006 uma terceira onda do confronto do aborto fez-se representativa.

¹²⁹ Também concorriam à presidência em 2006: Cristovam Buarque pelo Partido Democrático Trabalhista PDT, José Maria Eymael pelo Partido Social Democrata Cristão PSDC, Luciano Bivar pelo Partido Social Liberal PSL, e Ana Maria Rangel pelo Partido Republicano Progressista PRP (CARREIRÃO, 2007).

A CNBB lançou, em abril de 2006, a primeira edição do documento oficial “Eleições 2006: Orientações da CNBB”¹³⁰, propondo uma análise conjuntural do país e orientações para candidatos e eleitores:

[...] dirigimo-nos aos eleitores, incentivando a sua efetiva participação na escolha de seus representantes, apresentando-lhes alguns critérios de discernimento. Dirigimo-nos também aos candidatos, apresentando-lhes propostas para a construção de políticas estruturantes, que assegurem o desenvolvimento da nação com inclusão e justiça social (CNBB, 2006: 05).

Sob a convocatória para mobilização da população brasileira no processo eleitoral, a CNBB enumerou 7 grandes propostas para a nação brasileira¹³¹, entre elas a quarta proposta de “*Fortalecer as exigências éticas em defesa da vida*”. É nesta proposta, ainda que sutilmente, em que aparece o tema do aborto no confronto eleitoral de 2006. Sublinhando o momento político que se estabelecia naquelas eleições, os parlamentares são convocados para se empenharem “*para que todos os brasileiros tenhamos meios necessários assegurados para viver uma vida digna, desde a sua concepção* [grifo meu] *até ao final de seus dias*” (CNBB, 2006: 16). É na ênfase de que a vida deve ser salvaguardada “*desde a sua concepção*” que a CNBB aborda a questão do aborto sem sequer utilizar o termo em si. A temática ganha destaque quando dos critérios que devem ser observados na avaliação de um candidato:

É fundamental discernir o perfil ético e as verdadeiras motivações dos que se apresentam como candidatos. O primeiro critério para votar em um candidato é sua posição em relação à defesa da dignidade da pessoa humana e da vida, em todas as suas manifestações, desde a sua concepção até o seu fim natural com a morte (CNBB, 2006: 20).

Diante da crescente mobilização antiabortista, em 13 de junho de 2006, a Rede Feminista de Saúde divulgou o documento preliminar “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano”, em clara resposta à convocatória católica. As feministas conclamaram as mulheres para como uma “*fênix*” contra-atacarem ao “*tom e ao ritmo das ideias*

¹³⁰ Produzido durante reunião do Conselho Permanente da CNBB, realizada entre 21 a 24 de março de 2006. Foi a segunda vez que a CNBB produziu um documento de edição específica à orientação eleitoral, o primeiro foi publicado em setembro de 2001 com o título “Eleições 2002: propostas para reflexão”. (Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=document&layout=default&alias=145-82-eleicoes-2006-orientacoes-da-cnbb&category_slug=documentos-cnbb&format=html&Itemid=251>. Acesso em: 13 jan. 2016).

¹³¹ As demais propostas são: [1] Democratizar o Estado e ampliar a participação popular; [2] Rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida; [3] Ampliar as oportunidades de trabalho; [4] Reforçar a soberania da nação; [6] Democratizar o acesso à terra e ao solo urbano; [7] Proteger o meio ambiente e a Amazônia.

*fundamentalistas nas Eleições 2006*¹³². No entanto, a questão do aborto não foi tratada explicitamente, mas sim em termos mais abrangentes de direitos sexuais e reprodutivos. O campo complexo e controverso do aborto incidiu na ação feminista, e suas mobilizações na campanha eleitoral já iniciavam entre meias palavras e deixando a questão do aborto implícita.

Pois bem, no primeiro semestre de 2006 desenhavam-se as primeiras contramobilizações e mobilizações objetivando influenciar os resultados eleitorais de 2006. Ainda reproduzindo antigos padrões do confronto do Brasil: Igreja Católica *versus* movimento feminista, ambas as convocatórias vieram abrir a temporada do confronto eleitoral em torno do aborto.

No total foram levantados treze (13) eventos de mobilização em torno do aborto, sendo sete (7) antiaborto e seis (6) pró-aborto. As iniciativas de ambos os lados abordaram o aborto a partir de aspectos legais, éticos, morais e também a partir de aspectos mais científicos e biológicos. A votação do substitutivo ao PL nº 1135/91, que se postergou para a legislação seguinte, protagonizou como tema específico de mobilizações e contramobilizações. Conforme segue apresentado nos **Quadros VII e VIII**.

Contramobilizações e mobilizações em torno do aborto no campo eleitoral interagiram dinamicamente entre ações e reações, sobretudo, através de manifestações do tipo direta e por via de comunicação: lançamento e divulgação de documentos, uso de mídias alternativas e próprias como blogs e sites para análise da conjuntura, divulgação de notícias e convocação popular. Entretanto, o movimento feminista se demonstrou mais em posicionamento de defensiva em contrapartida as ofensivas antiaborto que, por sua vez, expandiram a sua atuação no confronto através de ampla panfletagem e distribuição de cartazes e através de ações inovadoras, como o envio de mensagens de textos via celular e e-mail.

¹³² “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano”. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2012:rededefax-numero-12-2006-informativo-eletronico-da-rede-feminista-de-saude&catid=219:noticias-e-eventos&Itemid=154>. **Acesso em:** 09 jan. 2016).

Quadro VII
Contramobilizações antiaborto

Data	Local	Objetivo(s)	Formas de Mobilização	Repertório de ação	Slogans	Redes e alianças	
1	abr./2006	Brasília	Incidir no processo eleitoral	Manifestação Direta	[1] Produção e divulgação de documento	_____	[1] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
2	12/07/2006	Auditório da Câmara dos Deputados Nereu Ramos	Reunir lideranças pró-vida do Brasil inteiro na mobilização contra - aborto legal Brasil	Institucional e Manifestação Direta	[1]realização de Plenária, [2] elaboração de campanha, [3] produção e divulgação de Manifesto, [4] criação do Movimento	[1] “Por um Parlamento em defesa da vida” [2] “A vida depende do seu voto”	[1] Conselho Nacional da Pastoral Familiar da CNBB, [2] Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o aborto
3	28/08/2006	Dependências da LBV de Brasília	Estruturação do Movimento e organização da Campanha Brasil sem aborto	Institucional e Manifestação Direta	[1] realização de Plenária, [2] lançamento de campanha, [3] Lançamento de um site próprio do Movimento	[1] “Por um Parlamento em defesa da vida” [2] “A vida depende do seu voto”	[1] Movimento Brasil sem Aborto, [2] Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o aborto, [3] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), [4] Federação Espírita Brasileira (FEB), [5] Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP)
4	jul. a out./2006	_____	Para conscientizar o eleitor de quem são os candidatos contrários ao aborto e eleger uma maioria parlamentar contrária o aborto-legal	Manifestação Direta e via Comunicação	[1] produção e aplicação de questionário com candidatos políticos, [2] divulgação do posicionamento dos candidatos, [3] produção e divulgação de documentos, [4] produção e distribuição de cartazes e panfletos, [5] orientação do voto	[1] “Por um Parlamento em defesa da vida” [2] “A vida depende do seu voto”	[1] Movimento Brasil sem Aborto, [2] Arquidiocese do Rio de Janeiro
5	set./2006	Rio de Janeiro	Incidir no processo eleitoral em disputa de modo que a candidata ao senado Jandira Feghali não seja eleita	Manifestação Direta e via Comunicação	[1] produção e distribuição de cartazes e panfletos, [2] produção de blog, [3] divulgação de notícias e informações, [4] envio de mensagens de texto via celular e e-mail	[1] “Não vote em Jandira, vote pela vida!”, [2] “Diga não ao aborto, diga não a Jandira Feghali”, [3] “Jandira, a candidata do aborto”	[1] ONG Frente carioca pela Vida, [2]Arquidiocese do Rio de Janeiro
6	29/09/2006	Rio de Janeiro	Manifestar seu posicionamento em relação aos candidatos pró-aborto e insatisfação com a represália que a Arquidiocese do Rio sofreu em relação a distribuição de panfletos de temas eleitorais	Manifestação Direta	[1] divulgação dos candidatos contra o aborto, [2] produção e distribuição de cartilhas, [3] orientação do voto de seu público, [4] produção e divulgação de notas oficiais	_____	[1] Arquidiocese do Rio de Janeiro
7	_____	Rio de Janeiro	Incidir no processo eleitoral	Manifestação Direta e via Comunicação	[1] lançamento de um site, [2] divulgação de notícias, [3] divulgação de candidatos contra e pró-aborto	_____	[1] Organização Voto pela Vida

Quadro VIII

Mobilizações pró-aborto

	Data	Local	Objetivo(s)	Formas de Mobilização	Repertório de ação	Slogans	Redes e alianças
1	13/06/2006	_____	Apresentar a conjuntura nacional em torno da questão do aborto e chamar a atenção da população para o ciclo eleitoral	Manifestação Direta	[1] produção e divulgação de documento	_____	[1] Rede Feminista de Saúde
2	19/07/2006	_____	Proporcionar certa comunicação as diversas organizações que defendem os direitos sexuais e reprodutivos com demais setores da sociedade, focalizando o ciclo eleitoral	Manifestação via Comunicação	[1] lançamento de blog; [2] divulgação de notícias e documentos	[1] "Mulheres de olho nas eleições"	[1] Jomadas pelo Direito ao aborto legal e seguro e [2] Instituto Patricia Galvão
3	01/09/2006	_____	Apresentar a conjuntura política em torno da questão do aborto no país e conclamar as mulheres para votarem conscientemente nas eleições de 2006	Manifestação Direta	[1] produção e divulgação de documento	_____	[1] Rede Feminista de Saúde
4	21/09/2006	Rio de Janeiro	Defender o trabalho da médica e então Deputada Federal Jandira Feghali	Manifestação Direta	[1] produção e divulgação de documento	_____	[1] Articulação de Mulheres Brasileiras, [2] Católicas pelo Direito de Decidir, [3] União Brasileira de Mulheres, [4] Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), [5] SOS Corpo - Instituto Brasileiro para a Democracia, [6] Rede Feminista de Saúde e [7] Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
5	_____	_____	Ampliar os estudos e problematizar a participação feminina na política nacional	Manifestação Direta	[1] desenvolvimento de pesquisa; [2] divulgação de estudos	_____	[1] Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)
6	_____	_____	Apresentar e contextualizar o ativismo pelo aborto legal no Brasil	Manifestação Direta	[1] divulgação de estudos	_____	[1] Católicas pelo Direito de Decidir

Das mobilizações antiaborto, se apresentaram no confronto eleitoral de 2006 quatro (4) grupos, organizações, redes e movimentos de atuação específica antiaborto e quatro (4) grupos, organizações, redes e movimentos de atuação não específica. O primeiro grupo encontra-se composto por: [1] Frente Parlamentar em Defesa da Vida – contra o aborto, criada pela primeira vez na 52ª Legislatura, reunindo deputados federais e senadores de diferentes

partidos políticos no Congresso brasileiro¹³³; [2] ONG Frente carioca pela Vida, organização de influência católica¹³⁴; [3] Voto pela Vida, organização sediada no Rio de Janeiro, que vem desde 2006 atuando através do site votopelavida.com¹³⁵; [4] Movimento Brasil sem Aborto. O segundo grupo é composto por: [1] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹³⁶; [2] Arquidiocese do Rio de Janeiro, integrante do Conselho Episcopal Regional Leste 1 da CNBB e que possui constituído no seu interior o Movimento em Defesa da Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro¹³⁷; [3] Federação Espírita Brasileira (FEB)¹³⁸; [4] Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP).

Das mobilizações pró-aborto, destacam-se dois (2) grupos, organizações, redes e movimentos de atuação específica pró-aborto e sete (7) grupos, organizações, redes e movimentos de atuação não específica. A primeira atuação encontra-se representada por: [1] Católicas pelo Direito de Decidir¹³⁹ e [2] Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto legal e Seguro. A segunda categoria de atuação está composta por: [1] o Instituto Patrícia Galvão¹⁴⁰, de atuação regional em São Paulo, [2] o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)¹⁴¹, de atuação regional em Brasília, e [3] o SOS Corpo - Instituto Brasileiro para a Democracia¹⁴², de atuação regional em Pernambuco; [4] a Rede Feminista de Saúde¹⁴³; [5] a Articulação de Mulheres Brasileiras¹⁴⁴; [6] União Brasileira de Mulheres¹⁴⁵; [8] a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)¹⁴⁶. Sendo que a ABIA não é uma organização exclusivamente feminista, mas tem atuado em parceria com o movimento desde a década de 80 na prevenção e atenção às mulheres soro positivas.

Conforme apresenta **Quadro IX**:

¹³³ **Disponível em:** <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes52.asp>>. **Acesso em:** 12 jan. 2016.

¹³⁴ “Eleições 2006: nova perseguição religiosa?”. (**Disponível em:** <<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=96D73B26-3048-560B-1C47267831E66C13&mes=Mar%C3%A7o2015>>. **Acesso em:** 12 jan. 2016).

¹³⁵ **Disponível em:** <<http://www.votopelavida.com/quienes.htm>>. **Acesso em:** 12 jan. 2016.

¹³⁶ **Disponível em:** <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=902&Itemid=110>. **Acesso em:** 12 jan. 2016.

¹³⁷ **Disponível em:** <<http://arqrio.org/>>. **Acesso em:** 12 jan. 2016.

¹³⁸ **Disponível em:** <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/conheca-a-feb/missao/>>. **Acesso em:** 12 jan. 2016.

¹³⁹ **Disponível em:** <<http://catolicas.org.br/institucional-2/historico/>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴⁰ **Disponível em:** <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos/>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴¹ **Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2864&Itemid=174>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴² **Disponível em:** <<http://soscorpo.org/quem-somos/>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴³ **Disponível em:** <<http://redesaude.org.br/comunica/>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴⁴ **Disponível em:** <<http://articulacaodemulheres.org.br/historia/#>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴⁵ **Disponível em:** <<http://www.ubmulheres.org.br/ubm/cons-gerais.html>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016.

¹⁴⁶ **Disponível em:** <<http://abi aids.org.br/missao/>>. **Acesso em:** 10 jan. 2016).

Quadro IX

Agente antiaborto e pró-aborto nas eleições de 2006

	Antiaborto	Pró-aborto
Grupos/organizações/ redes e Movimentos de atuação específica	[1] Movimento Brasil sem Aborto, [2] Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o aborto, [3] Frente carioca pela Vida, [4] Organização Voto pela Vida	[1] Jornadas pelo Direito ao aborto legal e seguro, [2] Católicas pelo Direito de Decidir
Grupos/organizações/ redes e Movimentos de atuação não específica	[1] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), [2] Federação Espírita Brasileira (FEB), [3] Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP), [4] Arquidiocese do Rio de Janeiro	[1] Rede Feminista de Saúde, [2] Instituto Patricia Galvão, [3] Articulação de Mulheres Brasileiras, [4] União Brasileira de Mulheres, [5] Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), [6] SOS Corpo - Instituto Brasileiro para a Democracia, [7] Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids

Composta ao todo por 61 organizações, movimentos e redes e contando com parcerias nacionais e internacionais¹⁴⁷ a Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro representa um quadro mais amplo da mobilização feminista no confronto eleitoral de 2006. Enquanto o Movimento Brasil sem Aborto, compostos por 57 organizações, movimentos e redes reunidos no Manifesto à Nação representa o quadro mais amplo da mobilização antiaborto. Observa-se, pois, que a atuação católica através da CNBB deixa de ser o adversário direto do movimento feminista nas disputas em torno do aborto e passa a ser mais um aliado à causa, através da atuação do Movimento Brasil sem Aborto.

As mobilizações institucionais antiaborto atuaram também na arena societária no confronto eleitoral por meio da realização de plenárias e encontros nas dependências da Câmara, que reunindo grupos antiaborto e planejando a atuação no ciclo eleitoral através da Campanha Nacional em Defesa da Vida – Brasil sem Aborto. A Campanha, lançada em 28 de agosto de 2006, teve como objetivo conquistar para Legislatura seguinte mais candidatos envolvidos com a causa antiabortamento e, assim, manter sob seus cuidados a não legalização, nem descriminalização e/ou ampliação dos permissivos legais do aborto; e quiçá aprovar projetos de lei que restrinjam as possibilidades de aborto legal no país e/ou o torne completamente ilegal.

¹⁴⁷ Da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), Associação Brasileira de ONGs/ ABONG, Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia/ FEBRASGO, Liga Brasileira de Lésbicas/ LBL e Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência/ SBPC. E parcerias internacionais da Articulação Feminista Mercosul, Campanha 28 de Setembro - Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, Campanha Contra os Fundamentalismos, Campanha por uma Convenção sobre os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Red de Educación Popular Entre Mujeres/REPEM e Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe/RSMLAC.

Portanto, chegou a hora da sociedade brasileira – que irá às urnas no dia 01 de outubro para eleger Presidente, Governadores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais – exigir o posicionamento absolutamente claro dos que postulam o poder. **Cabe aos eleitores escolher para a próxima Legislatura um Congresso Nacional que, em sua maioria, venha a defender a vida, desde a sua concepção** [grifo meu]¹⁴⁸.

Com a adesão de instituições nacionais já atuantes na causa do aborto reunidos através do Movimento Brasil sem Aborto, os *slogans* da Campanha “Por um Parlamento em defesa da vida” e “A vida depende do seu voto”, “Decida-se pela vida: vote em candidatos que são contra o aborto” não deixavam titubear a respeito dos seus objetivos. As possibilidades de novos avanços jurídicos na pauta pró-aborto faziam-se combustão para a contramobilização:

Não temos tempo a perder. Cada minuto pode contar a nosso favor ou contra nós, os que lutam para que o aborto não prospere no Brasil. Temos que fazer a nossa parte criando as condições políticas e materiais para que esta ***Campanha Nacional Pela Vida por um “Brasil Sem Aborto”*** seja vitoriosa, de tal maneira que, não só constitua uma maioria parlamentar que impeça a legalização do aborto no Brasil, bem como, de maneira permanente, atue para que nenhum aborto provocado seja realizado, salvo nos casos em que a vida da mãe esteja comprovadamente em perigo.¹⁴⁹

No desenvolvimento da Campanha foram confeccionados e aplicados questionários “pró-vida” aos candidatos; candidatos políticos foram estimulados a assumirem formalmente compromisso de defender a vida desde a concepção através da assinatura de termos de compromisso; foi produzida e divulgada lista dos nomes dos candidatos adeptos para consulta do eleitorado em sites próprios dos grupos envolvidos na Campanha e no próprio site da Campanha/Movimento; foi feita orientação ao eleitorado para votar direcionadamente nestes candidatos; e foram confeccionados e distribuídos, inclusive em Igrejas, cartazes e panfletos¹⁵⁰. Contando com apoio de grupos e instituições (religiosos e não religiosos) contra o aborto, a divulgação da Campanha ocorreu de diversificadas formas e de acordo com a abrangência da disputa eleitoral¹⁵¹.

¹⁴⁸ “Manifesto à Nação: Campanha Nacional Pela Vida – Brasil sem Aborto”. (Disponível em: <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_12072006>. Acesso em: 25 de out. 2015).

¹⁴⁹ Documento da estruturação da Campanha, disponibilizado pela Diocese de Jundiá “Campanha Nacional Brasil sem Aborto – Slogan: Vote pela Vida: Vote em Candidatos que são Contra o Aborto!”. (Disponível em: <http://www.diocesedejundiai.org.br/MCNBSA/campanha_brasil_sem_aborto.htm>. Acesso em: 14 jan. 2016).

¹⁵⁰ “A trajetória do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida (Brasil Sem Aborto) e os desafios para os próximos quatro anos (2011-2014)”. (Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X8jYM_Ycoj4J:febnet.org.br/ba/file/CFN/A%2520trajetoria%2520do%2520Movimento%2520Brasil%2520Sem%2520Aborto.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 13 jan. 2016).

¹⁵¹ “Manifesto à Nação: Campanha Nacional Pela Vida – Brasil sem Aborto”.

[Na Campanha] cada Estado ia apresentar aos seus candidatos pró-vidas, ou aos candidatos, ou identificar esses candidatos com um documento em que eles se comprometiam que se eleitos, fosse para a Câmara Federal ou para o Senado, eles aqui votariam de acordo com o nosso Movimento. Ou seja, votariam nas propostas pró-vida e contra a legalização do aborto. E esse documento eles assinavam, e esse documento, [no qual constava] nome dele e número [de registro eleitoral] era divulgado no site do Movimento¹⁵².

Em contrapartida, sob a proposta de mapear o ambiente político e estimular o eleitorado feminista a votar coerentemente com as bandeiras do movimento feminista, sobretudo, no que tange às questões voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos e à pauta do aborto, em junho de 2006, o Instituto Patrícia Galvão com parceria das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro lançou o Blog “Mulheres de olho nas eleições”, buscando trazer à tona temas que, do aspecto feminista, encontravam-se abafados nas eleições de 2006. No período em que permaneceu ativo¹⁵³ o blog acompanhou e divulgou além de notícias, artigos e debates, também propostas de governos dos candidatos de acordo com os interesses específicos¹⁵⁴, constituindo-se como expressiva ferramenta de análise e comunicação com o público para a mobilização feminista pró-aborto.

Exatamente um mês antes do primeiro turno das eleições, em 1º de setembro de 2006, a Rede Feminista de Saúde divulgou o documento “Eleições sem retrocesso: um desafio para o feminismo brasileiro – Documento político em defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos no contexto das eleições de 2006”. Documento final da versão preliminar “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano”, trouxe uma visão mais completa da disputa eleitoral que se desdobrava. Feministas enfatizaram a convocatória contra a “*cruzada anti-mulher do Vaticano e de Bush*” nas eleições de 2006 em conjunto da intensa atuação da CNBB, e destacaram a importância do posicionamento feminista nas eleições para “*decidir pelos rumos do país*” e “*identificar quem, no espectro político, é capaz de ampliar a democracia, defender um estado laico e assegurar o respeito aos direitos humanos das mulheres [...]*”.

Buscando driblar a controvérsia do aborto, movimento feminista estrategicamente desqualificou a mobilização de seus adversários através da enfática na atuação da Igreja Católica pelo o Vaticano e a CNBB, em detrimento da noção do Estado laico. Isto é, em detrimento da noção de que a política não se faz campo para mobilizações de grupos

¹⁵² Entrevista com um dos fundadores do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto.

¹⁵³ Desde 2009 o blog encontra-se desativado.

¹⁵⁴ Conforme consta no site da atual Agência Patrícia Galvão, em “Quem Somos” (**Disponível em:** <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos/>>. **Acesso em:** 09 jan. 2016).

religiosos. Entretanto, tal estratégia também demonstrou uma percepção feminista de seus oponentes que solapa todo um novo processo de mobilização antiaborto: a contramobilização antiaborto reestruturada em novas formas de interação interna ao movimento e com o público, através da formação de uma rede nacional de mobilização conectada pelo Movimento Brasil sem Aborto, a qual comporta tanto grupos e organizações confessionais quanto aconfessionais. A resposta à noção de Estado laico feminista estava dada, não era mais a rede religiosa Católica seu adversário, como desde os anos 70, agora seus adversários eram também espíritas, evangélicos e grupos e organizações sem vínculos religiosos. A CNBB, dioceses e arquidioceses, representantes católica, tornavam-se mais um membro dessa rede de ação coletiva antiaborto nacional.

Do lado pró-aborto, outra estratégia de ação adotada e desenvolvida pelo CFEMEA a partir do segundo semestre de 2006, foi o projeto "A participação política das Mulheres nas Eleições 2006", com financiamento da Embaixada finlandesa. Através do projeto foram realizadas pesquisas e divulgadas no formato de artigos sobre a participação feminina na política, com enfoque nas eleições que se faziam em andamento, como em "A Participação política das mulheres nas eleições de 2006 – candidaturas"¹⁵⁵. O Projeto problematizou o baixo quórum de mulheres em cargos governamentais em nível federal e estadual e, como consequência, a baixa representatividade dos interesses femininos nos programas políticos e no fazer diário da política nacional, como os direitos sexuais e reprodutivos.

Do lado antiaborto, desde 2006, o grupo antiaborto identificado como Voto pela Vida criou o site votopelavida.com e vem realizando a divulgação de candidatos e partidos políticos e seus posicionamentos, conforme identificado em pronunciamentos públicos referentes a "*tema do direito à vida nascitura*"¹⁵⁶, com o objetivo de que a população não vote nos candidatos que são apresentados como favoráveis ao aborto (BARRERAS, 2013). Segundo divulgado no site: "*Há muitas razões pelas quais eleger um candidato. Entretanto, a defesa da vida é um dos temas mais importantes, do qual dependem a maioria dos demais temas que se referem à dignidade da pessoa e à justiça social*".

No Estado do Rio de Janeiro, nos meses de setembro e novembro, mobilizações contrárias ao aborto ganharam alvo certo, a candidata ao Senado Jandira Feghali. A não eleição da candidata, que teve importante atuação na propositura do substitutivo do PL nº1135/91 em 2005, quando deputada, virou objetivo da mobilização da organização Frente

¹⁵⁵ Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=24613>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.votopelavida.com/quienes.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Carioca em Defesa da Vida, que atuou sem fazer nenhuma referência ao Movimento Brasil sem Aborto e à “Campanha Nacional em Defesa da Vida”. Em campanha contra a candidata Jandira Feghali, foram produzidos cartazes e panfletos e distribuídos em paróquias do Rio de Janeiro¹⁵⁷, associando a candidata ao aborto de forma pejorativa; foram enviados e-mails de alerta sobre o envolvimento do governo Lula e de Jandira Feghali à causa “abortista”; foi criado um blog¹⁵⁸ exclusivamente para denunciar as iniciativas pró-aborto da candidata no primeiro governo Lula (BARRERAS, 2013); e no dias das eleições mensagens anônimas via celular foram enviadas,¹⁵⁹ identificadas como “*Cell News*” pediam para que os eleitores não votassem em Jandira Feghali por ela “*pregar a não existência de Deus e defender o aborto*”.

A defesa feminista à candidata veio a galope, a Coligação Um Rio para Todos¹⁶⁰ denunciou a mobilização antiaborto por propaganda eleitoral indevida ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE); e, no dia 21 de setembro de 2006, movimento feminista divulgou a carta “Compromisso com a democracia”¹⁶¹, com abaixo-assinado de diversas organizações que atuam em questões que envolvem direitos sexuais e reprodutivos, contando com o apoio do blog Mulheres de Olho nas Eleições. Em defesa direta às ações de grupos antiaborto, mais especificamente, da Frente Carioca pela Vida, feministas destacaram:

[...] independentemente de opções partidárias, repudiamos com veemência o panfleto que vem sendo distribuído pela Frente Carioca pela Vida, às vésperas das eleições 2006, nas paróquias católicas do Rio de Janeiro. Com um texto tendencioso, desrespeitoso e difamatório do trabalho de Jandira Feghali [...]

A denúncia de propaganda irregular ao TRE desencadeou em mandato de busca e apreensão, no dia 25 de setembro, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, que também não tardou resposta. Em “Nota Oficial da Arquidiocese”¹⁶² o Bispo auxiliar do Rio e moderador da Cúria Dom Assis Lopes explicitou o posicionamento pró-aborto de Jandira Feghali no primeiro mandato do governo Lula, de modo a justificar as campanhas que se faziam contra a candidata. Dom Assis Lopes assumiu a divulgação do documento “Voto Consciente” nas Paróquias da Arquidiocese em tom de protesto antiaborto e reiterou:

¹⁵⁷ “Conservadorismo domina eleição”, publicado em 03 de out. de 2006 (**Disponível em:** <<http://www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1763&sid=7>>. **Acesso em:** 06 jan. 2016).

¹⁵⁸ **Disponível em:** <<http://jandiranao.blogspot.com.br/>>. **Acesso em:** 14 jan. 2016.

¹⁵⁹ Para os clientes das operadoras da OI e TIM do Rio de Janeiro. **Fonte:** “Torpedos Contra Jandira”. O Globo, 03 de out. 2006, Matutina, O País, p.17.

¹⁶⁰ Composta pelos partidos PT, PSB e PCdoB, conforme consta no documento “Nota Oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro”. (**Disponível em:** <<http://www.acidigital.com/Documentos/notabrasil.htm>>. **Acesso em:** 14 jan. 2016).

¹⁶¹ **Disponível em:** <<http://observatorioidaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-aborto-as-leis-e-as-eleicoes/>>. **Acesso em:** 09 jan. 2016.

¹⁶² Divulgada em 26 de setembro de 2006.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro, na fidelidade à sua missão evangélica, reafirma sua posição com relação às eleições 2006 - expressa no documento intitulado "Voto Consciente", distribuído às Paróquias - em que incentiva a participação dos católicos na política e a escolha de candidatos comprometidos com os princípios e valores éticos e cristãos; reafirma, ainda, o ponto principal do documento: o respeito à vida e à dignidade da pessoa humana desde a concepção até a morte natural.

Resultado expressivo, embora Jandira Feghali tenha permanecido em vantagem eleitoral durante toda sua campanha, não foi eleita. O sucesso desta contra campanha vem demonstrar o forte impacto que as mobilizações contrárias ao aborto podem surtir em períodos eleitorais. Tal episódio demonstrou possibilidades de sucesso palpáveis para os grupos antiaborto e acentuou suas atuações em períodos eleitorais, uma vez que, Jandira Feghali foi derrotada nas urnas.

4.3. Aborto no ciclo eleitoral

A temática do aborto tem ganhado destaque em períodos eleitorais em países como Brasil, Chile, México e Nicarágua e tem sido tema clássico de identificação e polarização dos partidos entre esquerda (pró-aborto) e centro-direita (antiaborto) (DIDES, 2013).

O ambiente sociopolítico brasileiro em momentos eleitorais tem se apresentado menos como momento de oportunidade política do que como restrição à pauta pró-aborto. Pesquisas de opinião pública têm apontando para, se não uma maioria, altas taxas percentuais da população como contrária à legalização do aborto. Em levantamento realizado pelo Instituto Sensus¹⁶³, em de abril de 2005, 85% dos entrevistados se posicionaram contrários ao aborto de modo geral, e 49,5% inclusive nos casos de gestação resultante de agressão sexual¹⁶⁴. Deste modo, nacionalmente os momentos eleitorais vêm se apresentando mais propensos ao ativismo contrário ao aborto. No espaço do debate eleitoral o tema se apresenta ainda como um tabu, a partir de um ponto de vista conservador e pressionando candidatos a comprometerem-se com políticas nesta mesma linhagem (BARRERAS, 2013).

Diante da conjuntura cultural nacional em torno do aborto, isto é, diante da forma negativa que o tema do aborto ganha corpo no debate e na opinião pública, o ambiente

¹⁶³ Em sua 75ª rodada da pesquisa de opinião pública nacional da Confederação Nacional dos Transportes.

¹⁶⁴ DANTAS, Iuri. Aprovação ao presidente cai 6 pontos, diz pesquisa. Jornal Folha de São Paulo digital, 20 abr. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

político eleitoral se demonstra muito mais momento de restrição discursiva e cultural do que de oportunidade para mobilizações pró-aborto. Ao passo que, ciclos eleitorais têm se apresentado como momentos de oportunidade discursiva e cultural para mobilizações de cunho antiaborto. Nesse contexto, com a difusão da mobilização e a pressão política antiaborto, o então presidente Lula sob ameaça de excomunhão caso sancionasse a descriminalização do aborto¹⁶⁵, desde 2005, já havia selado compromisso com a CNBB de não pautar a sua legalização. Também se posicionando na disputa, em dezembro de 2005, o então futuro presidenciável Alckmin, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo¹⁶⁶, quando questionado se caso eleito estimularia algum tipo de avanço em relação à legislação que autoriza o aborto, se demonstrou inseguro quanto ao seu posicionamento e omitiu muito mais do que se posicionou de fato. Posicionamento já bem diferente de seus discursos em janeiro de 2006, quando abertamente discursou contra a ampliação de possibilidades legais de realização do aborto, em Recife¹⁶⁷ afirmou: “*não vejo o aborto como solução*”¹⁶⁸; e em um programa televisivo de rede nacional alegou ser favorável ao aborto nos casos já previstos em lei e contrário a ampliação de dessas mesmas possibilidades¹⁶⁹.

Antes mesmo do anunciado oficial das candidaturas presidenciais de 2006 a temática do aborto já entremeava o interesse midiático nos candidatos e seus discursos. Ao longo da disputa eleitoral, os posicionamentos de ambos os candidatos, cada vez mais, se polarizavam em relação ao tema. No 13º Encontro Nacional do PT¹⁷⁰, em abril de 2006, se explicitava certa tensão entre o próprio partido e a candidatura de Lula. Quando nas “Diretrizes para a Elaboração do Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição presidencial de 2006)” o PT assumiu posicionamento pró-aborto e pressionou o governo federal para atuar em acordo com as diretrizes do partido, estabelecendo que:

O segundo Governo deve consolidar e avançar na implementação de políticas afirmativas e de combate aos preconceitos, à discriminação, ao machismo, racismo e homofobia. [...]. O Governo Federal se empenhará na agenda legislativa que contemple as demandas desses segmentos da sociedade, como o Estatuto da

¹⁶⁵ COLLUCI, Cláudia. Sanção do aborto pode ser punida, diz bispo. Jornal Folha de São Paulo digital, 08 mar. 2005, Cotidiano, p. C11.

¹⁶⁶ PRETE, Renato; SILVA, Fernando. “Alckmin diz não fazer política ‘na cotovelada’”. Jornal Folha de São Paulo digital, 18 dez. 2005, Primeiro Caderno, p. A12.

¹⁶⁷ “Alckmin adota discurso agressivo no nordeste”, Jornal O Globo digital, 24 jan. 2006, Matutina, O País, p.05.

¹⁶⁸ “‘Eu sou baiano’, afirma Alckmin” Jornal Folha de São Paulo digital, 24 jan. 2006, Primeiro Caderno, p. A8.

¹⁶⁹ “Alckmin ‘encara’ palanque na TV”. Jornal Folha de São Paulo digital, 25 jan. 2006, Primeiro Caderno, p. A11.

¹⁷⁰ Realizado do dia 28 a 30 de abril de 2006, em São Paulo.

Igualdade Racial, **a descriminalização do aborto** [grifo meu] e a criminalização da homofobia.¹⁷¹

Também nesta ocasião foi aprovada a “Moção sobre a descriminalização do aborto” pelo PT. Na qual, o partido assume decisivamente como tendo como uma de suas bandeiras a descriminalização do aborto no país. Convocando e orientando seus membros a atuarem se não em acordo com esta bandeira, que não de modo a prejudicá-la:

Neste sentido sempre defendemos o direito da mulher decidir sobre seu corpo e sua vida. Nenhuma mulher é obrigada a fazer aborto, cada uma segue seus valores e religião. Mas aquelas que tiverem uma gravidez indesejada devem ser respeitadas na sua decisão de fazer aborto, sem correr risco de morte ou de ir para a cadeia, sendo asseguradas pelo Estado as políticas públicas que respondam ao atendimento adequado das mulheres nestes casos.

[...]

Nós, delegados e delegadas ao 13º Encontro Nacional do PT, reafirmamos as posições de encontros anteriores e indicamos que os/as parlamentares de nosso Partido não se somem a conservadores e reacionários para criar uma Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, demonstrando total desconhecimento da causa e, mais grave, absoluto desrespeito pelas mulheres.

[...]

Conclamamos a que todos/as militantes do PT tenham posicionamento firme contra todas as injustiças e discriminações a que estão submetidas as mulheres na sociedade.¹⁷²

As mídias realizavam pressão aos candidatos para se posicionarem diante da questão do aborto, dois meses antes do primeiro turno das eleições. O Jornal Folha de São Paulo, em agosto de 2006, trouxe em destaque os três principais candidatos à presidência: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Heloísa Helena (PSOL), em um breve artigo sobre seus posicionamentos em temas polêmicos como maconha, maioria penal, aborto e pena de morte. Intitulado “Candidatos fogem de temas polêmicos” o artigo apresentou o candidato psdbista como o único a se posicionar em relação a todos os temas propostos pelo jornal, enquanto os demais candidatos se posicionaram apenas em relação à redução da maioria penal. O candidato Alckmin foi referido na notícia como “*tucano se diz contra a pena de morte e a liberação do aborto* [grifo meu] e da maconha”¹⁷³. Alckmin assumia definitivamente o lado antiaborto da disputa. Enquanto que o noticiário do Jornal da Folha vinha firmar o lugar da temática do aborto em um campo controverso, de moralidades em disputa.

¹⁷¹ Documento 13º Encontro Nacional do PT, p. 64.

¹⁷² Documento 13º Encontro Nacional do PT, p. 76.

¹⁷³ “Candidatos fogem de temas polêmicos” Jornal Folha de São Paulo digital, 13 ago. 2006, Primeiro Caderno, p. A6.

No outro extremo do polo, apesar de Lula em seu primeiro governo ter realizado parcerias com o movimento feminista e assumido compromissos como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), o candidato até setembro de 2006 ainda não havia apresentado posicionamento explícito a respeito da temática em sua campanha eleitoral. Quando, lançou seu Programa Setorial de Mulheres de plano de Governo para 2007-2010: “Compromisso com as Mulheres”. No qual a garantia de direitos sexuais e reprodutivos foi expressa na “*autonomia das mulheres sobre seu corpo, a qualidade de vida e da saúde em todas as fases de sua vida, respeitando a diversidade racial e étnica e a orientação sexual das mulheres*”¹⁷⁴. Em termos de aborto, o programa de governo se comprometia a garantir:

[...] o acesso das mulheres a serviços de qualidade, que reduzam as taxas de mortalidade e morbidade maternas; os agravos decorrentes da violência sexual e doméstica, **incluindo serviços de aborto legal** [grifo meu] [...].¹⁷⁵

Se por um lado Alckmin era o candidato antiaborto, Lula era visto como o candidato pró-aborto. Ao longo do ciclo eleitoral a polarização política entre PT e PSDB/esquerda e direita prolongava-se também na oposição pró-aborto e antiaborto. Embora quando já no segundo turno, Lula tenha se posicionado “*contra o aborto*” em um balanço junto ao tema união civil de pessoas do mesmo sexo no Jornal Folha de São Paulo¹⁷⁶, sua abordagem ao tema se fazia de forma abrangente e deixando brechas para diferentes interpretações, visto que ser contra o aborto não implica ser contra o aborto legal, mas de forma genérica apenas nos diz que Lula é contrário á realização de um aborto. Já o candidato Alckmin precisava seu posicionamento “*contra a legalização do aborto*”.

À vista disso, tema de destaque na mídia impressa, sobretudo nos meses de agosto e setembro de 2006¹⁷⁷, a busca por posicionamento, dos candidatos em questões, relativas aos direitos sexuais e reprodutivos foi alvo também dos movimentos sociais. Tema espinhoso, a questão do aborto tange concepções morais e éticas, pouco indicadas para serem tratadas em momentos eleitorais. Qual candidato arriscaria seus votos para se comprometer com uma causa tão polêmica e controversa? Lula, a princípio, ora pronunciava-se contra o aborto, ora

¹⁷⁴ PROGRAMA SETORIAL DE MULHERES. Lula presidente: Compromisso com as mulheres 2007-2010, p. 19. (Disponível em: <<http://www.pesquisasedocumentos.com.br/compromissomulheres.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016).

¹⁷⁵ PROGRAMA SETORIAL DE MULHERES. Lula presidente: Compromisso com as mulheres 2007-2010, p. 19. (Disponível em: <<http://www.pesquisasedocumentos.com.br/compromissomulheres.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016).

¹⁷⁶ “Candidatos em 20 pontos: aborto e união civil de pessoas do mesmo sexo” Jornal Folha de São Paulo digital, 17 out. 2006, Primeiro Caderno, p. A8.

¹⁷⁷ “Conservadorismo domina eleição”.

pronunciava-se evasivamente, na busca por manter seu eleitorado pró-aborto e, ao mesmo tempo, sua base de apoio eleitoral contra o aborto. Com o desarmar da disputa, em sua candidatura à presidência de 2006, um posicionamento pró-aborto ganhou mais espaço, ainda que apresentado entrelinhas. Enquanto o candidato antiaborto, Alckmin, gradualmente, estabeleceu seu posicionamento e o explicitou: contra a legalização do aborto. Assim, o ciclo eleitoral de 2006 foi muito mais canal de oportunidade discursiva e cultural antiaborto do que pró-aborto.

4.4. A contramobilização

Na dinâmica movimento/contramovimento sabe-se que a conjuntura política é a mesma, mas as oportunidades e restrições políticas se fazem diferente para os atores. Se os momentos eleitorais têm se apresentado campo de oportunidade política para o ativismo antiaborto, não o têm se apresentando do mesmo modo e/ou nem na mesma intensidade para o ativismo pró-aborto. Isto porque, se a assunção do compromisso pró-aborto vem implicar na perda de um amplo eleitorado contra o aborto, a assunção de compromissos antiaborto vem implicar na adição deste eleitorado.

Pois bem, as feministas assimilaram que as eleições são momentos de oportunidade política para mobilização conservadora de temas polêmicos, como o aborto. Na percepção da Rede Feminista de Saúde, as eleições de 2006 acentuaram a atuação antiaborto internacional em âmbitos nacionais, através de segmentos católicos do Vaticano e por influência do então presidente norte-americano Jorge W. Bush. Esses seriam os grandes adversários dos “*direitos sexuais e dos direitos reprodutivos*”¹⁷⁸ e os reais idealizadores da mobilização parlamentar contra o aborto através da Frente Parlamentar em Defesa da Vida no país.

Há um papel que compete ao feminismo desempenhar nas Eleições 2006 [...]. O alerta é que temos o dever de reconhecer no contexto eleitoral os reais inimigos [...]; apoiar aliados conjunturais, mesmo vacilantes em se declarar do nosso lado, mesmo sabendo que podem nos abandonar na próxima esquina quando o aborto estiver em pauta no Congresso Nacional, como ocorreu com o atual governo; e buscar ampliar e aglutinar apoios na sociedade¹⁷⁹.

A observação feminista do ambiente sociopolítico era de que as oportunidades encontravam-se mais restritas do que abertas para acionamento da temática, de um ponto de

¹⁷⁸ “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano”.

¹⁷⁹ “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano”.

vista pró-aborto. As feministas do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), demonstraram poucas expectativas para debates em questões de direitos sexuais e reprodutivos como sintomático “*do tardio das candidaturas e coligações, da priorização dos temas duros e da conjuntura que coloca a segurança pública e a questão da ética na política e na administração pública no topo dos interesses*”¹⁸⁰. Mesmo mediante a pressão interna no próprio PT para uma agenda política, no segundo governo Lula, em alinhamento com a descriminalização e/ou legalização do aborto, em suas declarações o candidato evitou comprometimentos com a causa em vista do eleitorado antiaborto. Exatamente um mês antecedendo a ida às urnas, a Rede Feminista de Saúde concluía:

O que se configurou até o momento é que das três candidaturas com maior visibilidade em disputa, a favorita [Lula] esconde as posições e compromissos assumidos durante seu próprio governo, quando se desenvolveu uma política que favoreceu a saúde das mulheres e sua autonomia, mas vacilou em momento decisivo; a segunda [Geraldo Alckmin] se declara inimiga das mulheres em função de compromissos com setores mais conservadores da sociedade, o que inclui a Opus Dei, sua origem; e a terceira [Heloísa Helena], representada por uma candidata, fornece aos conservadores e aos intimidados os argumentos que, vindos de uma mulher com discurso popular, legitimam a negação da autonomia das mulheres em relação aos seus corpos e à liberdade de consciência.
[...] nestas eleições presidenciais se não há amigos declarados da luta pelos direitos humanos das mulheres, há, por sua vez, inimigos que não se escondem.¹⁸¹

Destarte, o tema do aborto em ciclos eleitorais perde espaço nas agendas políticas dos candidatos em detrimento de pautas consideradas “núcleo duro”¹⁸² dos problemas sociais e políticos nacionais, como: economia, educação e demais temas menos controversos. Para Rozeli Porto, integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina, “*a política econômica e a segurança pública são assuntos que tornam o tema do aborto invisível [por exemplo] neste período pré-eleitoral*”¹⁸³. O ambiente político e a identificação desse ambiente como restrição à temática no confronto eleitoral de 2006 marcou a mobilização feminista neste período e, por sua vez, a dinâmica que se estabeleceu entre movimento, contramovimento e Estado.

¹⁸⁰ CLAM. Mulheres de olho nas eleições. Em destaque: Notícias CLAM – Brasil, 19 jul. 2006. (Disponível em: <<http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=1445>>. Acesso em: 07 jan. 2016).

¹⁸¹ “Eleições sem retrocesso: um desafio para o feminismo brasileiro – Documento político em defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos”, Rede Feminista de Saúde, 1 set. 2006. (Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1634:eleicoes-sem-retrocesso-um-desafio-para-o-feminismo-brasileiro&catid=218:artigos-e-textos&Itemid=152>. Acesso em: 06 jan. 2016).

¹⁸² “Conservadorismo domina eleição”, publicado em 03 de out. de 2006. (Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1763&sid=7>>. Acesso em: 06 jan. 2016).

¹⁸³ Entrevista realizada com Rozeli Porto, pelo Centro Latino Americano em sexualidade e direitos humanos (CLAM), intitulada “Aborto invisível em ano eleitoral”, publicada em 26 set. 2006. (Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1619&sid=43>>. Acesso em: 07 jan. 2016).

4.4.1. Repertório de ação

Contramovimento e movimento em torno do aborto valeram-se da atuação de diferentes grupos a partir de variadas táticas no confronto eleitoral de 2006. Tanto na mobilização pró quanto anti aborto foram realizados dois tipos de campanhas, uma campanha positiva e uma negativa. Movimento feminista enfatizou positivamente a legalização do aborto e, ao mesmo tempo, negativamente a sua não legalização; na mão inversa, movimento antiaborto destacou o lado positivo da não legalização do aborto e de sua criminalização integral e, ao mesmo tempo, destacou negativamente a sua possível legalização.

A mobilização antiaborto privilegiou manifestações do tipo direta e via comunicação na sua atuação, mas também se valeu de mobilizações institucionais/convencionais. Foram confeccionados e divulgados documentos e materiais de mobilização, realizados seminários e plenárias, confeccionados e distribuídos panfletos e cartazes e, ao mesmo tempo, constituídas as bases estruturais para uma mobilização prolongada. Em contrapartida, a atuação feminista teve manifestações mais via comunicação e direta e intenso uso de *lobby*, sobretudo, através da utilização de mídias próprias para a veiculação de notícias e acompanhamento da disputa eleitoral, confecção e divulgação de documentos, realização e divulgação de estudos e também na realização de abaixo-assinados. Conforme segue no **Quadro X**:

Quadro X
Repertórios de ação em torno do aborto

Repertório de ação	Pró aborto	Antiaborto
Manifestação via comunicação	Veiculação de notícias, Divulgação de documentos, entrevistas e artigos, Divulgação de dados de pesquisa, Desenvolvimento de mídias alternativas próprias	Realização de Seminário, Realização de Plenária, Confecção de Documentos, Nota e Manifesto, Produção de questionário
Manifestação Direta	Confecção de Documento; Abaixo assinado; Realização de pesquisa e produção de dados	Divulgação de documentos e materiais de mobilização, Produção de site e páginas na internet próprios, Envio de e-mails e mensagens por celular, Confecção e Distribuição de Panfletos e Cartazes, Divulgação de dados de pesquisa, Desenvolvimento de mídias alternativas próprias
Manifestação Institucional/ convencional	Lobby	Constituição dos comitês Estaduais de mobilização, Formação de Movimento, Lobby

A articulação de grupos e ativistas antiaborto nas esferas institucionais e societárias se apresentou como uma forte estratégia de ação. É afinal, na permuta entre estes diferentes

atores que nasceu e se consolidou o projeto de uma atuação em nível nacional no confronto de 2006. Nesta esteira, mobilizações contra o aborto se deram não apenas de várias formas, mas também desde em ambientes menos institucionalizados (para fora dos portões do Congresso), como em ambientes mais institucionalizados (para dentro de gabinetes e auditórios do Congresso).

As mobilizações contra o aborto se apresentaram mais ofensivas do que as mobilizações pró-aborto, empenhando uma diversidade maior de formas de ação no confronto e, sobretudo, aproveitando este momento de oportunidade política para sua organização em longo prazo na causa do aborto. Há nas ações antiaborto, inclusive, traços de formas de ação mais disruptivas, por exemplo, na realização de “boca-de-urna” via mensagens de celular. Ação que transgrediu normas e regras eleitorais, pendendo para uma ação de perturbação de eventos oficiais.

Quadro XI

Formas de ação conforme agentes antiaborto

Formas de Mobilização	
Agentes	[1] Frente Parlamentar em Defesa da Vida - contra o Aborto; [2] Movimento Brasil sem Aborto
	[1] Realização de Seminário; [2] Realização de Plenária
	[1] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); [2] Movimento Brasil sem Aborto; [4] Arquidiocese do Rio de Janeiro
	[1] Confeção e Divulgação de Documento, Nota e Manifesto
	[1] Voto pela Vida; [2] Movimento Brasil sem Aborto; [3] Frente Carioca em Defesa da Vida; [4] ONG Cidadão pela Vida
	[1] Produção e; [2] divulgação de lista de candidatos favoráveis e contrários ao aborto legal em sites e blogs
	[1] Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto; [2] Signatários do Manifesto à Nação da Campanha em Defesa da Vida - Brasil sem Aborto; [3] Movimento Brasil sem Aborto
	[1] Constituição dos comitês Estaduais de mobilização; [2] Formação de Movimento
	[1] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); [2] Arquidiocese do Rio de Janeiro
	[1] Produção de questionário para que os candidatos respondessem e se posicionassem em relação à temática; [2] Divulgação dos candidatos e suas respostas; [3] Divulgação de documentos
	[1] Voto pela Vida; [2] Movimento Brasil sem Aborto; [3] Frente Carioca em Defesa da Vida
	[1] Produção de site e páginas na internet próprios para veiculação de informações da Campanha
	[1] Frente Carioca em Defesa da Vida
	[1] Envio de e-mails e mensagens por celular
	[1] Frente Carioca em Defesa da Vida; [2] Arquidiocese do Rio de Janeiro; [3] Movimento Brasil sem Aborto
	[1] Confeção e Distribuição de Panfletos e Cartazes

As mobilizações pró-aborto priorizaram o debate sobre o ambiente político, a participação política feminina e sua baixa representatividade no Congresso brasileiro em

detrimento de uma campanha eleitoral pró-aborto propriamente dita, na busca por compromissos com candidatos e divulgação ampla da pauta da legalização e/ou descriminalização do aborto. Mesmo quando em resposta à campanha contra a candidata Jandira Feghali a atuação feminista permaneceu mais centrada do que polêmica. Em resposta à tática de ataque direto à candidata feminista, grupos pró-aborto recorreram a uma denúncia formal ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Aliás, táticas mais moderadas tendem a ser mais bem sucedidas no convencimento de um vasto e heterogêneo público (JASPER, 2007), como o que se faz presente nos períodos eleitorais. No entanto, não foi o suficiente para eleger Feghali, conforme as pesquisas de opinião indicavam.

Quadro XII

Formas de ação conforme agentes pró-aborto

Formas de Mobilização	
Agentes	[1] Jornadas pelo Direito ao aborto legal e seguro e [2] Instituto Patricia Galvão
	[1] Veiculação de notícias e discussões a respeito de políticas e demandas das mulheres, privilegiando os temas: saúde integral das mulheres, direitos reprodutivos e violência; [2] acompanhamento dos programas políticos dos(as) principais candidatos(as) relacionados aos temas: atendimento à saúde, contracepção e aborto; [3] realização e divulgação de dados, entrevistas e artigos voltados aos temas em destaque pelo Blog.
	[1] Articulação de Mulheres Brasileiras, [2] Católicas pelo Direito de Decidir, [3] União Brasileira de Mulheres, [4] SOS Corpo - Instituto Brasileiro para a Democracia, [5] Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, [6] Rede Feminista de Saúde
	[1] Confecção e Divulgação de Documento; [2] abaixo assinado
	[1] Confecção e Divulgação de Documento; [2] abaixo assinado; [3] Realização de pesquisa, [4] produção de dados e [5] divulgação de artigos sobre a participação política das Mulheres nas Eleições 2006
	[7] Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)

Outra tática que se observou na mobilização antiaborto foi a publicação de panfletos parecidos, mas sob a responsabilidade de grupos diferentes. A campanha contra Jandira Feghali se apresentou pela responsabilidade da organização Frente Carioca pela Vida. Porém, no cartaz de divulgação da contra campanha à candidata observa-se a utilização da mesma imagem utilizada em cartazes da Campanha Nacional em Defesa da Vida – Brasil sem aborto, de responsabilidade do Movimento Brasil sem Aborto. De duas uma, ou grupos de atuação diferentes contra o aborto têm compartilhado seus materiais, apesar de atuando separadamente; ou a mobilização antiaborto vem sendo abordada de forma diferente por cada grupo, mas a partir de um estratagema de atuação conjunta. No caso da segunda assertiva, como a contra campanha à Feghali, encabeçada pela Frente Carioca pela Vida se deu em

termos mais ofensivos, através da difamação da candidata, relacionando-a ao aborto de forma pejorativa; e a mobilização da Campanha de responsabilidade do Movimento Brasil sem Aborto se fez em termos mais ponderados, tal estratégia poderia visar manter longe de respostas feministas mais ofensivas, nos mesmos termos do ataque da Frente Carioca pela Vida, o Movimento Brasil sem Aborto.

O Movimento Brasil sem Aborto se valeu de um logotipo muito semelhante ao logo oficial do Governo Federal. Como pode ser observado abaixo:



A estrutura imagética dos logos é bem próxima, ambos deixam em foco a palavra Brasil, com uma imagem que se aproxima da imagem da bandeira do Brasil e nas cores de representação nacional. Embora que em ordem inversa da apresentação das cores e com certa diferença na representação da imagem da bandeira, à primeira vista, um olhar não muito atento poderia confundir o logo da Campanha (figura apresentada do lado direito) com o do Governo Federal (conforme figura apresentada do lado esquerdo). Esse jogo de imagens e suas semelhanças podem ludibriar o público, assumindo que iniciativas assinadas pela Campanha podem ser confundidas como iniciativas do Governo Federal. Tal estratégia atua no imaginário popular e, muitas vezes, implica em uma validade/legitimidade da Campanha e do seu material por se confundir com uma política do governo.

Contudo, o repertório empenhado no confronto não pode ser desvinculado do ambiente político, cultural e tão pouco da cultura interna do próprio movimento (JASPER, 2007). De fato, a conjuntura política mais específica que se apresenta em períodos eleitorais não se apresenta favorável para a mobilização pró-aborto, assim como a conjuntura sociocultural nacional mais ampla. Em vista disso, buscando driblar a conotação negativa que perpassa o termo aborto, quando em defesa de Jandira Feghali, feministas recorreram ao termo “*interrupção voluntária da gravidez*” para abordar a questão positivamente. Nesse contexto, a interrupção voluntária da gravidez é apresentada relacionada à saúde da mulher e ao combate de desigualdades sociais e de gênero; em contrapartida o termo aborto é utilizado para abordar a negatividade de sua não legalidade e suas consequências nocivas que atingem a população feminina:

Por estas razões, Jandira Feghali foi designada relatora de todos os projetos que lidam com a saúde da mulher, entre estes o PL 1135 que trata da interrupção da gravidez em casos determinados [...]

[...]

O aborto clandestino é um fato em nossa sociedade, e a ele as mulheres recorrem, na maior parte das vezes, em condições precárias e sem qualquer regulamentação, permitindo-se que clínicas clandestinas operem livres de fiscalização ou controle por parte das autoridades competentes.¹⁸⁴

Movimento feminista se valeu de um repertório de ação enfatizando a mudança dos termos penais que regem a questão do aborto no país para termos legais. Enquanto grupos contra o aborto atuaram destacando a manutenção da questão do aborto em termos penais. As contramobilizações, inclusive, têm sido retratadas na literatura sobre movimentos sociais como tipicamente empenhadas na estabilização de determinados valores. Ou seja, está mais relacionada à conservação de determinado *status quo*, do que na sua mudança. Em constante interação, ambos, contramovimento e movimento, se empenharam no confronto eleitoral tanto de forma mais indireta, através da organização e publicação de candidatos e suas pautas referentes ao tema; quanto de forma mais direta, através da convocatória do eleitorado para votar em candidatos posicionados alinhadamente às suas perspectivas.

O movimento antiaborto se demonstrou mais mobilizado no processo eleitoral de 2006. Enquanto movimento feminista parecia arrefecido sua mobilização pró-aborto. Em posição de ataque, as mobilizações antiaborto conduziram a disputa do confronto eleitoral em meio a táticas mais ofensivas, como em algumas ações na contra campanha à candidatura de Jandira Feghali ao senado e na estruturação de uma Campanha de porte nacional, com abordagem exclusiva para a pauta do aborto.

4.4.2. Enquadramentos interpretativos

Contramovimento e movimento se encontram em constante interação, o processo de interpretação e ressignificação, ou seja, de enquadramento interpretativo de ambos os lados, não se dá senão como parte dessa interação. Enquadramentos interpretativos e contra enquadramentos interpretativos estabelecem-se em um embate na busca de convencimento público, ao mesmo tempo em que vão ganhando novos significados e significando determinados conceitos e visões de mundo na dinâmica persuasiva que se faz presente (BENFORD, 2014).

¹⁸⁴ “Compromisso com a democracia”.

Os enquadramentos interpretativos vão se apresentando na disputa em torno do aborto em confronto direto. Movimento e contramovimento desenvolvem suas retóricas em referência e em contrapartida ao seu respectivo adversário. Falando em uma mesma gramática, ambos buscam – tanto a partir de interpretações mais racionais quanto mais emocionais – apresentarem através de suas visões de mundo a conceitualização do aborto. Gradientes de racionalidade e moralidade são combinados na elaboração de argumentos e justificativas da ação de cada um dos lados da disputa, em acordo com sua cultura interna. Nesta esteira, definições em torno da noção de vida, de morte, pessoa, maternidade e do papel social da mulher foram interpretados em enquadramentos e contra enquadramentos do aborto no confronto eleitoral de 2006. Ambos os lados mobilizaram três (3) enquadramentos interpretativos: Legal, Médico-científico e de Gênero.

Quadro XIII

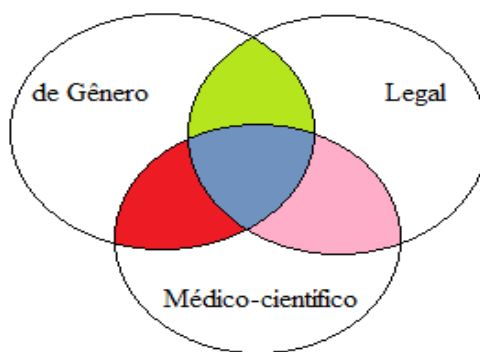
Enquadramentos interpretativos antiaborto *versus* pró-aborto

Enquadramento Interpretativo		Antiaborto	Pró-aborto
Legal	Direitos de Cidadania	o aborto como ameaça ao direito à vida do feto	aborto como direitos sexuais e reprodutivos, parte dos direitos humanos da mulher
	Direito Penal	a criminalização do aborto como uma forma de punir o atentado à vida do feto	a criminalização do aborto como uma forma de reiterar desigualdades sociais, uma vez que são as mulheres pobres que morrem em abortos clandestinos
Médico-científico	Mulher	o não aborto como uma questão de cuidado da saúde pública da mulher, tendo em vista as altas taxas de mulheres que morrem em abortos clandestinos	o aborto como uma questão de saúde pública, em decorrência dos altos índices de mortes femininas ocasionadas por abortos na clandestinidade
	Feto	o aborto como risco a vida do feto, que se inicia no momento da concepção	o aborto não coloca em risco a vida fetal, uma vez que a vida não se inicia no momento da concepção
de Gênero		o não aborto como uma questão de dignidade da vida humana e da família, a maternidade confere dignidade à mulher	o aborto como uma questão de autonomia feminina e apoderamento de seu corpo, a possibilidade de escolha confere dignidade à mulher

O enquadramento e contra enquadramento Legal referem-se a uma abordagem que busca na constitucionalidade embasamento ora na defesa da vida da mulher, ora na defesa da vida do feto. Foram identificadas duas abordagens pró e anti aborto no enquadramento Legal: uma via direitos de cidadania e outra via direito penal. A primeira (via direitos de cidadania) abarca o tema do aborto visando à garantia e ampliações de direitos. A segunda (via direito penal) abarca a temática visando ora imputar caráter criminal, ora imputar caráter não criminal à prática do aborto, isto é, trata o tema a partir de um ponto de vista punitivo. Do

aspecto do enquadre e contra enquadre Médico-científico também foram identificados duas abordagens: uma via mulher e outra via feto. Nesse enquadre, por vezes, a interpretação se faz embasada na mulher como sujeito de atenção médica, ou no feto como sujeito ou não sujeito a ser definido pelas ciências biológicas e médicas. O enquadre de Gênero, por sua vez, aborda o tema do aborto a partir de aspectos mais morais, na busca pela definição do papel social da mulher no sistema de reprodução humana.

Os enquadramentos interpretativos se apresentam não isolados uns dos outros, a argumentação em torno do aborto encontra-se nas intersecções dos enquadramentos. Sendo que os enquadramentos do aborto Legal, Médico-científico e de Gênero mesclam-se nos discursos e posicionamentos.



Nas interpretações em disputa do aborto, se do lado antiaborto prevalece a premissa de que há vida desde o momento da concepção/fecundação, do lado antagônico a premissa se faz inversa, a vida não se inicia no momento da concepção. A partir deste ponto focal – a noção de início de vida – desenvolvem-se todas as demais problematizações a respeito do tema.

Noção também em disputa nos enquadramentos do aborto, os direitos humanos (*master frames*¹⁸⁵), especialmente desde os anos 1960, têm sido apropriados como parte de quadros interpretativos de diversos movimentos sociais (TARROW, 2009), conectando atores de diferentes causas sobre um mesmo guarda-chuva interpretativo (JOHNSTON e OLIVER, 2000; SNOW, 2004). Do ponto de vista antiaborto, a noção é referida em função do direito à vida do feto. Do ponto de vista pró-aborto, a noção é acionada em defesa do direito à liberdade de escolha da mulher sobre sua vida reprodutiva. O enquadramento Legal do aborto

¹⁸⁵ *Master frames* é conceito utilizado para referir-se a *frames*/enquadramentos interpretativos muito abrangentes, como os direitos humanos, por exemplo (TARROW, 2009).

como direitos humanos conecta ambos os lados da disputa, por sua vez, não só em um debate mais amplo como também em um debate de abrangência global, com questões relativas à justiça e igualdade.

A argumentação feminista nos documentos “Eleições 2006: no tom e no ritmo do Vaticano?” e “Eleições sem retrocesso: um desafio para o feminismo brasileiro” faz referência à “*cruzada anti-mulher*” em contraposição à “*luta pelos direitos humanos das mulheres*”. Parte da mobilização mais ampla por direitos sexuais e reprodutivos, a mobilização pró-aborto aloca-se como correspondente ao direito de cidadania feminina e contra as desigualdades sociais e de gênero, que “*têm profundas raízes em nosso país, fundadas na tradição colonial, escravista, racista, patrimonialista e patriarcal*”. Deste modo, a mulher portadora de direitos não é compatível com a proibição do aborto, aliás, a mobilização contra o aborto aparece expressa como um atentado à mulher em si. Sob a dicotomia não nascidos *versus* vida em plenitude, o feto, ser ainda não nascido, portanto, não dotado de vida e nem de direito é apresentado diametralmente à mulher, ser em vida, portanto, verdadeiro portador de direitos, verdadeiro injuriado e/ou beneficiário pela problemática do aborto.

Urge mostrar à sociedade que a **supervalorização dos não-nascidos** [...] em detrimento da vida em plenitude, significa abrir mão da defesa da cidadania das mulheres, seres humanos com vida em plenitude, para defender um dogma¹⁸⁶.

A assunção do direito do feto automaticamente encontra-se em antinomia para com o direito da mulher, que escora-se na negação da existência da vida desde o momento da concepção. Essa negação se faz estrutural no enquadramento interpretativo Legal pró-aborto enquanto direitos humanos, direito sexual e reprodutivo da mulher:

Nas Eleições 2006 é preciso desmascarar a hipocrisia dessa gente para quem a cidadania dos mais de 180 milhões brasileiros (IBGE, janeiro de 2004) não significa NADA quando comparada a um embrião ou a um feto indesejado”, a valorização de um se dá em detrimento do outro¹⁸⁷.

Outra dicotomia estruturante no enquadramento interpretativo Legal do aborto está em laico *versus* religioso, toda argumentação feminista se funda numa concepção em que política e religião devem manter-se separadas e estanques. Do ponto de vista feminista, as iniciativas

¹⁸⁶ “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano?” e “Eleições sem retrocesso: um desafio para o feminismo brasileiro”.

¹⁸⁷ “Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano?”.

religiosas são vistas como “invasões” ao campo político e que atuam em antagonismo com os valores feministas secularizados. O *slogan* “Nem do Estado, nem da Igreja, meu corpo é meu”, articulado durante a Audiência Pública do PL substitutivo apresentado pela Comissão Tripartite, corrobora com essa argumentação feminista – também presente no confronto eleitoral de 2006 – que separa categoricamente religião de política.

[...] Mas por falta de coragem do presidente Lula de assumir que preside um Estado laico – abandonando a Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto – chegou ao Congresso Nacional, via uma mobilização da sociedade civil, pelas mãos da ministra Nilcéa Freire¹⁸⁸.

Consolidando-se em um projeto mais amplo de cidadania, o enquadramento Legal pró-aborto é apresentado como em meio à luta por uma sociedade mais democrática e justa, na medida em que é “*contra todas as formas de violência, opressão e discriminação*”¹⁸⁹. Ao passo que feministas associam o “*atendimento à saúde, contracepção e aborto*”¹⁹⁰, às “*questões das mulheres no campo dos direitos reprodutivos*”, a pauta do aborto é apresentada como fator excludente entre participação do religioso no campo político e concretização de uma sociedade democrática, sendo este último o ideal da mobilização. A causa pró-aborto, portanto, é associada ao projeto de aperfeiçoamento democrático. A temática do aborto transborda a si mesma, mobilizando com isso sentimentos de injustiça social, uma nova problemática se apresenta: a ilegalidade do aborto atua como mais um fator que reitera o hiato que se estende entre as classes sociais. As mulheres ricas recorrem a clínicas clandestinas de luxo, que realizam abortos ilegais em condições médicas muito melhores do que mulheres pobres, que realizam abortos ilegais em clínicas com condições insalubres.

Em contrapartida, do ponto de vista antiaborto a noção de direitos humanos é referida como pertencente ao nascituro e não à mulher. Vívido desde a concepção, o feto ainda em fase intrauterina é dotado de direitos e à mulher, figura materna, cabe assegurar-lhe seu nascimento. A defesa da vida do feto é associada à defesa da paz e do bem comum da humanidade, a partir do respeito aos valores cristãos.

Todos os que têm uma responsabilidade política e, de modo especial o Estado, à luz da ética e obedecendo à Constituição Brasileira, empenhem-se para que todos os brasileiros, desde a sua concepção até a sua morte natural, tenham os meios necessários para uma vida digna, saúde, trabalho, moradia, segurança e, principalmente, todo o respeito que merecem.

¹⁸⁸“Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano?”.

¹⁸⁹“Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano?”.

¹⁹⁰“Mulheres de olho nas Eleições”

Neste sentido, a mobilização contra o aborto é positivada e alocada em meio a causas reconhecidas socialmente como humanitárias, recorrendo à Igreja Católica e sua legitimidade histórica enquanto ator público de responsabilidade social (KALSING, 2002; MONTERO, 2006). A figura divina, assim como nas mensagens de texto enviadas na contra campanha da candidata Jandira Feghali "*Igrejas e Ongs pedem que eleitores não votem em Jandira Feghali por a candidata pregar o (sic) não existência de Deus e defender o aborto*"¹⁹¹, é recorrida na representação do antagonismo: tudo aquilo que está ao lado da fé em Deus também está para o sagrado *versus* tudo aquilo que não se encontra guiado pela fé em Deus está para o pecado/profano.

Ainda no enquadre Legal antiaborto, o documento “Eleições 2006: orientações da CNBB” ganha destaque devido tratar também da defesa da vida da mulher em correlação à defesa da vida do feto, evocando a garantia para “*as devidas condições de saúde à mulher e à criança*”. Uma virada interpretativa passa a reconhecer a mulher como sujeito também a ser defendido e cuidado dos malefícios do aborto, que deve ser combatido na defesa da vida humana desde o momento da concepção, tal qual até o momento da morte natural. Neste contexto, as mobilizações antiaborto passam a ser ressignificadas a partir de uma ótica que percebe a figura feminina a ser protegida, novidade no enquadramento antiaborto nacional, o aborto é interpretado como nocivo à saúde da mulher e, por isso, alvo de combate.

No ideário antiaborto a figura da mulher é referida como àquela que tem como vocação a maternidade, o aborto neste aspecto encontra-se representado no absurdo. O horror do abortamento é expresso vinculado à noção de família e toda construção social em torno da noção do amor materno. A maternidade é defendida como parte do papel social da mulher, como algo intrínseco ao sexo feminino, a mulher grávida é vista como uma mulher completa, exercendo seu papel em plenitude. O feto, ser portador de vida, não somente é assumido em vida desde a concepção, como é assumido na condição de filho/criança. Nos documentos da “Campanha Nacional em Defesa da Vida – Brasil sem Aborto”, por exemplo, a mobilização antiaborto apresenta-se “*em defesa da vida*” do feto ainda em fase intrauterina e assume que “*é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida*”. Há a ênfase da defesa da vida como parte de um projeto mais amplo que busca um “*Brasil sem aborto*”, através da construção de uma consciência humanitária “*pela vida – contra o aborto!*”. O aborto, entendido como crime deve

¹⁹¹ TRADAGULA, Cristina. Boca-de-urna via celular será investigada no Rio. Acervo do Jornal Folha de São Paulo digital, Eleições, 03 de out. 2006, p. Especial 7.

permanecer na ilegalidade, garantindo com que sejam extintos os abortos clandestinos, uma vez que esses vêm matando milhares de crianças não nascidas e mulheres. Nesta esteira, a vida da mulher também ganha significado na mobilização antiaborto, a mulher torna-se mais uma vítima do crime do aborto.

Matar legal ou ilegalmente a vida no seu nascedouro é inadmissível e devemos estar vigilantes para impedir não só a legalização do aborto, mas também, a prática criminosa dos abortos feitos na clandestinidade, levando a óbito milhares de mulheres em razão das péssimas condições em que são realizados.

Entre a divulgação de cartazes e panfletos realizados no decorrer da Campanha eleitoral de 2006, destaca-se o cartaz apresentando pelo padre Laudares (na imagem abaixo) na Igreja de Santana do Rio de Janeiro.

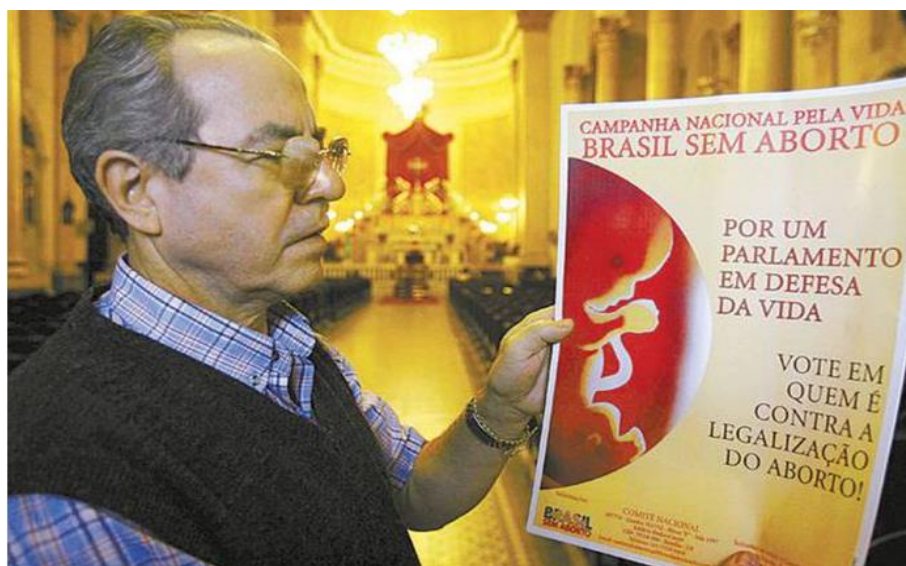
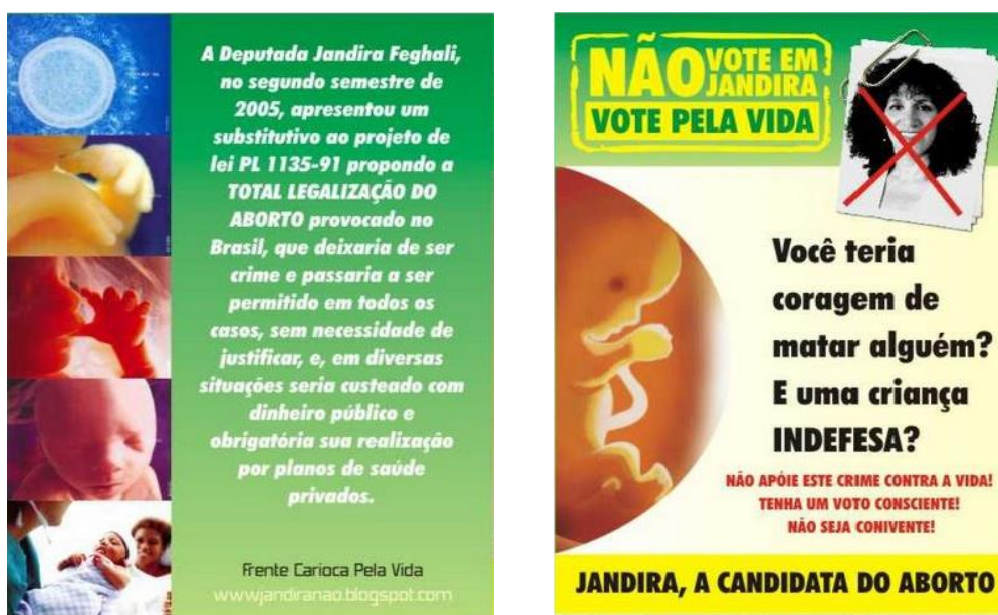


Imagem do Padre Laudares, na Igreja Santana no Rio de Janeiro. Segundo Jornal a Folha de São Paulo, durante a campanha eleitoral de 2006 a Arquidiocese do Rio distribuiu entre as suas mais de 200 paróquias em torno de 750 cartazes orientando o público a não votar em candidatos favoráveis ao aborto legal. Um dos cartazes divulgado é este apresentado pelo padre. **Fonte:** TRADAGULA, Cristina. Igreja Católica faz campanha e pede voto para candidatos contrários ao aborto. Acervo do Jornal Folha de São Paulo digital, 08 set. 2006, Primeiro Caderno, p. A7.

O panfleto traz a vida do feto em foco, a partir de uma imagem de um feto ainda em vida intrauterina e em posicionamento semelhante ao de uma pessoa em oração. Em apelo à compaixão com a vida fetal, a mulher é apresentada como parte do que é a maternidade, seu ventre a representa. Não há um corpo feminino por inteiro, não há um rosto articulado ao ventre. O ventre da mulher é desvinculado de todo o resto de seu corpo na representação da vida nascitura. A imagem se distancia de um enquadramento negativo contra quem realiza o

aborto e se aproxima mais de um enquadramento positivo, em que se exalta a vida a ser defendida e preservada e não a morte a ser punida.

Em cartaz contra a candidata Jandira Feghali¹⁹², valendo-se de imagens do desenvolvimento de uma gestação, desde o momento da concepção até o momento do parto, o bebê nascido é apresentado como parte de um processo unívoco: a fase embrionária, seu desenvolvimento e o nascimento.



Cartaz distribuído em contra campanha à candidata ao senado Jandira Feghali nas eleições de 2006. (Disponível em: <<http://jandiranao.blogspot.com.br/2006/08/vote-pela-vida.html>>. Acesso em: 24 jan. 2016).

Apresentada em ordem crescente, cada imagem vem representar um momento da vida e sensibilizar para com a forma mais remota da vida até o desenvolvimento de traços mais próximos ao de uma criança nascida. No conjunto, as imagens buscam causar comoção e empatia pública em relação às fases mais primárias do desenvolvimento do feto, ainda desforme e de difícil identificação com o que é o ser humano e sua individualidade (valores caros à sociedade contemporânea). Com a apresentação de bebês nascidos o aborto é dramatizado como um atentado à vida de uma criança indefesa, e aguça a sensibilização popular em relação ao aborto como um ato de maldade.

Destarte, em meio a esse confronto, ora mulher e ora o feto são ressignificados como foco de problematização. Ambos os lados da disputa vêm se confrontando simbolicamente e duelando em uma mesma gramática a respeito da questão do aborto. Pois é em uma interação

¹⁹² Anexo B –.

que se dá mobilização e contramobilização, e não na atuação isolada de cada um dos atores com seu próprio público. Os enquadramentos Legal, Médico-científico e de Gênero mesclam-se na produção de significados em torno do aborto.

Neste sentido, a noção de saúde pública, por exemplo, é apresentada pelo lado pró-aborto a partir de uma preocupação com a vida da mulher, que para exercer sua autonomia vem se arriscando em abortos clandestinos. O aborto clandestino é, portanto, visto como um problema de saúde pública e sua solução seria a legalização e/ou a descriminalização do aborto. Do lado antiaborto da disputa é evocada a noção também para referir-se à saúde da mulher, tal qual à saúde do feto. Porém, sob a perspectiva do aborto clandestino e legal como um problema de saúde pública, a solução vem através do combate a toda e qualquer forma de aborto. Nesta linha, ambos os lados da disputa, atestam veementemente o aborto como um grave problema de saúde pública.

Do ponto de vista feminista o aborto é dramatizado como parte de um plano pela igualdade de gênero e social, em combate a uma tradição patriarcalista brasileira. O movimento feminista em seu posicionamento desqualifica o enquadramento antiaborto ao assumir o início da vida não no momento da concepção, alocando o aborto longe de qualquer denúncia criminal. As mulheres e seus corpos dão a centralidade para a argumentação, na qual o aborto é referido positivamente por sua capacidade de salvar vidas, vidas femininas em plenitude, postas em perigo em abortos clandestinos. Em contrapartida, movimento antiaborto lança mão da ideia de missão contra o assassinato de crianças, contra o atentado à vida e a dignidade humana. Como em uma empreitada altruísta em defesa da vida de outrem, a causa antiaborto é defendida em detrimento do mal à sociedade e à humanidade que é o aborto e, em algumas mobilizações, a figura divina é recorrida no antagonismo: sagrado *versus* pecado/profano.

CONCLUSÕES

A contramobilização ao aborto é parte de um processo mais amplo da politização da sexualidade e da reprodução humana, que desde os anos 60 são dramatizadas e ressignificados através da mobilização feminista. Em oposição às conquistas feministas no campo do aborto, a partir da década de 70, mobilizações antiaborto começaram a se difundir internacionalmente. As mudanças legais em torno do aborto nos Estados Unidos e países europeus foram episódios detonadores para a mobilização antiaborto internacional, sobretudo, através de mobilizações da Igreja Católica.

No Brasil, em oposição diametral ao movimento feminista e seu posicionamento pró-aborto, a partir da segunda metade dos anos 70 se formaram os primeiros grupos antiaborto, como parte de um ativismo orquestrado em uma rede católica de mobilização contra as possibilidades de descriminalização e/ou legalização do aborto (conforme os casos internacionais). As alterações do ambiente sociopolítico nacional de transição de um governo ditatorial para um governo democrático afetou também a mobilização pró-aborto e, por conseguinte, as mobilizações antiaborto e a dinâmica que se estabelecia entre movimento feminista, Igreja Católica e Estado. Na Constituinte de 1988, mobilizações e contramobilizações em torno do aborto protagonizadas por movimento feminista e Igreja Católica se demonstraram representativas dessas alterações: grupos pró-aborto e antiaborto buscaram influir no resultado final da Constituição através de intenso *lobby*. Do ponto de vista do repertório de ação, movimento feminista atuou, principalmente, convencionalmente, mas também através de ações do tipo direta, mais disruptivas; enquanto grupos antiaborto atuaram exclusivamente convencionalmente. Do ponto de vista dos enquadramentos interpretativos, movimento feminista interpretou o aborto ora como questão de Gênero ora como questão Médica-científica; enquanto grupos antiaborto interpretaram o tema, sobretudo, através da questão de Gênero. Do lado pró-aborto, tratava-se da saúde pública da mulher (enquadre Médico-científico) e da autonomia da mulher sobre seu próprio corpo (enquadre de Gênero). Do lado antiaborto, o aborto era tratado como questão de horror, pois a maternidade, naturalmente feminina, é algo que completa a mulher, faz parte de sua essência (enquadre de Gênero).

No período seguinte, no contexto das Conferências Internacionais da ONU – do Cairo (1994) e Pequim (1995) – estruturas de oportunidade política pró-aborto internacionais reverberaram no campo do aborto do Brasil, e consequentemente no seu confronto político. Com apoio da *Human Life International* grupos antiaborto se organizaram na Reunião

Nacional dos Movimentos Antiaborto, buscando alinhar as ações antiaborto de grupos dispersos no território nacional em contrabalanço à atuação pró-aborto, que através do movimento feminista já atuava diversificadamente na arena societária e garantia espaço maior gradativamente no Congresso Nacional. No período que transcorreu, após a Constituinte (1988) até o governo federal de Fernando Henrique Cardoso (2002), se apresentou como um momento de expansão organizativa e do repertório de ação antiaborto. Do ponto de vista dos repertórios de ação, o jogo de ações e contra ações se acirrou através de mobilizações mais convencionais do que disruptivas: movimento feminista passou a atuar com destaque através da ratificação de documentos internacionais; enquanto grupos antiaborto passaram a sair às ruas e incorporarem em seu repertório performances mais disruptivas. Do ponto de vista dos enquadramentos interpretativos, em resposta ao enquadre Médico-científico pró-aborto, grupos antiaborto forjaram um enquadre nesses mesmos termos, no entanto, destacando a temática de um ponto de vista do controle de natalidade. Novidade no enquadramento de ambos os lados da disputa, feministas e grupos antiaborto passaram a interpretar o aborto também a partir de aspectos legais (enquadre Legal), cada polo da disputa a seu modo: ora a noção de direito é acionada na garantia de escolha da mulher, ora é acionada na garantia à vida do feto.

Em um terceiro momento das mobilizações e contramobilizações, o quadro do confronto político em torno do aborto se apresentou acirradamente nas esferas governamentais. Durante a primeira presidência de Lula, valendo-se de estratégias típicas dos movimentos sociais nacionais, assim como apresentado em Abers, Serafim e Tatagiba (2014) o movimento feminista não apenas atuou através de demandas ao Estado como atuou como parte do Estado através de cargos políticos e aliança com o governo federal. Nessa conjuntura, possibilidades se abriam para a legalização e/ou descriminalização integral do aborto com a propositura do substitutivo ao Projeto de Lei nº1135/91, a prévia aprovação da Lei de Biossegurança e o julgamento da ADPF nº54. Como resposta aos avanços feministas e às ameaças aos seus valores e crenças, grupos antiaborto se organizaram a partir de dentro do aparato institucional, em 2005, através da I Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, formaram um movimento social nacional de pauta exclusiva antiaborto: o Movimento Brasil sem Aborto (atualmente nominado Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto)¹⁹³. As possibilidades de alterações legais e legitimadas popularmente na

¹⁹³ Atualmente o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, com sede principal em Brasília, conta com treze (13) comitês estaduais e oito (8) comitês municipais. E encontra-se sob a presidência nacional da professora Dr^a. em microbiologia do departamento de biologia celular da Universidade

conceitualização do aborto foram catalizadoras para organização, em nível nacional, de grupos antiaborto, antes atuantes dispersos e desordenadamente no território brasileiro.

Na campanha eleitoral de 2006, essa nova forma de estrutura de mobilização antiaborto veio marcar o confronto. Mais uma vez, repertório de ação e enquadramentos interpretativos foram remodelados na disputa. Do ponto de vista dos repertórios, mobilizações tanto mais institucionais quanto menos institucionais foram combinadas por ambos os lados da disputa. A atuação antiaborto tradicionalmente mais institucional também contou com massiva mobilização do tipo direta, mais disruptivas; movimento feminista se demonstrou mais acuado às ofensivas antiaborto do que propositivo e atuou principalmente através de ações do tipo direta e via comunicação. Do ponto de vista dos enquadramentos interpretativos, em embate direto com movimento feminista, movimento antiaborto também começou a se valer de um enquadre Médico-científico, interpretando o aborto em termos de saúde da mulher. Isto é, valendo-se dos termos feministas para interpretar em mão inversa a questão do aborto: visto como uma ameaça à saúde das mulheres, pois é a causa de milhares de mortes em clínicas clandestinas. Nessa visão, as mulheres são tão vítimas do aborto quanto o feto. Concomitantemente, enquadres de Gênero e Legal foram acionados por ambos os lados da disputa no confronto eleitoral de 2006.

Desdobramento dessa nova onda do confronto do aborto, que se formou no interior do primeiro governo Lula e foi para as ruas, o Movimento Brasil sem aborto, no dia 15 de agosto de 2007, realizou a I Marcha Nacional de Cidadania em Defesa da Vida¹⁹⁴. Forma de ação típica de movimentos sociais, grupos e manifestantes antiaborto se reuniram nas ruas da Esplanada dos Ministérios contra a legalização do aborto¹⁹⁵. Empunhando cartazes, faixas e vestindo, literalmente, a camisa do movimento social, pela primeira vez no Brasil, foi realizada uma marcha de amplitude nacional, exclusivamente, contra o aborto. Corroborando com a atuação do Movimento, como apresentado em Luna (2010), no ano de 2008, a Igreja Católica lançou a campanha Fraternidade, com o tema defesa da vida. Na contramão, impulsionado pela ampla mobilização antiaborto, conforme destacado por Fanti (2016), o movimento feminista em parceria com demais movimentos e grupos pró-aborto formou, em 2008, a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, organização de atuação direcionadamente para a causa pró-aborto no âmbito societário.

de Brasília (UNB) Lenise Garcia e sob a vice-presidência nacional da médica em ginecologia e obstetrícia, vinculada ao Centro Interdisciplinar de Estudos em Bioética do Hospital São Francisco de Assis (CIEB) a Dr^a. Elizabeth Kipman. (**Disponível em:** <<http://brasilsemaborto.org/sobre/>>. **Acesso em:** 12 mar.2016).

¹⁹⁴ Para imagem da manifestação ver **Anexo C** – .

¹⁹⁵ Informação retirada de “Marcha Nacional em Defesa da Vida” disponibilizado na TV Câmara, Câmara Hoje, 15 ago. 2007.

O contexto das mobilizações em torno do aborto no confronto eleitoral de 2006 se faz crucial para o entendimento da batalha pró-aborto *versus* antiaborto nacional mais recente. Pois, é núcleo duro de um ativismo antiaborto organizado estrategicamente na forma política de movimento social. Como prenúncio dos anos que se seguiriam, o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, em 2007, já se pronunciava publicamente contra o posicionamento, frente ao tema do aborto, da então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff¹⁹⁶. No âmbito institucional, a I Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o aborto inaugurou uma tendência organizativa de grupos contra o aborto no parlamento brasileiro: na 53ª Legislatura (2007 a 2010) foi formada a Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto – Pelo Direito à Vida e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o aborto; e na 54ª Legislatura (2011 a 2014) foi formada novamente uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o aborto¹⁹⁷.

Tema espinhoso, a controvérsia do aborto se demonstrou permeada em vários níveis da política nacional. O conflito entre movimento e contramovimento encontrou espaço para duelo no interior do próprio Estado. As múltiplas e heterogêneas alianças e coligações realizadas pelo governo Lula, condição para sua governabilidade, fizeram do Estado *locus* de um embate entravador para amplas modificações na questão do aborto. As oportunidades políticas se faziam pró-aborto com a entrada de um governo com uma vasta base de apoio feminista, mas para cada avanço pró-aborto um contra-ataque antiaborto se apresentou. Uma crise interna ao governo Lula se estabelecia, antes mesmo do mensalão. As forças de interesses antagônicos instaladas no aparato estatal confrontavam-se constantemente e formavam um governo de conflitos. Assim como movimento feminista, grupos antiaborto também atuaram como parte do Estado – mesmo que por motivos e em condições adversas –.

Resultado dessa nova forma organizacional, a disputa presidencial de 2010, polarizada pelos candidatos Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) foi antecipada pelo lançamento da “Campanha A vida depende de seu voto – 2010”¹⁹⁸, a partir do III Encontro de Legisladores e Governantes pela Vida, realizado em 28 de abril de 2010, no Auditório Nereu Ramos da

¹⁹⁶ “A revolução dos idiotas, aborto, bancos e futebol”. Folha Online. 17 out. 2007, Seção de Cartas. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/secaodecartas/2007/10/337279-a-revolucao-dos-idiotas-aborto-bancos-e-futebol.shtml>>. Acesso em: 26 de jul. de 2015).

¹⁹⁷ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=54>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

¹⁹⁸ Entrevista de Jaime Ferreira Lopes, (fundador do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, para André Ribeiro Ferreira da Revista O Consolador, em 05 de janeiro de 2014. (Disponível em: <<http://www.oconsolador.com.br/ano7/344/entrevista.html>>. Acesso em: 26 de jul. de 2015).

Câmara dos Deputados¹⁹⁹. Se por um lado governantes e legisladores antiaborto (institucionalmente) problematizaram a legalização do aborto, debatendo possíveis Projetos de Lei como, por exemplo, a Lei Maria do abandono; por outro lado, grupos antiaborto articulados no Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, em conjunto com a CNBB, (extra institucionalmente) atuaram na campanha eleitoral, através da produção e divulgação de documentos, nos quais constavam os candidatos comprometidos com a causa antiabortista para a consulta do eleitorado. Como apresentado por Machado (2012a), o tema do aborto ganhou vasto destaque midiático no confronto eleitoral de 2010, e a “Campanha A vida depende de seu voto” contou logo em seu lançamento com o compromisso de 140 parlamentares.

Efeito da pressão política, o governo de Dilma Rousseff de antemão se viu comprometido e atravancado em relação à pauta do aborto. A possível tendência da então candidata na legalização do aborto foi por água abaixo com o crescente ataque de que foi alvo por grupos antiabortamento. Ainda durante o ciclo eleitoral de 2010, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) – que trouxe para a agenda do debate nacional a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos Sexuais e abrange a descriminalização do aborto – foi abertamente criticado e nomeado de “Plano Nacional da Vergonha Humana”. Nessas circunstâncias, Dilma Rousseff lançou a “Carta aberta ao povo de Deus”, firmando seu compromisso com a vida (MACHADO, 2012).

Destarte, a dinâmica da contramobilização em torno do aborto se demonstrou parte importante de um processo mais amplo na política nacional. Grupos organizados a partir de interesses adversos ao do governo federal se formaram tanto no interior do aparato estatal quanto no seu exterior. Alianças e coalizões heterogêneas, realizadas desde o primeiro mandato de Lula, atuaram incisivamente atravancando e pressionando as políticas da era Lula e do governo Rousseff.

Finalizo este trabalho chamando a atenção para uma agenda de pesquisa com a proposta de investigar não somente a atuação e os resultados dos movimentos sociais, mas também para o dinamismo de contramobilizações. Em relação à agenda do aborto, surge nova inquietação: explorar e mensurar a fundo os resultados deste confronto político nas políticas públicas nacionais.

¹⁹⁹ **Disponível em:** <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/147023-AGENDA-DA-SEMANA.html>>. **Acesso em:** 15 ago. 2015.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Revista Dados:** Rio de Janeiro. v. 57, n. 02, p. 325-57, 2014.

ALDANA, Myriam. Vozes católicas no congresso nacional: aborto, defesa da vida. **Estudos Feministas:** Florianópolis, v. 16, n. 02, p. 639-646, mai./ago. 2008.

ALMEIDA, Tânia; BANDEIRA, Lourdes. O aborto e o uso do corpo feminino na política: a campanha presidencial brasileira em 2010 e os seus desdobramentos atuais. **Cadernos Pagu** n.41, p. 371-403, jul./dez. 2013.

AZEVEDO, Lílían. **Para ser mulher:** feminismo, revolução sexual e a construção de uma nova mulher em revistas do Brasil (1960-1975). In: XXIII Simpósio Nacional de História. Org. Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. Universidade Estadual de Londrina: Paraná, jul. 2005.

BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather. **Explaining Movement and Countermovement Events in the Contemporary U.S. Women's Movement.** In: American Political Science Association Meetings: Washington – Columbia, sep. 2010.

BARRERAS, Sandra. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira de 2010:** reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos, 368f, 2013. Porto Alegre, Tese de Doutorado em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.

BARSTED, Leila. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas:** Florianópolis, v.0(92), p. 104-130, jun./dez. 1992.

_____. Movimento feministas e a descriminalização do aborto. **Revista Estudos Feministas:** Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, 1997.

_____. Novas legalidades e novos sujeitos de direitos. In: ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica e PORTELLA, Ana (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social:** família, sexualidade e aborto. Garamond Universitaria, 2005, p. 29-38.

_____. O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto. In: ROCHA, Maria; BARBOSA, Maria (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul:** panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Núcleo de Estudos de População – Nepo /Unicamp: Campinas, 2009.

BENFORD, Robert; *et al.* The emergence, development, and future of the framing perspective: 25 + years since “frame alignment”. **Mobilization:** An International Journal, v. 19, n. 01, p. 23-45, 2014.

BISON, Ivano; DIANI, Mario. Organizações, coalizões e momentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política:** Brasília, n. 3, p. 219-250, jan./jul. 2010.

BORLAND, Elizabeth. Cultural opportunities and tactical choice in the Argentine and Chilean reproductive rights movements. **Mobilization: An International Journal** v.9, n.3, p. 327-339, 2004.

BRITES, Francine. Moral cristã: o aborto e o discurso de defesa da vida nas páginas do Jornal da Arquidiocese de Florianópolis. **Revista História Agora**, v. 12, p. 112-141, 2012.

CANNOLD, Leslie. Understanding and Responding to Anti-choice Women-centred Strategies. **Reproductive Health Matters**. v.10, n. 19, p. 171-179, 2002.

CORRÊA, Sônia. **Aborto na cena política global: fios de história, desafios do momento**. In. IPAS- Brasil 10 anos, 2004.

_____. Brasil: aborto na linha de frente. **Questões de Saúde Reprodutiva**. v. 05, n. 01, p. 88-95, 2011.

CORRÊA, Ana Elisa. **Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST**. Londrina, 2013. Trabalho apresentado nos Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, Londrina, de 10 de set. a 13 de set. 2013.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. **Revista Política & Sociedade**, n. 10, p. 91-116, abr. 2007.

COSTA, Ana Maria. O programa de assistência integral à saúde da mulher: anotações para um debate. Anais ABEP, 1986. (Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V02A24.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015).

COUTINHO, Francisco; MAIA, Mônica; SILVA, Fábio. A polissemia do conceito vida. In. MAIA, Mônica (Org.). **Direito de Decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Autêntica, 2008, p. 09-28.

DALMOLIN, Aline. **Aborto, Igreja Católica e movimento feminista nos anos 1980: uma cruzada de valores**. In: X Seminário de Estudos Históricos. Quando o passado já não existe: desafios da história do tempo presente. Org. Universidade FEEVALE: Rio Grande do Sul, mai. 2011.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Action forms, repertories, and cycles of protest. In: _____. **Social movements: an introduction**. Blackwell Publishing. (2ed.). 2006a, p. 163-192.

_____. The policing of protest and political opportunities for social movements. In: _____. **Social movements: an introduction**. Blackwell Publishing. (2ed.). 2006b, p. 193-222.

DIDES, Claudia. ¿Nuevos debates?: Los conservadorismos, el aborto y el derecho a decidir. In MUJICA, Jaris; VAGGIONE, Juan (Org.). **Conservadurismos, religión y política:**

perspectivas de investigación en América Latina. Católicas por el Derecho a Decidir: Córdoba, 2013.

DINIZ, Debora; VÉLEZ, Ana Cristina. Aborto na Suprema Corte: o caso de anencefalia no Brasil. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 16, n. 02, p. 647-52, maio/ago. 2008.

DULK, Kevin. In legal culture, but not of it: the role of cause lawyers in evangelical legal mobilization. In: AUSTIN, S.; STUART, A. Stanford (Ed.). **Cause lawyers and social movements**. California: Stanford University Press, 2006, p. 197-219.

DYKE, Nella Van; TAYLOR, Verta. “Get up, Stand up”: Tactical Repertoires of Social Movements. In: KRIESI, Hanspeter; SNOW, David; SOULE, Sarah (Org.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Blackwell Publishing, 2004, p. 262-293.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o Governo Lula: cooptação e resistência. **Observatório Social da América Latina**, ano VI, n.19. CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, jul., 2006.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

FANTI, Fabiola. **Mobilização social e luta por direitos**: um estudo sobre o movimento feminista. 2016. 182f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2016.

FARIA, Cláudia. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Revista Sociologia e Política**: Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010.

FAÚNDES, José. El activismo católico conservador y los discursos científicos sobre sexualidad: cartografía de una ciencia heterosexual. **Revista Sociedad y Religion** v. XXII, n. 37, p. 167-205, 2012.

FERNÁNDEZ, Susana. El movimiento antiabortista em la España del siglo XXI: el protagonismo de los grupos laicos cristianos y su alianza de facto com la Iglesia Católica. **Revista de Estudios Políticos**: Madrid, n. 154, p. 11-39, oct./dic. 2011.

FERREIRA, Kauara Rodrigues. **Conservadorismos religiosos e políticos como ameaças aos Direitos reprodutivos das mulheres**: desafios para o legislativo brasileiro. In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades e Deslocamentos. 23 a 26 de ago. 2010.

FREIRE, André (Org.). **Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político**: o Caso do Referendo do Aborto, 2007. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

FREITAS, Elizabeth. Aborto como questão pública. In: ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica e PORTELLA, Ana (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. Garamond Universitaria, 2005, p. 233-37.

FREITAS, Angela. **Aborto**: guia para profissionais de comunicação. VIANA, Paula (Coord.); GALLI, Beatriz; *et al* (Colaboração). Grupo Curumim: Recife, 70 p., 2011.

GOLDSTONE, Jack. Introduction: Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In:_____. **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003, p. 01-24.

GOMES, Edlaine de Campos. **Resistências e possibilidades de diálogo**: sobre aborto e reações político-religiosas. Trabalho apresentado no Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008. ST 37 – Aborto e Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: Reprodução Humana e sua Interface com as Dinâmicas Sociais, Florianópolis – Santa Catarina.

GONÇALVES, Tamara; LAPA, Thaís. Introdução. In:_____. **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca. The return of the repressed: the fall and rise of emotion in social movement theory. **Mobilization: An International Journal**, v.5, n.1, p.65-83, 2000.

HALFMANN, Drew; YOUNG, Michael. War pictures: the grotesque as a mobilizing tactic. **Mobilization: An International Journal**, v.15, n.1, p.01-24, 2010.

HUSTING, Ginna; KING, Leslie. Anti-abortion activism in the U.S. and France: comparing opportunity environments of rescue tactics. **Mobilization: An International Journal**. v. 8, n. 3, p. 297-312, 2003.

JASPER, James. Tastes in Tactics. In: _____. **The art of moral protest**: culture, biography, and creativity in social movements. The University of Chicago Press: Chicago, 2007.

JOHNSTON, Hank; OLIVER, Pamela. What a good idea! Ideologies and frames in social movement research. **Mobilization: An International Journal**, n.4, v.1, 2000, p. 37-54.

KALSING, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul”. **Cadernos Pagu**, v. 19, p. 279-314, 2002.

KRIESI, Hanspeter. Political Context and Opportunity. In: KRIESI, Hanspeter; SNOW, David; SOULE, Sarah (Org.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Blackwell Publishing. 2004, p. 67-90.

KRIESI, Hanspeter *et al.* **New social movements in Western Europe**: A Comparative Analysis. London: ULC. 1995.

LAMAS, Marta. La disputa por el aborto en América Latina: el costo de la ilegalidad. **Revista Nexos**. p. 45-51, jan. 2007.

LO, Clarence. Countermovements and conservative movements in the Contemporary U.S.. **Annual Review of Sociology**. vol. 8, p. 107-134, 1982.

LOSEKANN, Cristiana. Participação da sociedade civil na política ambiental no Governo Lula. **Ambiente & Sociedade**: São Paulo v. XV, n. 01, p. 179-200, jan./abr. 2012.

LUDERS, Joseph. Countermovements, the state, and the intensity of racial contention in the American South. In: GOLDSTONE, Jack (Ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003, p. 27-44.

LUKER, Kristin. World views of pro-and anti-abortion activists. In: GOODWIN, Jeff e JASPER, James (Ed.). **The social movements reader: cases and concepts**. 2ºed. United Kingdom: Blackwell, 2009, p. 146-159.

LUNA, Naara. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: Ciência e ética no ensino da Igreja. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 74, p. 91-192, out. 2010.

_____. Aborto no congresso nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 14, p. 83-109, mai./ago. 2014a.

_____. Aborto e corporalidade: sofrimento e violência nas disputas morais através de imagens. **Revista Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre. v.20, n. 42, p. 293-325, jul./dez. 2014b.

MACHADO, Maria. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 07, p. 25-54, jan./abr. 2012a.

_____. Religião, cultura e política. **Revista Religião e Sociedade**: Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 29-56, 2012b.

MACIEL, Débora. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: O caso da Campanha da Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 97-111, out. 2011.

MAYORGA, Claudia; MAGALHÃES, Manuela. Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto?. In. MAIA, Mônica (Org.). **Direito de Decidir**: múltiplos olhares sobre o aborto. Autêntica, 2008, p. 141-170.

MAIER, Elizabeth. Discursos, actors y estrategias en la disputa por el significado de la vida y los derechos reproductivos. **Región y Sociedad**: México, v. 22, n. 49, p. 201-238, 2010.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n.76, p. 11-48, 2009.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Revista Sociologias**: Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 18-51, set./dez. 2011.

MEYER, David; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **The American Journal of Sociology**. v. 101, n. 06, p. 1628-1660 may.1996.

MEYER, David. Protest and political opportunities. **Annual Review of Sociology**. v. 30, p. 125-145, feb. 2004.

MELO, Jacira. A construção de opinião no debate sobre o aborto. In: ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica e PORTELLA, Ana (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Garamond Universitaria, 2005, p. 221-32.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 20, n. 03: 384, set./dez., 2012.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Revista Novos Estudos**, n. 74, p. 47-65, mar. 2006.

MOTTL, Tahi. The Analysis of Countermovements. **Social Problems**. v. 27, n. 05, p. 620-35, jun. 1980.

NOGUEIRA, Thays. **A trajetória da discussão sobre a legalização do aborto no governo executivo brasileiro entre os anos de 2004 e 2010**: reflexos da relação movimento feminista e Estado durante o governo Lula. Águas de Lindóia, 2013. Trabalho apresentado em 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, de 23 a 27 de set., 2013.

OLIVEIRA, Eleonora. Os sujeitos da luta pela legalização do aborto. In: ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica e PORTELLA, Ana (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Garamond Universitaria, 2005, p. 131-34.

OLIVEIRA, Fátima. Repressão policial, ideológica e política contra o aborto no Brasil. In **Ipas Brasil 10 anos**. p. 01-26, 2004. Disponível em: <<http://www.aads.org.br/arquivos/10anos/Oliveira2004.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). **Opinião Pública**: Campinas, v. 17, n. 01, p.228-50, jun., 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos**, n. 89, p. 05-15, mar. 2011.

PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. **Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil**. *Cienc. Cult.* [online]. 2012, vol.64, n.2, pp. 20-21. ISSN 0009-6725.

PINTO, Céli Regina Jardim. **As Conferências Nacionais no Governo Lula**: Limites e Possibilidades da Construção de uma esfera Pública. Caxambú, 2006. Trabalho apresentado no XXX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, out. 2006.

POLLETTA, Francesca. Snarls, Quacks, and Quarrels: Culture and Structure in Political Process Theory. **Sociological Forum**, n. 01, v. 14, p. 63-70, 1999.

REZENDE, Patricia. **Construindo pontes do meretrício ao ativismo político**: um estudo do movimento de prostitutas no Brasil. 2012. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC: CNPq-PIBIC, em Ciências Sociais- Universidade Federal de São Paulo: São Paulo, 2010-2012.

RIBEIRO, Flávia. Aborto por anencefalia na mídia brasileira: análise retórica do debate entre as posições “pró-escolha” e “pró-vida”. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n.07, p. 83-114, jan./abr., 2012.

ROCHA, Maria. Discussões políticas e decisões no parlamento. In: ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica e PORTELLA, Ana (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. Garamond Universitaria, 2005, p. 135-220.

_____. A discussão política sobre o aborto no Brasil: uma síntese. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**: São Paulo, v. 23, n. 02, p. 369-374, jul./dez. 2006.

_____. **A Questão do Aborto no Legislativo Brasileiro**: uma visão geral dos anos 90 e da década atual. Caxambu, 2008. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, de 29 de set. a 03 de out. 2008.

ROSADO-NUNES, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Revista Tempo Social**, v. 20, n. 2, p. 67-81, nov. 2008.

RUIBAL, Alba. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 14, p. 111-138, maio./ago. 2014a.

_____. Movement and Counter- movement: a history of abortion law reform and the backlash in Colombia 2006-2014. **Reproductive Health Matters**. v.22, n. 44, p. 42-51, 2014b.

_____. Movilización y contra-movilización legal: proposta para su análisis em América Latina. **Política y gobierno**. v. XXII, n. 01, p. 175-98, 2015.

SALES, Lilian. A controvérsia em torno da liberação das pesquisas com células tronco embrionárias no Brasil: posições e argumentos dos representantes da Igreja Católica. **Revista de antropologia**: São Paulo, USP, v. 57 n. 1, p. 179-214, 2014.

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 12(02), n. 264, mai./ago. 2004.

SCAVONE, Lucila. Ciudadania reproductiva y salud: el debate em su contexto. In: _____ (Org.). **Género y salud reproductiva en América Latina**. Libro Universitario Regional: Cartago, 1999.

_____. Políticas feministas do aborto. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v.16, n.02: 440, maio/ago. 2008.

SIEGEL, Reva. The right's reasons: constitutional conflict and the spread of woman-protective antiabortion argument. **Public Law Working Paper**. n. 160, 2008. Disponível em: < <http://papers.ssrn.com/abstract=1120502>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SILVA, Marinete dos Santos. Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**: Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.1241-1254, out./dez. 2012.

SNOW, David. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: KRIESI, Hanspeter; SNOW, David; SOULE, Sarah (Org.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Blackwell Publishing. 2004, p. 380-412.

STAGGENBORG, Suzanne. **The pro-choice movement**: Organization and Activism in the Abortion Conflict. Oxford University Press, 1991.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 03, p. 133-160, jan./jul., 2010.

TURNER, Ralph. The moral issue in collective behavior and collective action. **Mobilization: An International Journal**. v.01, n. 01, p. 0 1-15, 1996.

USEEM, Bert; ZALD, Mayer. **Movement and Countermovement**: Loosely Coupled'Conflict. Paper presented at Annual Meetings of the American Sociological Association: San Francisco – California, sep. 1982.

VENTURA, Miriam. A questão do aborto e seus aspectos jurídicos. In: ROCHA, Maria; BARBOSA, Maria (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul**: panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Núcleo de Estudos de População – Nepo /Unicamp: Campinas, 2009.

WESTPHAL, Fernanda. A questão da legalização do aborto no Brasil: a dicotomia entre Estado laico e função religiosa. **Amicus Curiae**, v. 5, n. 5 , 2008.

WEBSITES

ADITAL – NOTÍCIAS DE AMÉRICA LATINA Y CARIBE:
<<http://www.adital.com.br>>.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br>>.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS:
<<http://articulacaodemulheres.org.br>>.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO: <<http://arqrio.org>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS:
<<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS: <<http://abiaids.org.br>>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS – ANJ: <<http://www.anj.org.br>>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS: <<http://www2.camara.leg.br>>.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR: <<http://www.catolicas.org.br>>.

CATOLICISMO: REVISTA DE CULTURA E ATUALIDADES:
<<http://catolicismo.com.br>>.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA: <<http://www.cfemea.org.br>>.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS:
<<http://www.clam.org.br>>.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL: <<http://www.cnbb.org.br>>.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA: <<http://www.febnet.org.br>>.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA PERNAMBUCANA: <<http://federacaoespiritape.org>>.

FRENTE CARIOCA PELA VIDA: <<http://jandiranao.blogspot.com.br>>.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: <<http://forumsocialportoalegre.org.br>>.

HUMAN LIFE INTERNATIONAL: <<http://www.hli.org/>>.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: <<https://marchamulheres.wordpress.com>>.

MOVIMENTO EM DEFESA DA VIDA DA ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO:
<<http://www.defesadavida.com>>.

MOVIMENTO NACIONAL DE CIDADANIA PELA VIDA – BRASIL SEM ABORTO: <<http://brasilemaborto.com.br>> e <<http://brasilemaborto.org/>>.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>>.

PRÓ-VIDA DE ANÁPOLIS: <<http://www.providaanapolis.org.br>>.

PRÓ-VIDA FAMÍLIA: <<http://www.providafamilia.org.br>>.

PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE: <<http://www.psol50.org.br>>.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE: <<http://redesaude.org.br>>.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES: <<http://www.spm.gov.br/>>.

SOS CORPO – INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA: <<http://soscorpo.org/quem-somos/>>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes#44>>.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES: <<http://www.ubmulheres.org.br>>.

VOTO PELA VIDA: <<http://www.votopelavida.com>>.

DOCUMENTOS

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFESA DA VIDA NO BRASIL: COMO FOI PLANEJADA A INTRODUÇÃO DA CULTURA DA MORTE NO PAÍS. Item G: O presidente mente para o Brasil, p. 23-24. (**Disponível em:** <<http://www.votopelavida.com/defesavidabrasil.pdf>>. **Acesso em:** 06 jan. 2016).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL MULHERES PELA VIDA – RJ. Manifesto em Defesa da Vida. (**Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_25092005>. **Acesso em:** 12 jan. 2016).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Norma Técnica Atenção Humanizada ao abortamento**. 1º Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005a, 32p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**. 2º Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005b, 70p.

BRASIL SEM ABORTO. Manifesto à Nação: Campanha Nacional pela Vida – Brasil sem Aborto. (**Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_12072006>. **Acesso em:** 25 de out. 2015).

BRASIL SEM ABORTO. Termo de compromisso A vida depende do seu voto. (**Disponível em:** <http://www.brasilsemaborto.com.br/docs/Termo_de_compromisso-A_Vida_depender_do_seu_Voto.pdf>. **Acesso em:** 27 de jul. de 2015).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº. 1135/1991**, de 28 de maio de 1991. Suprime o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; (liberalização do aborto); altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>>. Acesso em 11 jun. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frentes Parlamentares. (**Disponível em:** <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=54>>. **Acesso em:** 15 ago. 2015).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Política: Agenda da semana. (**Disponível em:** <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/147023-AGENDA-DA-SEMANA.html>>. **Acesso em:** 05 mar. 2016).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Debatedores pedem rejeição integral de plano de direitos humanos. Câmara Notícias: Direitos Humanos. 28 abr. 2010. (**Disponível em:** <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/147178-DEBATEDORES-PEDEM-REJEICAO-INTEGRAL-DE-PLANO-DE-DIREITOS-HUMANOS.html>>. **Acesso em:** 05 mar. 2016).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. A história da Câmara dos Deputados: Presidentes da Câmara dos Deputados – República. (**Disponível em:** <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex-presidentesCD_Republica>. **Acesso em:** 30 jan. 2016).

CAMPANHA NACIONAL BRASIL SEM ABORTO. (**Disponível em:** <http://www.diocesedejundiai.org.br/MCNBSA/campanha_brasil_sem_aborto.htm>. **Acesso em:** 14 jan. 2016).

CARTA DAS MULHERES: **Aos Constituintes de 1987**, Assembleia Nacional Constituinte, Congresso Nacional: Brasília-DF.

CFEMEA. Movimento feminista: perspectivas diante do governo Lula. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=770:movimento-feminista-perspectivas-diante-do-governo-lula&catid=102:numero-118-novembro-de-2002&Itemid=129>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

CFEMEA. Eleições 2006: no tom e no ritmo ditado pelo Vaticano. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2012:redesfax-numero-12-2006-informativo-eletronico-da-rede-feminista-de-saude&catid=219:noticias-e-eventos&Itemid=154>. **Acesso em:** 09 jan. 2016).

CFEMEA. Eleições sem retrocesso: um desafio para o feminismo brasileiro. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1634:eleicoes-sem-retrocesso-um-desafio-para-o-feminismo-brasileiro&catid=218:artigos-e-textos&Itemid=152>. **Acesso em:** 09 jan. 2016).

CFEMEA. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Jornal Fêmea, n.141, fev. 2005. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1039:direitos-sexuais-e-direitos-reprodutivos&catid=125:numero-141-fevereiro-de-2005&Itemid=129>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

CFEMEA. **Proposições relacionadas com aborto que estão tramitando no Congresso Nacional**. Jornal Fêmea, n. 145, jun. 2005.

CLAM. **Entrevista:** Aborto invisível em ano eleitoral. (**Disponível em:** <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1619&sid=43>>. **Acesso em:** 11 jun. 2014).

CLAM. **Notícias:** Conservadorismo domina eleição. (**Disponível em:** <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1763&sid=7>>. **Acesso em:** 11 jun. 2014).

CLAM. **Notícias:** Mulheres de olho nas eleições. (**Disponível em:** <<http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=1445>>. **Acesso em:** 07 jan. 2016).

CLAM. **Notícias:** Aborto em tempos de eleição. (**Disponível em:** <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11603>>. **Acesso em:** 09 jan. 2016).

CLAM. **Brasil:** Católicas em campanha pela legalização do aborto. (**Disponível em:** <<http://www.clam.org.br/es/campanhas-direitos/conteudo.asp?cod=1820>>. **Acesso em:** 11 mar. 2016).

CNBB. **Por uma nova ordem constitucional**. Declaração Pastoral, São Paulo, 1986.

CNBB. **Eleições 2006:** orientações da CNBB, 2006, 56p. (**Disponível em:** <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=document&layout=default&alias=145-82-eleicoes-2006-orientacoes-da-cnbb&category_slug=documentos-cnbb&format=html&Itemid=251>. **Acesso em:** 13 jan. 2016).

CNBB. **Declarações sobre exigências éticas em defesa da vida**, Itaici, 16 ago. 2005.

CNBB. Dia do nascituro é celebrado em todo o país e pede defesa da vida. 07 out. 2015. (**Disponível em:** <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17446:dia-do-nascituro-e-celebrado-em-todo-pais-e-pede-defesa-da-vida&catid=196&Itemid=179>. **Acesso em:** 05 jan. 2016).

COLLUCI, Cláudia. **Sanção do aborto pode ser punida, diz bispo**. Jornal Folha de São Paulo digital, 08 mar. 2005, Cotidiano, p. C11.

CONSTANTINO, Luciana. **Ministro assume e congela ações na Saúde**. Folha de São Paulo, Cotidiano, C1, 12 jul. 2005.

DANTAS, Iuri. **Aprovação ao presidente cai 6 pontos, diz pesquisa**. Jornal Folha de São Paulo digital, 20 abr. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

DURÃES, Wagner. **Em defesa da vida:** a luta contra o aborto nos bastidores do Congresso Nacional. Ministério de Comunicação Social – Renovação Carismática Católica: DF. 13 dez. 2005.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA PERNAMBUCANA. Associação Jamais Abortar – Amigos da vida. (**Disponível em:** <<http://federacaoespiritape.org/associacao-jamais-abortar-amigos-da-vida/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

FOLHA ONLINE. Papa proclamará seis novos santos em maio. 19 fev. 2004, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u69428.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

FOLHA ONLINE. Milhares de mulheres fazem manifestação pró-aborto nos EUA. 25 abr. 2004, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u72000.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

FOLHA ONLINE. Papa fala sobre injustiças e lança campanha contra o aborto. 18 mar. 2006, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u93802.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

FOLHA ONLINE. Vaticano divulga documento contra manipulação genética e união gay. 06 jun. 2006, Mundo. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u96686.shtml>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

FOLHA ONLINE. A revolução dos idiotas, aborto, banco e futebol. 17 out. 2007, Seção de Cartas. (**Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/secaodecartas/2007/10/337279-a-revolucao-dos-idiotas-aborto-bancos-e-futebol.shtml>>. **Acesso em:** 26 de jul. de 2015).

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo perde pela primeira vez em história recente.** Jornal Folha de São Paulo digital, 16 fev. 2005, Primeiro Caderno, p. A6.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Carta do presidente Lula à CNBB.** Jornal Folha de São Paulo digital, 10 ago. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Padres acusam PT de ‘escorregar para a corrupção’.** Jornal Folha de São Paulo digital, 10 ago. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Política domina debate em encontro da Igreja.** Jornal Folha de São Paulo digital, 10 ago. 2005, Primeiro Caderno, p. A5.

FOLHA DE SÃO PAULO. **‘Eu sou baiano’, afirma Alckmin.** Jornal Folha de São Paulo digital, 24 jan. 2006, Primeiro Caderno, p. A8.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Alckmin ‘encara’ palanque na TV.** Jornal Folha de São Paulo digital, 25 jan. 2006, Primeiro Caderno, p. A11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Candidatos fogem de temas polêmicos.** Jornal Folha de São Paulo digital, 13 ago. 2006, Primeiro Caderno, p. A6.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Candidatos em 20 pontos:** aborto e união civil de pessoas do mesmo sexo” Jornal Folha de São Paulo digital, 17 out. 2006, Primeiro Caderno, p. A8.

FONTES, Ângela Maria; MARCONDES, Lourdes Maria (Org.). **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, DF: Secretaria especial de políticas para as mulheres, 2005, 26 p.

FREITAS, Angela. Aborto: guia para profissionais de comunicação. VIANA, Paula (Coord.). GALLI, Beatriz; *et al* (Colaboração). Grupo Curumim: Recife, 2011. (**Disponível em:** <http://www.grupocurumim.org.br/site/imprensa/kit_jornalistas6.pdf>. **Acesso em:** 10 jan. 2016).

FRENTE CARIOCA PELA VIDA. Vote pela vida! (**Disponível em:** <<http://jandiranao.blogspot.com.br/2006/08/vote-pela-vida.html>>. **Acesso em:** 24 jan. 2016).

GERCHMANN, Léo. **Hospitais do RS se negam a fazer aborto apesar de decisão judicial.** Jornal Folha de São Paulo digital, 22 abr. 2005, Cotidiano, C6.

JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO. **Jornadas Brasileiras pelo Direito ao aborto legal e seguro:** aborto – as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante, produzido como parte do Kit das Jornadas para a Campanha de 28 de setembro de 2005.

JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO. (**Disponível em:** <http://www.grupocurumim.org.br/site/imprensa/kit_jornalistas6.pdf>. **Acesso em:** 10 jan. 2016).

JORNAL DA CÂMARA. **Frente Parlamentar realiza seminário sobre aborto.** Jornal da Câmara, Brasília, 11 nov. 2005, p.06.

LOPES, Jaime. “Vida sim. Aborto nunca!”. [5 jan. 2014]. Entrevistador: André Ribeiro Ferreira. **(Disponível em:** <<http://www.oconsolador.com.br/ano7/344/entrevista.html>>. **Acesso em:** 26 jul. 2015).

LOPES, Dom Assis. Nota oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro. **(Disponível em:** <<http://www.acidigital.com/Documentos/notabrasil.htm>>. **Acesso em:** 27 jul. 2015).

MOVIMENTO EM DEFESA DA VIDA DA ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. Manifesto à nação: campanha nacional pela vida Brasil sem aborto por um parlamento em defesa da vida. **(Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_12072006>. **Acesso em:** 27 jul. 2015).

MOVIMENTO EM DEFESA DA VIDA DA ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. Substitutivo do Projeto de Lei 1135/1991: Audiência Pública na CSSF. Notícias, 23 nov. 2005. **(Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_23112005>. **Acesso em:** 02 fev. 2016).

MOVIMENTO EM DEFESA DA VIDA DA ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. Associação Nacional de Mulheres pela Vida faz Manifesto em Defesa da Vida. **(Disponível em:** <http://www.defesadavida.com/index.php?pg=noticias/n_25092005>. **Acesso em:** 12 jan. 2016).

MOVIMENTO NACIONAL DE CIDADANIA PELA VIDA – BRASIL SEM ABORTO. A trajetória do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida (Brasil Sem Aborto) e os desafios para os próximos quatro anos (2011-2014). **(Disponível em:** <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X8jYM_Ycoj4J:febnet.org.br/ba/file/CFN/A%2520trajetoria%2520do%2520Movimento%2520Brasil%2520Sem%2520Aborto.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. **Acesso em:** 13 jan. 2016).

NASCIMENTO, Gilberto. **Projeto que permite prática do aborto gera polemica em debate.** Jornal da Câmara digital, Brasília, 25 nov. 2005, p. 06.

O GLOBO. **Severino manobra para pôr deputadas contra aborto em comissão do governo.** Jornal O Globo digital, 07 abr. 2005, Matutina, O País, p. 04.

O GLOBO. **Conselho orienta médicos a exigir BO para aborto.** Jornal O Globo digital, 19 abr. 2005, Matutina, O País, p. 08.

O GLOBO. **Alckmin adota discurso agressivo no nordeste.** Jornal O Globo digital, 24 jan. 2006, Matutina, O País, p.05.

O GLOBO. **Sensus: popularidade de Lula cai seis pontos.** Jornal O Globo, 20 abr. 2005, Matutina, O País, p.08.

O GLOBO. **Torpedos Contra Jandira.** 03 de out. 2006, Matutina, O País, p.17.

O GLOBO. **ONU diz que proteção à mulher reduz pobreza.** Jornal O Globo, Matutino, O Mundo, pg. 30, 12 out. 2005.

OLIVEIRA, Fátima. O aborto, as leis e as eleições. (**Disponível em:** <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-aborto-as-leis-e-as-eleicoes/>>. **Acesso em:** 09 jan. 2016).

PRETE, Renato; SILVA, Fernando. **Alckmin diz não fazer política ‘na cotovelada’**. Jornal Folha de São Paulo digital, 18 dez. 2005, Primeiro Caderno, p. A12.

PROGRAMA SETORIAL DE MULHERES. Lula presidente: Compromisso com as mulheres 2007-2010, p. 19. (**Disponível em:** <<http://www.pesquisasedocumentos.com.br/compromissomulheres.pdf>>. **Acesso em:** 07 jan. 2016).

PRÓ-VIDA FAMÍLIA. I Encontro Nacional “Mulheres pela Vida”. (**Disponíveis em:** <http://www.providafamilia.org/i_enc_nac_mulheres_pela_vida.htm>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

PT. **13º Encontro Nacional do PT**. 2006.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Dossiê aborto inseguro**: Direito de decidir sobre o aborto: uma questão de cidadania e democracia. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Eleições sem retrocesso: um desafio para o feminismo brasileiro – Documento político em defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. (**Disponível em:** <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1634:eleicoes-sem-retrocesso-um-desafio-para-o-feminismo-brasileiro&catid=218:artigos-e-textos&Itemid=152>. **Acesso em:** 06 jan. 2016).

RODRIGUES, Almira. **A Participação política das mulheres nas eleições de 2006 – candidaturas**. CFEMEA, out. 2006.

RODRIGUES, Almira. **Mulheres e eleições 2006 no Brasil**: o difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas. CFEMEA, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**, Brasília, 2005, 26p.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. (**Disponível em:** <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. **Acesso em:** 09 mar. 2016).

SILVEIRA, Plínio. Eleições 2006: nova perseguição religiosa? (**Disponível em:** <<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=96D73B26-3048-560B-1C47267831E66C13&mes=Mar%C3%A7o2015>>. **Acesso em:** 12 jan. 2016).

SOUZA, Josias. **‘Católico roxo’, eleito personifica baixo clero**. Jornal Folha de São Paulo digital, 16 fev. 2005, Primeiro Caderno, p. A6.

TVESPIRITISMO. 1ª Marcha Nacional de Cidadania em Defesa da Vida - Brasília 15/08/07. (**Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=ogrm_QwP69Q>. **Acesso em:** 08 de fev. 2016).

VIDA, FAMÍLIA E PAZ. Movimento em defesa da Vida de Porto Alegre comemora 29 anos. 25 maio 2011. (**Disponível em:** <<https://vidafamiliaepaz.wordpress.com/2011/05/25/movimento-em-defesa-da-vida-de-porto-alegre-comemora-29-anos/>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

VIEIRA, HUMBERTO L. Movimentos pró-vida brasileiros. (**Disponíveis em:** <<http://www.providafamilia.org/page.php?pg=movimentos.htm>>. **Acesso em:** 20 set. 2015).

Apêndice A –

Entrevistas com Representantes do movimento feminista brasileiro

Entrevistas Realizadas pelo Grupo de Pesquisa			
	Entrevistado (a)	Organização/Associação/Rede	Duração da Entrevista (horas.:min.:seg.)
1	Yury Puello Orozco	Católicas pelo Direito de Decidir	01:16:06
2	Rosângela Aparecida Talib	Católicas pelo Direito de Decidir	01:23:28
3	Thais de Souza Lapa	Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto de São Paulo.	02:03:55
4	Norma Kyriakos	Oficina dos Direitos da Mulher	01:11:06
5	Amelinha Telles	União de Mulheres	02:00:48

Apêndice B –

Entrevistas com Lideranças do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto

Entrevistas de Fonte Secundária			
	Entrevistado (a)	Fonte	Acesso em:
1	Lenise Garcia	ZENIT: O mundo visto de Roma	http://www.brasilsemaborto.com.br/index.php?action=noticia&idn_noticia=293&cache=0.9148397298995405
		Pastoralis	http://www.pastoralis.com.br/pastoralis/html/modules/smartsection/item.php?itemid=45
2	Jaime Ferreira Lopes	EVOC: Editora virtual O Consolador	http://www.oconsolador.com.br/ano7/344/entrevista.html

Entrevistas de Fonte Primária			
	Entrevistado (a)	Atuação	Duração da Entrevista (horas.:min.:seg.)
1	Lenise Garcia	Atual presidente nacional do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto	01:39:24
2	Jaime Ferreira Lopes	Secretário Nacional de Mobilização, Apoio e Formação de Comitês do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto	01:46:57
3	Luiz Carlos Bassuma	Liderou o I Seminário Nacional contra o aborto realizado no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados Em 2007 foi Coordenador da Frente Parlamentar Brasil sem Aborto	01:11:55

Apêndice C –

Roteiro de entrevista (1)

1º Bloco – Formação

- 1) Qual a sua formação acadêmica? O sr. atua na área?
- 2) Qual a sua principal atividade remunerada?

2º Bloco – Filiações

- 3) O sr. é ou já foi membro de grupos ou instituições religiosas nacionais e internacionais?
 - a. Qual (is)?
 - b. Em que período?
- 4) Caso sim para a questão anterior, o sr. ocupa ou ocupou algum cargo nesta instituição?
 - a. Qual?
 - b. Em que período?
- 5) O sr. foi filiado ao partido PT e deputado pelo mesmo durante quanto tempo?
- 6) Por que o sr. se desligou deste partido?
- 7) Atualmente, o sr. é filiado a outro partidos político?
 - a. Qual ?
 - b. Desde quando?
- 8) O sr. ocupa ou ocupou algum cargo no partido?
 - a. Qual?
 - b. Em que período?
- 9) O sr. é ou já foi membro de alguma frente parlamentar?
 - a. Qual (is)?
 - b. Quando?
 - c. Qual (is) o objetivo desta frente parlamentar?
- 10) O sr. está ou esteve vinculado à associações civis nacionais e internacionais?
 - a. Qual (is) ?
 - b. Em que período
- 11) Caso sim para a questão anterior, o sr. ocupa ou ocupou algum cargo?
 - a. Qual?
 - b. Em que período?

- 12) O sr. está ou esteve vinculado a movimentos sociais ou políticos, nacionais ou internacionais?
- a. Qual (is)?
 - b. Em que período?
- 13) Quais atividades o sr. desempenhou ou desempenha nesse (s) movimentos (s) SIM OU NÃO:
- a. apoio financeiro;
 - b. recrutamento de apoiadores;
 - c. participação em encontros, reuniões; manifestações de ruas;
 - d. negociação com agentes políticos (legislativo e executivo); outras atividades citadas pelo entrevistado

3º Bloco – Formação da I Frente Parlamentar em Defesa da Vida

- 14) O senhor teve participação na formação da I Frente Parlamentar em Defesa da Vida, em 2005?
- 15) Qual foi a sua participação?
- 16) sr. poderia indicar os principais responsáveis envolvidos na formação da frente?
- 17) sr. poderia me relatar quais eventos motivaram a criação da frente?
- 18) Como foi a reação do PT à criação da frente, partido qual o sr. integrava na época?
- 19) Anteriormente a formação da frente, havia outros grupos importantes atuando institucionalmente na causa pró-vida?
- a. Quais?
 - b. Desde quando?
- 20) Na sua opinião, quais foram os principais eventos desenvolvidos de dentro da frente (2005)?
- a. Quando?
 - b. Por quê?
 - c. Quais foram os principais nomes na organização?
- 21) Na sua opinião, quais seriam hoje os principais grupos, movimentos, organizações e/ou instituições envolvidos com a causa pró-vida?
- 22) Com quais desses o sr. / a frente teve relações regulares?
- 23) Quais atividades já desenvolveram ou desenvolvem em conjunto?

4º Bloco – Agenda pró vida, aliados e opositores

24) Além do tema do aborto, existiam outros temas de interesse da frente?

- a. Quais?
- b. Qual a relação haveria entre esses temas e a questão do aborto?

25) Como é a recepção à agenda pró-vida no seu partido atual?

26) Quais partidos políticos têm feito oposição à agenda pró-vida?

27) Quais partidos políticos têm apoiado a agenda pró-vida?

5º. Bloco – Projetos de Leis – conjuntura legal atual

28) Na sua opinião, quais os principais projetos de lei pró-vida em tramitação no Congresso Nacional?

- a. O sr. participou da formulação destes projetos?
- b. Qual a impressão do sr. em relação ao andamento destes projetos? (passará ou não) Por quê?

29) Há projetos de lei tramitando, neste momento, que o senhor considera uma ameaça para a causa pró-vida?

- a. Quais?
- b. Por quê?

Encerramento da Entrevista.

Apêndice D –

Roteiro de entrevista (2)

1º Bloco - Biografia

- 1) Quando e onde sr.(a) nasceu?
- 2) Qual o grau de instrução de seu pai? E de sua mãe?
- 3) Qual a profissão de seu pai? E de sua mãe?
- 4) Quando e onde sr.(a) nasceu?
- 5) Qual a sua formação acadêmica? O (A) sr.(a) atua na área?
- 6) Qual a sua principal atividade remunerada?
- 7) sr.(a) é ou já foi membro de grupos ou instituições religiosas nacionais e internacionais?
 - a. Qual (is)?
 - b. Em que período?
- 8) Caso sim para a questão anterior, sr.(a) ocupa ou ocupou algum cargo nesta instituição?
 - a. Qual?
 - b. Em que período?
- 9) sr.(a) é ou já foi filiado a partidos políticos?
 - a. Qual (is)?
 - b. Em que período?
- 10) Caso sim para a questão anterior, sr.(a) ocupa ou ocupou algum cargo no partido?
 - a. Qual?
 - b. Em que período?
- 11) sr.(a) está ou esteve vinculado à associações civis nacionais e internacionais?
 - a. Qual (is)?
 - b. Em que período?
- 12) Caso sim para a questão anterior, sr.(a) ocupa ou ocupou algum cargo?
 - a. Qual?
 - b. Em que período?

- 13) Além do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida- Brasil sem Aborto, sr.(a) está ou esteve vinculado a outros movimentos sociais ou políticos, nacionais ou internacionais?
- 14) Caso sim para a questão anterior
- Qual (is)?
 - Em que período?
- 15) Quais atividades sr.(a) desempenhou ou desempenha nesse (s) movimentos (s):
responder apenas SIM OU NÃO:
- apoio financeiro:
 - recrutamento de apoiadores:
 - participação em encontros, reuniões; manifestações de ruas:
 - negociação com agentes políticos (legislativo e executivo); outras atividades citadas pelo(a) entrevistado(a):

2º Bloco – formação e atuação do Movimento Nacional de Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto

- 16) Qual foi a sua participação na formação do Movimento Nacional de Cidadania Pela Vida – Brasil Sem Aborto?
- 17) A sr.(a) poderia indicar (outras) pessoas que estiveram envolvidas na formação do Movimento?
- 18) Houveram dificuldades ou contratempos no processo de formação do movimento?
- Quais?
- 19) sr.(a) poderia me relatar quais eventos motivaram a criação do Movimento?
- 20) sr.(a) considera que o Movimento se inspirou em outros movimentos nacionais e/ou internacionais?
- 21) Caso sim para a questão anterior
- Quais movimentos?
 - O que cada um dos movimentos citados inspirou? (por exemplo: temas, slogans, campanhas, formas de ação, e outros)
- 22) O Movimento recebeu apoio de outros grupos, instituições e/ou movimentos, nacionais e internacionais, no momento de sua formação?
- 23) Caso sim para a questão anterior
- Quais grupos, instituições e/ou movimentos?
 - Que tipo de apoio (por exemplo: dinheiro, treinamento, outros)

- 24) Quais grupos ou movimentos importantes na causa pró-vida existiam antes da formação do Movimento?
- 25) Algum deles atualmente faz parte do Movimento? Desde quando?
- 26) Na sua opinião, quais seriam hoje os principais grupos, organizações e/ou instituições envolvidos com a causa pró-vida?
- 27) Com quais desses o Movimento mantém relações regulares?
- 28) Quais atividades já desenvolveram ou desenvolvem em conjunto?
- 29) O Movimento conta com membros ou apoiadores:
- a. no Legislativo (Senado e na Câmara dos Deputados)? Quem? Desde quando?
 - b. No Executivo? Quem? Desde quando?
 - c. No Judiciário? Quem? Desde quando?
- 30) Além do tema do aborto, existem outros temas de interesse do Movimento?
- a. Quais?
 - b. Qual a relação haveria entre esses temas e a questão do aborto?
- 31) Quais grupos/ movimento/ partidos políticos têm apoiado a agenda pró-vida? (sr.(a) poderia **citar os 5 principais**)
- 32) Quais grupos/ movimento/ partidos políticos têm feito oposição à agenda pró-vida? (sr.(a) poderia **citar os 5 principais**)
- 33) O Movimento têm procurado apoio para a causa pró-vida junto a outras organizações, instituições ou segmentos sociais?
- a. Quais? A sra. poderia citar os **5 principais**? (por exemplo: escolas, hospitais, empresa, sindicatos, associações profissionais (médicos, advogados, juízes, etc.), associações civis (moradores, etc.), outros movimentos sociais?
- 34) O Movimento tem recebido apoio da grande mídia (jornais, revistas, rádios, TV), quais veículos sr.(a) considera têm apoiado ou feito oposição ao Movimento? De que forma?
- 35) A sr.(a) poderia citar quais os tipos de ação têm sido realizadas pelo Movimento para defender e difundir a agenda pró-vida **junto a:**
- a. Legislativo
 - b. Executivo
 - c. Judiciário
 - d. Sociedade civil
 - e. Instituições e movimentos internacionais
 - f. Mídia (jornais, revistas, rádios, TV),

g. Mídias/ redes Sociais (internet, facebook, etc)

36) Quais destas ações (que sr(a). citou acima) o (a) sr.(a) considera as principais realizadas pelo Movimento? Por quê?

- a. Quando?
- b. Quem liderou a ação?
- c. Onde?
- d. Qual o objetivo?
- e. A ação foi inspirada em experiências prévias do Movimento ou por observação de outros grupos e movimentos?

37) O Movimento tem atuado através de Campanhas?

- a. Quais?
- b. Desde quando?
- c. Como?
- d. Quais os objetivos?

38) O Movimento liderou e/ou apoiou:

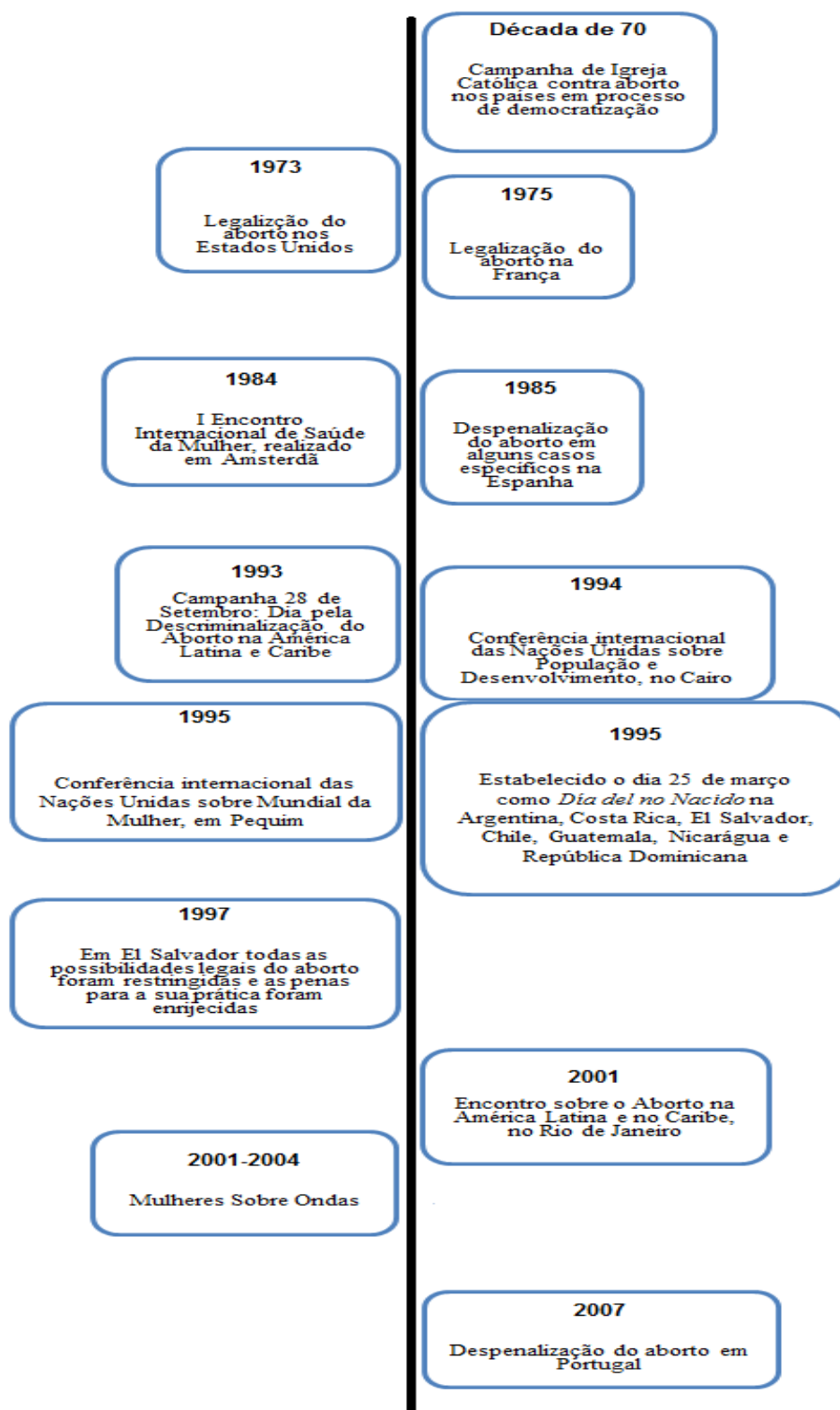
- a. manifestações de rua, como marchas, comícios ou passeatas? A sr.(a) poderia **citar os principais eventos**
- b. ações diretas como, por exemplo, bloqueios ao acesso de mulheres a clínicas de aborto? O (a) sr.(a) poderia **citar os principais eventos**
- c. denúncias feitas por profissionais de saúde contra mulheres que voluntariamente provocaram, ou tentaram provocar, aborto? O (a) sr.(a) poderia **citar os principais eventos**

39) Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Encerramento da Entrevista.

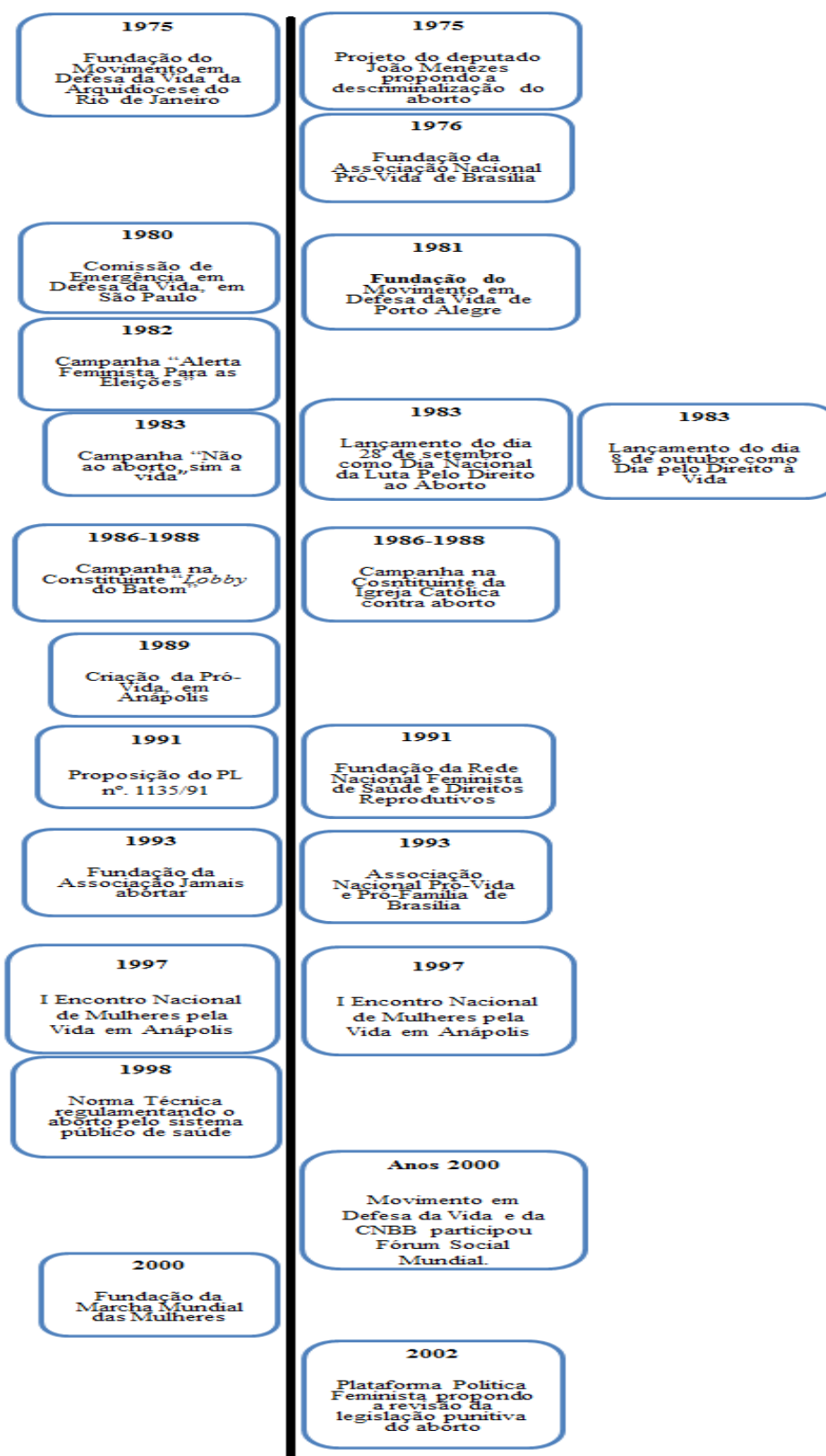
Apêndice E –

Breve Cronologia Internacional



Apêndice F –

Breve Cronologia Nacional (1970-2002)



Anexo A –

Panfleto do Movimento Brasil sem Aborto

Movimento Nacional da Cidadania pela Vida

BRASIL SEM ABORTO

Apresentação

Criado em 12 de julho de 2006, o Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto surgiu pela necessidade de combater a estratégia de descriminalizar o aborto no Brasil com a aprovação do Projeto de Lei 1135/1991, que foi à votação na Comissão de Seguridade Social e Família em 7 de dezembro de 2005. Sua aprovação não aconteceu pela diferença de apenas um voto.

A partir daí foi organizada a Campanha Nacional da Cidadania pela Vida por um Brasil sem aborto, com o lema “Por um Parlamento em Defesa da Vida contra o Aborto”.

O Movimento Brasil sem Aborto é uma iniciativa da sociedade civil, de caráter supra partidário e supra religioso e conta, atualmente com 16 representações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Paraná e Distrito Federal.

Para alcançar e mobilizar a sociedade o Movimento Brasil sem Aborto tem como foco as manifestações públicas nos estados, culminando com a sua principal ação que é a Marcha Nacional da Cidadania pela Vida em Brasília.

Objetivos

O principal objetivo é conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira sobre a importância da promoção da mulher, a defesa da criança desde a concepção e a garantia da Vida em sua plenitude.

Além disso, a defesa da vida no Brasil está diretamente relacionada ao trabalho por um parlamento brasileiro que tenha uma maioria comprometida com políticas públicas de apoio e promoção à maternidade e paternidade responsável.

Por essa razão, uma outra ação do Movimento Brasil sem Aborto é a campanha “A Vida Depende do seu Voto” para identificar os candidatos que são comprometidos com a defesa da Vida, desde a fecundação até a morte natural e estimular a sociedade a escolher seus representantes, também em função desse compromisso.




Anexo B –

Panfleto de Campanha contra Jandira Feghali



A Deputada Jandira Feghali, no segundo semestre de 2005, apresentou um substitutivo ao projeto de lei PL 1135-91 propondo a TOTAL LEGALIZAÇÃO DO ABORTO provocado no Brasil, que deixaria de ser crime e passaria a ser permitido em todos os casos, sem necessidade de justificar, e, em diversas situações seria custeado com dinheiro público e obrigatória sua realização por planos de saúde privados.

Frente Carioca Pela Vida
www.jandiranao.blogspot.com

NÃO VOTE EM JANDIRA VOTE PELA VIDA



Você teria coragem de matar alguém? E uma criança INDEFESA?

NÃO APÓIE ESTE CRIME CONTRA A VIDA! TENHA UM VOTO CONSCIENTE! NÃO SEJA CONIVENTE!

JANDIRA, A CANDIDATA DO ABORTO

NÃO VOTE EM JANDIRA VOTE PELA VIDA

JANDIRA, A CANDIDATA DO ABORTO

Diga NÃO ao aborto. Diga NÃO a Jandira Feghali.



Agência Câmara de Notícias
21/10/2005

"De acordo com o texto apresentado por Jandira Feghali, toda mulher poderá optar pelo aborto (...), sem precisar justificar o motivo."

Agência Zenit
22/11/2005

"Projeto que libera aborto no Brasil é inconstitucional, afirmam juristas. (...) Os juristas constavam entre os especialistas convidados a ir a Brasília esta terça-feira para falar aos deputados da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, na audiência pública sobre o Projeto de Lei 1135/91, cuja relatora é a deputada Jandira Feghali, e que libera o aborto no Brasil."

Dom Odilo
Secretário-geral da CNBB

"Os bebês sacrificados não merecem nenhuma consideração nesse PL. Como se não existissem ou não fossem nada... O PL da Dep. Federal Jandira Feghali prevê que o aborto seja financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS)."

Portal Saúde Pública do Pará
08/03/2004

"A deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), também presente à cerimônia, defendeu a ampliação do aborto legal, para atender a outros casos não previstos na legislação. 'É hora de ter coragem, de intervir em debates e quebrar tabus morais que precisam ser enfrentados com coragem'."





Estado de São Paulo
28/09/2005

"Jandira, que há mais de oito anos luta pela liberação do aborto, sabe das dificuldades que terá de enfrentar."

Dr. Roberval Belinati
Desembargador de Justiça de Brasília/DF

"Assim, a deputada quer que o aborto seja livre, à vontade e ainda custeado pelo povo brasileiro, isto é, que seja feito, de graça, na rede pública de saúde."

Dr. Cícero Harada
Procurador do Estado de São Paulo e Presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da OAB/SP

"Projeto Matar é como denominou o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.135/91 de autoria da deputada federal Jandira Feghali (...) pretende revogar os artigos 124, 126, 127 e 128 do Código Penal, isto é, descriminalizar totalmente o aborto. Transformado em lei, a mãe poderá decretar a pena de morte a seu filho até minutos antes de seu nascimento, sem que isso constitua ato delituoso."

NÃO VOTE EM JANDIRA VOTE PELA VIDA

Anexo C –

I Marcha Nacional de Cidadania em Defesa da Vida



Imagens da I Marcha Nacional de Cidadania em Defesa da Vida, organizada pelo Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, realizada em 15 de agosto de 2007, em Brasília. **Fonte:** Imagens retirada do vídeo 1ª Marcha Nacional de Cidadania em Defesa da Vida -- Brasília 15/08/07, postado pela TVEspiritismo. (**Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=ogrm_QwP69Q>. **Acesso em:** 08 de fev. 2016).